

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

Mestrado em Ciências da Cultura

**Representação Cultural da Rainha Ginga nas Obras de José Eduardo
Aigualusa, Manuel Pedro Pacavira e Pepetela**

Ana Marisa Amaral Macieira

Orientadora: Professora Doutora Orquídea Ribeiro



Vila Real, 2018

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

Mestrado em Ciências da Cultura

**Representação Cultural da Rainha Ginga nas Obras de José Eduardo
Agualusa, Manuel Pedro Pacavira e Pepetela**

Ana Marisa Amaral Macieira

Orientadora: Professora Doutora Orquídea Ribeiro

Vila Real, 2018

"Poema à Mãe Angolana"

Avança Mãe Angolana
E dá o melhor de ti própria
Nesta luta de vida ou de morte
Avança pelos rios perigosos
Pelos pântanos lodosos
Pelas savanas sem fim

Avança pelo incomensurável horror da guerra
Entre a chuva de bombas que ilumina a terra
Mas avança porque é necessário

Avança com teus braços feitos asas
Abertas sobre o solo pátrio
Para proteger os teus filhos

Não te detenhas nos gemidos do vento
Não prendas à forma das flores
Sublima o amor neste momento

Avança Mãe Angolana
Que a tua coragem fará vacilar os soldados
Os soldados que já foram meninos
Os soldados
A que o fascismo tolheu a vontade
E que caminham sobre os cadáveres das crianças
Com risos sarcásticos de vingança...

Avança Mãe Angolana
Na terra ensopada de sangue
Dor e lágrimas
Causadas pela guerra

Que ela florescerá
Sustentada pelo teu querer
E terás para os teus filhos
O sol aberto nas pétalas
E a serenidade dos heróis
Depois de ganha a batalha.

Eugénia Neto

Em memória da minha Avó Luísa

Agradecimentos

Como não poderia deixar de ser, o meu primeiro agradecimento vai para a minha orientadora, a Professora Doutora Orquídea Ribeiro que foi incansável, esteve sempre presente e nunca permitiu que eu deixasse de acreditar que era capaz de concluir esta etapa com sucesso. Pela confiança depositada, pela paciência, pela dedicação e pelo carinho, o meu mais sincero obrigada.

Ao meu porto seguro, a minha família. Em especial à minha mãe Custódia Amaral, ao meu pai António Macieira e ao meu irmão Márcio Macieira, a eles só posso agradecer todo amparo e amor com que alimentam todos os meus sonhos e me fazem acreditar que não há impossíveis, há apenas querer e poder.

À Alexandrina Lameira, ao Edgar Gouveia, à Elisabete Meireles, ao João Mesquita de Oliveira, à Mafalda Vaz de Carvalho, à Mimi Chan e à Telma Pinto, meus amigos tão queridos, obrigada.

Sem muitas palavras, mas de coração cheio:

Grata, imensamente Grata!

Resumo

A dissertação intitulada *Representação Cultural da Rainha Ginga nas obras de José Eduardo Agualusa, Manuel Pedro Pacavira e Pepetela* terá como base um estudo comparativo que analisa a forma como é retratada a Rainha Ginga em textos escritos, em particular nas obras de três autores angolanos, José Eduardo Agualusa, Manuel Pedro Pacavira e Pepetela, para identificar o verdadeiro motivo que levou ao ressurgimento da figura da soberana na literatura e na contemporaneidade angolana.

Para melhor se entender o enquadramento e importância histórica da rainha Ginga na história de Angola, será feita uma abordagem da descrição de Angola e do seu contexto político, bem como uma breve biografia da soberana, tendo por base textos do século XVII, nomeadamente de António de Oliveira Cadornega, João António Cavazzi de Montecuccolo e António de Gaeta.

Palavras chave: Angola, Rainha Ginga, Representação Cultural, Autores Angolanos, Africanidade.

Abstract

This dissertation, entitled “Cultural Representations of Queen Nzinga in José Eduardo Agualusa, Manuel Pedro Pacavira and Pepetela” will be based on comparative study to understand the way Queen Nzinga has been treated in written texts, specifically in books by the three Angolan writers, José Eduardo Agualusa, Manuel Pedro Pacavira e Pepetela, trying to identify the real reason that motivated the resurgence of the Queen in the Angolan literature and contemporaneity.

To better understand the historical background of the figure of the Queen in the history of Angola, the political context in the XVII century will be analyzed, and a brief biography of the Queen will be provided, based on texts by António de Oliveira Cadornega, João António Cavazzi de Montecuccolo and António de Gaeta.

Keywords: Angola, Queen Nzinga, Cultural Representations, Angolan writers, Africanity.

Índice

Índice	8
Introdução.....	9
Capítulo I.....	12
Representação Cultural da Rainha Ginga nas obras de José Eduardo Agualusa, Manuel Pedro Pacavira e Pepetela – O Estudo	12
1.1 Pertinência do Estudo	13
1.2 Objetivos	13
1.3 Considerações Metodológicas.....	13
Capítulo II	15
A Rainha Ginga nos tempos.....	15
Capítulo III.....	27
Guerra Preta: Conflitos Internos.....	27
Capítulo IV	42
Rainha Ginga: Retratos	42
Capítulo V	53
Representações culturais da Rainha Ginga	53
5.1. Ginga na cultura angolana – tradição e herança.....	54
5.2 Manuel Pedro Pacavira.....	62
5.2.1 - <i>Nzinga Mbandi</i> (1975)	63
5.3 Pepetela	67
5.3.1 – <i>A Gloriosa Família – o tempo dos flamengos</i> (1997)	67
5.4 José Eduardo Agualusa	75
5.4.1- <i>Rainha Ginga e de como os africanos inventaram o mundo</i> (2015).....	75
Considerações Finais.....	81
Referências Bibliográficas	84
Anexos.....	90
Rainha Ginga, a mulher mais poderosa de toda a África - Biografia.....	91
.....	95

Introdução

“Representações Culturais da Rainha Ginga nas obras de Eduardo Agualusa, Manuel Pedro Pacavira e Pepetela” é um trabalho que se debruça sobre a influência e o papel da Rainha Ginga no destino do povo Angolano, dando especial destaque à importância no seu tempo, ao ressurgimento da sua figura e o que isso representa para o seu povo. Após um primeiro contacto com a figura da rainha Ginga numa das unidades curriculares do mestrado, surgiu o interesse pela sua história, pela sua importância e pela criação do mito. A empatia com a rainha desenvolve-se após uma pesquisa mais intensa que acabaria por destacar a sua figura enquanto mulher numa sociedade patriarcal, a sua importância como símbolo de memória, identidade e africanidade, fatores que despoletaram a vontade de explorar este tema nesta dissertação de mestrado.

A presente dissertação está dividida em cinco capítulos, sendo que o primeiro se foca nos objetivos, pertinência de estudo, fontes e metodologia utilizadas para a realização da mesma.

No segundo capítulo, para melhor se perceber a importância da rainha Ginga, é abordado o estado da arte, dando destaque às obras dos autores contemporâneos da soberana que permitiram todos os outros estudos que têm sido feitos, especialmente nas últimas décadas. A rainha tem sido alvo do interesse de historiadores internacionais, no entanto, nos últimos anos aumentaram as pesquisas especialmente no Brasil, buscando no entendimento da história da colonização africana a compreensão da história e identidade brasileiras.

O terceiro capítulo faz um enquadramento espaço-temporal, descrevendo o clima de tensão vivido entre os portugueses e os habitantes locais desde o século XV. Em 1484, após a chegada dos portugueses ao Congo, através do rio Zaire e sob o comando de Diogo Cão, iniciou-se o processo de colonização. Com interesse nos recursos naturais, em particular minerais, como o cobre e a prata, os portugueses de tudo fizeram para subjugar os reinos locais; no entanto, rapidamente descobrem a “pérola negra” da região, o comércio escravagista. Foi neste contexto de resistência às diligências da colonização portuguesa com o reino do Ndongo, após várias tentativas de negociação, que se iniciou a chamada “guerra preta” na qual ambas as partes eram guerreiros negros. Instala-se um clima de guerra que duraria várias décadas; este estudo foca-se sobretudo nos cerca de quarenta anos de poder de Ginga, rainha do Ndongo e da Matamba.

O quarto capítulo pretende, com base na ambiguidade associada à imagem da rainha, analisar o modo como é retratada em textos narrativos. Desde os primórdios que a rainha tem sido convenientemente retratada de forma a servir os interesses de quem e para quem se escreve. Este capítulo procura decifrar esses retratos de forma imparcial. De qualquer forma, há duas visões que se destacam quando o tema é o retrato de Ginga, a negrófoba e a negrófila com destaque para a visão portuguesa, desde sempre profundamente negrófoba e a negrófila em França. Na década de 70 surge um novo movimento literário em Angola que retrata a rainha Ginga de forma enaltecida, passando a ser interpretada como parte de um grande painel da história angolana, uma verdadeira heroína nacional.

O quinto capítulo está dividido em três subcapítulos e tem como objetivo analisar a representação cultural da rainha Ginga; é um capítulo decorrente do resultado da análise do restante conteúdo, de forma a perceber qual o impacto que a soberana teve, e continua a ter na sociedade angolana, assim como o simbolismo da figura da rainha para o povo angolano.

A primeira parte do quinto capítulo foca-se na importância da rainha Ginga enquanto representação cultural de Angola, importância crescente que tem vindo a ser revelada, não apenas pelas inúmeras homenagens que lhe têm sido rendidas, bem como pelo destaque que lhe tem sido atribuído pelo Ministério da Cultura Angolana em colaboração com a UNESCO. “UNESCO Mulheres na história de África” é uma plataforma que enaltece o legado de 20 mulheres africanas que contribuíram de forma importante para a história do seu continente. Uma das figuras distinguidas nesta iniciativa é a rainha Ginga, numa pequena biografia onde é descrita como uma mulher poderosa, corajosa, obstinada, grande estratega e diplomata, uma soberana excepcional e um modelo para as mulheres. Com iniciativas como esta a UNESCO pretende promover e integrar princípios de igualdade de género em todos os seus programas, em especial na educação.

Tendo em conta o ressurgimento da figura da rainha Ginga, uma figura de destaque na História Africana, símbolo de África e da sua identidade cultural, nos subcapítulos pretende-se, igualmente, descortinar o que motivou este reaparecimento, dando especial destaque às obras dos escritores angolanos José Eduardo Agualusa, Manuel Pedro Pacavira e Pepetela. Optou-se por escolher três obras que abordam a vida da rainha Ginga, figura enigmática da história de Angola, procurando entender de que forma a figura da rainha Ginga continua a exercer influência em Angola, assim como o que motivou o seu reaparecimento e o que este representa, para os angolanos. As obras escolhidas, apesar de terem sido escritas em anos e contextos socioculturais completamente distintos, têm em comum, para além da figura central da diegese, a utilização da figura da rainha como uma chamada de atenção para a sociedade

angolana e pela busca de identidade e memória cultural que possa unir o povo angolano, inculcando valores de igualdade e justiça.

Por último, serão tecidas algumas considerações finais evidenciando a importância dos estudos da rainha Ginga tendo em conta a análise dos conteúdos supramencionados.

Capítulo I

Representação Cultural da Rainha Ginga nas obras de José Eduardo Agualusa, Manuel Pedro Pacavira e Pepetela – O Estudo

1.1 Pertinência do Estudo

O 25 de Abril de 1974 marcou o fim da guerra (colonial) pela independência de Angola; era chegado o momento de colocar termo a todas as injustiças cometidas por ambas as partes, mas mais significativamente para com o povo angolano, um povo que foi punido por querer manter a sua identidade e dignidade, um povo que à semelhança de Ginga não se coibiu de lutar pelos seus direitos, ainda que tal luta tenha acarretado consequências nefastas. Contudo, após a independência de Angola e o término dos conflitos com os portugueses, surgem os conflitos internos, a devastadora Guerra Civil Angolana, alimentada maioritariamente por dois movimentos, auto intitulados como movimentos de libertação e que entram numa guerra pela disputa do poder, o MPLA e a UNITA. Foi neste contexto que surgiu o novo movimento cultural que procura, através da representação da figura da rainha Ginga, símbolo de africanidade e negritude, a reconstrução da memória coletiva, a busca pela identidade africana, visando a construção de uma sociedade mais justa e unida.

1.2 Objetivos

Com esta Dissertação pretende-se:

- Entender o papel da rainha Ginga, bem como a importância que o mesmo assumiu e continua a assumir na sociedade angolana.
- Perceber o que despoletou o ressurgimento da figura da rainha Ginga e de que forma tem sido retratada.
- Verificar de que modo a rainha Ginga incorpora a ideia de africanidade.
- Analisar a representação cultural da rainha Ginga nas obras de José Eduardo Agualusa, Manuel Pedro Pacavira e Pepetela.

1.3 Considerações Metodológicas

Para cumprir com sucesso os objetivos deste trabalho foi necessário efetuar uma pesquisa documental alargada para proceder à identificação da bibliografia relevante para o estudo. O recurso a fontes primárias publicadas e consequente cruzamento das mesmas foi fundamental para a contextualização e compreensão das fontes que de forma relevante descreveram ou referiram os feitos da rainha, dos quais se destacam as obras dos autores,

contemporâneos da rainha, João António Cavazzi de Montecucolo, António Oliveira de Cadornega, António de Gaeta e, mais recentemente, os estudos de António Brásio e Beatrix Heintze. Após leitura de todo o material bibliográfico, foi feita uma análise interpretativa do mesmo, estabelecendo relações, de reforço ou oposição, entre as várias teorias dos historiadores em questão, dando especial destaque ao estudo da representação cultural da rainha Ginga nas obras de José Eduardo Agualusa, Manuel Pedro Pacavira e Pepetela.

Capítulo II

A Rainha Ginga nos tempos

2.1 Estado da Arte



Figura 1 : Retrato da Rainha Ginga da autoria do pintor francês Achille Déveria (1830).
Fonte: Mello e Souza 2006: 218.

Nos últimos anos aumentou a investigação e os estudos académicos sobre aquela que é considerada como uma das figuras mais polémicas nos últimos séculos, em especial do século XVII, da História de África. De acordo com Alberto Oliveira Pinto, no artigo “Representações culturais da Rainha Njinga Mbandi (c.1582-1663) no discurso colonial e no discurso nacionalista angolano” (2014), “apesar da sua inegável popularidade e do elevado número de trabalhos académicos e artísticos que lhe têm sido consagrados”, a verdadeira rainha Ginga¹ permanece um mistério (Pinto 2014: 20). A importância da rainha é destacada pelo autor:

A Rainha Njinga Mbandi (c.1582-1663) – ou Nzinga Mbandi, ou apenas Jinga, como é mais popularmente conhecida, é a personagem mais polémica de toda a história de Angola. Tratando-se de uma figura feminina africana, cujo protagonismo, relevo e importância só encontra par na figura de Cleópatra, Njinga Mbandi é hoje considerada, na República de Angola, uma heroína nacional, mercê da sua reputação de resistência aos portugueses ao longo de três décadas do século XVII (...) Também no Brasil, a Rainha Njinga está presente em várias festividades africanas. Na literatura e na pintura ocidental assumiu, entre o século XVII e o século XIX, uma repercussão cujas representações vieram a ter, no discurso colonial

¹ Ginga também conhecida como Dona Anna de Sousa, Ngola Nzinga Mbandi, Nzinga, Nzinga Ndongo, Jinga, Singa, Zhingá, Ngola Nzinga, Nzinga de Matamba, Nzingha de Ndongo, são inúmeras as variações do nome da soberana, na corrente dissertação optamos pela versão portuguesa Ginga.

português e no discurso nacionalista angolano, contornos que importa compreender (Pinto 2014: 1-2).

São inúmeros os relatos e publicações sobre a rainha Ginga; no entanto, destacam-se duas obras que viriam a inspirar todas as restantes, nomeadamente a *História Geral das Guerras Angolanas*, em três volumes, escrita em 1680 em Luanda pelo soldado português António de Oliveira de Cadornega² que, na sequência da invasão holandesa em 1641, acompanhou a população no seu êxodo para Massangano e acabaria por trocar correspondência com a soberana; e *Istorica descrizione de tre regni, Congo, Matamba et Angola* (1622-1692), escrito pelo missionário capuchinho italiano João António Cavazzi de Montecúcolo³. O padre Cavazzi escreve com base na experiência pessoal acumulada durante os treze anos em que permaneceu em Angola; foi o padre da corte de Matamba⁴ e foi ele quem deu a extrema unção à rainha Ginga.

Mariana Bracks Fonseca em *Nzinga Mbandi e as guerras de resistência em Angola. Século XVII* (2012) destaca a importância da obra de Cardonega uma vez que, como o próprio justificou, os registros sobre os primeiros anos dos portugueses em Angola foram atirados ao rio Kwanza pelos holandeses quando estes ocuparam Luanda em 1641. No entanto, deve considerar-se que o olhar de Cardonega reflete a postura de um dos lados, o das tropas portuguesas (Fonseca 2012:17).

No que concerne a autores contemporâneos da rainha, é imperativo mencionar também o missionário capuchinho António de Gaeta⁵. A importância da obra de Gaeta, assim como a de Cadornega e Cavazzi, é salientada por Alberto de Oliveira Pinto (2014):

Se exceptuarmos os escassos documentos portugueses enviados de Angola para Portugal em data anterior a 1641, entre os quais se evidencia a correspondência do governador de Angola, Fernão de Sousa (1624-1630), com o rei Filipe III de Portugal (e IV de Espanha), e o relato do padre Pacónio, que missionou em Angola entre 1623 e 1641, podemos considerar que as referências escritas mais remotas à Rainha Njinga Mbandi (c.1582-1663) constam das crónicas de três autores seus contemporâneos, dois italianos e um português. O primeiro, António de Gaeta (Gaeta/Itália, 1617 – Luanda/Angola, 9/7/1662), também conhecido por António Gaetano Romano, Francisco António Romano ou apenas por António Romano, era um capuchinho desembarcado em Luanda a 11 de Novembro de 1654, liderando uma missão de sete religiosos – a Quarta Missão dos Capuchinhos - destinada ao Congo cabendo a António de Gaeta precisamente a corte da Rainha Njinga. (...) O segundo autor, António de Oliveira de Cadornega (Vila Viçosa/Portugal, c. 1623 – Luanda/Angola, c. 1690), é um cristão-novo fugido à Inquisição portuguesa que, aos quinze anos de idade e acompanhado de um irmão, desembarca em Luanda a 18 de Outubro de 1639, integrado na comitiva do recém-nomeado governador Pedro César de Menezes. Seguiria a carreira militar até ao posto de capitão, cuja patente obteve a 29 de Janeiro de 1649, concedida pelo governador Salvador Correia de Sá e Benevides. Na sequência da invasão holandesa de Agosto de 1641, Cadornega acompanha a população luandense no seu êxodo para Massangano, povoação onde permanecerá depois da

² António de Oliveira de Cadornega (1623-1690).

³ João António Cavazzi de Montecúcolo (1621-1678).

⁴ Reino vizinho do Ndongo onde a rainha Ginga também governou.

⁵ António de Gaeta (1617-1662)

“Restauração” do domínio português em Luanda - protagonizada por Salvador Correia de Sá em 1648 - até 1669, desempenhando igualmente as funções civis de membro do Senado da Câmara. Foi, aliás, na qualidade de juiz ordinário de Massangano que se correspondeu com a rainha Njinga (...) Finalmente, o terceiro autor contemporâneo da Rainha Njinga e seu mais completo biógrafo coevo é João António Cavazzi de Montecúcolo (Itália, 1621-1678), chegado a Luanda em 1654, integrando a Quarta Missão dos Capuchinhos, liderada por António de Gaeta, com o qual seguiu inicialmente para a Matamba (Pinto 2014: 3).

Pinto menciona três autores fulcrais na desconstrução da figura da rainha mbundu. No excerto destaca, ainda, a importância da escassa correspondência do governador Fernão Sousa⁶, cuja divulgação e posterior publicação se deve à investigadora alemã Beatrix Heintze. Heintze assume uma importância incontestável no que concerne o estudo da trajetória da rainha e da História de Angola, visto que a partir da independência de Angola e após o fim da guerra civil, a autora fez uma investigação minuciosa através do cruzamento de fontes, contrapondo relatos orais e escritos. Foi graças ao estudo desta autora que foram publicadas cartas e documentos oficiais em *Fontes para a história de Angola do século XVII I [Memórias, relações e outros manuscritos da Colectânea Documental de Fernão de Sousa (1622-1635)]* (1985) e *Fontes para a história de Angola do século XVII II [Cartas e documentos oficiais da Colectânea Documental de Fernão de Sousa (1624-1635)]* (1988).

A par das obras supramencionadas, há que referir também a *Monumenta Missionária Africana* (1952)⁷ da autoria do padre António Brásio. Esta obra é de extrema importância para o estudo de África uma vez que documenta a história africana com base numa compilação de documentos trocados entre as grandes entidades da época. Através de uma pesquisa intensa em arquivos como o arquivo Histórico, o arquivo do Vaticano, o da Torre do Tombo e o arquivo Nacional entre outros, Brásio consegue reunir manuscritos, mapas, ilustrações e relatos fundamentais para a reconstrução dos acontecimentos da época. No que concerne o estudo da rainha Ginga destacam-se os volumes IV e o V que mencionam a história de África Ocidental no período de 1600-1622 e 1623-1650.

Njinga Rainha de Angola – A relação de António Cavazzi de Montecuccolo (1687) (2013), da autoria de Linda Heywood e John Thornton, apresenta uma reflexão sobre as obras de Cavazzi, dando especial destaque ao achado do Manuscrito de Araldi. Em 1969 foi encontrado, entre os arquivos da família Araldi, um manuscrito de Cavazzi considerado como a primeira edição da *Descrição Histórica dos Três reinos do Congo, Matamba e Angola*. Esta descoberta deu origem a três novos volumes do Manuscrito do Araldi, intitulado de *Missione*

⁶ Fernão de Sousa (governou de 1624 a 1630).

⁷ Monumenta Missionária Africana com sete volumes publicados em 1952.

evangelica al regno del Kongo. Este manuscrito veio completar a obra de Cavazzi uma vez que continha imensas aguarelas (Heywood e Thornton 2013: 1-2).

Heywood e Thornton descrevem a missão dos capuchinhos na Matamba desde o início até ao fim e destacam a figura da rainha Ginga de tal forma que incluem um capítulo que se dedica exclusivamente à narrativa de algumas das suas qualidades:

Mas a verdade é que, depois da conversão, a força da sua graça divina prevaleceu nela; não apenas venceu os seus apetites e depois do seu casamento se tornou um exemplo de castidade e modéstia, como ainda quis que todas as outras mulheres da corte fizessem o mesmo, proibindo sob pena de morte qualquer amor ilícito e outros excessos (...) os seus cuidados assíduos com a religião não a impediam de ser sensata e especialista em política, e perspicaz, arguta e prudente nas suas ocupações domésticas. Tinha uma memória admirável sobre as mínimas circunstâncias dos tempos, dos locais e das pessoas que lhe eram apresentadas, podendo citar com exatidão, o dia, o mês e o ano de cada assunto tratado, e tal forma que os súbditos estavam convencidos de que ela nunca esquecia nada. Era naturalmente rude e austera (...) era de uma grande exatidão na administração da justiça (Heywood e Thornton 2013: 193-203).

O estudo do percurso da rainha mbundu só é possível devido às várias obras que lhe foram consagradas pelos autores seus contemporâneos, estabelecendo um ponto de partida para os historiadores advindos. O texto “Missionários e mestres na construção do catolicismo centro-africano, século XVII” (2011), de Marina de Mello e Souza, foca-se na envolvente contextual em torno de Ginga. A autora destaca o facto de a rainha “ter tido contacto constante com portugueses e holandeses”, com uns de conflito e com outros de aliança, existindo até hoje alguns “importantes documentos escritos que contribuem para a reconstrução de episódios dos quais participou”, permitindo análises em busca de uma narrativa mais detalhada da história angolana e africana da época da presença portuguesa em Angola, na primeira metade do século XVII (Souza 2011: 1).

Considerando a importância das obras dos autores contemporâneos da rainha, que permitem novos estudos, surgem também inúmeras investigações no sentido de interpretar os registos da época. Ingrid Silva de Oliveira, nos artigos “A construção do discurso de Giovanni António Cavazzi sobre a África do século XVII” (2009) e “Cavazzi e Cadornega: entre semelhanças e diferenças na escrita da história da África Centro-Occidental (século XVII)” (2010), analisa as obras de Cadornega e Cavazzi do ponto de vista social, uma vez que, não só a profissão, mas também o estrato social do qual provinham era diferente: “um era militar, português e cristão-novo, o outro era missionário, italiano e, ao que tudo indica, oriundo de uma família nobre”. Dessa forma, as características dos textos e os seus objetivos enquanto autores são de grande importância para a reflexão sobre as semelhanças e diferenças nas narrativas. Cavazzi e Cadornega demonstram a intenção de registar os feitos das instituições

que representavam através da criação de uma memória fundamentada nos seus próprios esforços pessoais no continente africano (Oliveira 2010: 417).

José Rivair Macedo, no artigo “Jagas, Canibalismo e “Guerra Preta”: os Mbangalas, entre o mito europeu e as realidades sociais da África Central do século XVII” (2013), alerta para a importância de uma “avaliação ponderada das informações fornecidas por Cavazzi de Montecúcolo”, devendo o leitor considerar alguns aspetos que, da perspectiva do autor, lhe conferem uma posição “mais justa e mais equilibrada como testemunho direto das realidades sociais”, muito embora pesem também as “deformações culturais, as leituras culturais ou as interpretações parciais, claramente desfavoráveis aos povos que ele retrata devido às limitações impostas pelo olhar euro cristão” (Macedo 2013: 72 -73).

Por outro lado, Souza destaca que, para além de terem desempenhado, inúmeras vezes, o papel de “homens das fronteiras da colonização”, permitindo a comunicação entre colonizador e colonizado, os missionários capuchinhos deixaram um legado singular no que concerne aos registros escritos que permitem o conhecimento e divulgação da história daquele tempo. “Por esses relatos pode-se ver que os missionários capuchinhos, além de fazerem a conexão com Roma, eram embaixadores não só dos interesses lusitanos junto aos chefes centro-africanos, como representantes desses chefes junto aos administradores e comerciantes lusitanos. E também que, apesar de os significados do catolicismo não serem exatamente os mesmos para as populações do Congo, do Ndembo, do Ndongo e de Matamba, os missionários foram, na maioria das vezes, tratados com respeito e consideração especiais, à exceção de quando investiam violentamente contra os ritos locais, destruindo altares e locais de culto” (Souza 2011: 7).

Para Jan Vansina, a solução para desmistificar a verdadeira figura da rainha passaria por considerar com maior profundidade as tradições mbundu, não só as colhidas no século XVII (2004: 6). Também Fonseca (2012) se debruça sobre a importância da rainha no século XVII enunciando os objetivos do estudo efetuado:

Pretendemos neste trabalho, analisar a trajetória política de Nzinga tendo em vista o conturbado contexto da expansão da colonização portuguesa na África Central e da instituição do tráfico negreiro, principalmente durante o período em que representou maior oposição aos portugueses, nas décadas de 1620 e 1630. Buscamos compreender as estruturas de poder que haviam no reino do Ndongo antes da chegada dos portugueses e como o povo Mbundo se organizava política e economicamente. Entramos no debate historiográfico sobre quem eram os Jagas, como lutaram a favor dos portugueses e contra eles, ao lado de Nzinga. Buscamos entender como Portugal criou a colônia de Angola através do avassalamento dos sobas, construção de presídios, controle das feiras e composição de um exército africano que servia a seus interesses (Fonseca 2012: 4).

Fonseca realça ainda que, apesar dos inúmeros trabalhos que lhe têm sido consagrados, a trajetória política da rainha Ginga não é suficientemente conhecida no Brasil, evidenciando a falha que isso representa numa fase em que a aprendizagem da História da África é estimulada. Na visão de Fonseca, Ginga é “um excelente exemplo para contrapor à dominação europeia na África, um exemplo de como os chefes africanos não aceitaram pacificamente a colonização e lutaram, militar e ideologicamente, para que os seus estados permanecessem livres e independentes” (Fonseca 2012:12).

Num dos encontros com escritores da Fundação Engenheiro António de Almeida promovidos por Michel Laban, o escritor angolano Henrique Abranches salienta que:

A cultura não é só a maneira de pensar do povo. É muito mais do que isso. A cultura artística, literária, etc., é, no conjunto, uma linguagem histórica. As pessoas podem cantar hoje o que foram ontem, ou referir-se, em música, àquilo em que se estão a transformar. A Rainha Ginga, por exemplo. Podemos continuar a cantá-la, embora ela tenha sido uma mulher com escravos... A rainha Ginga tinha todos os defeitos da sua época: dona de escravos, com dois maridos, mudando de homem com a frequência que lhe convinha, cortando de vez em quando uma ou outra cabeça (...). Só que a Rainha Ginga, historicamente, não é nada disso, ela é um personagem histórico que fez a sua luta, a nossa luta, num certo sentido, e que por isso ficou na História. Portanto, nós podemos cantar a rainha Ginga, sabendo que ela era portadora de todos esses defeitos, que são nem mais nem menos do que os defeitos da [sua] época (Abranches *in* Laban 1991: 296).

Assim como Henrique Abranches (1991), um dos fundadores da União dos Escritores Angolanos⁸, Selma Pantoja, na obra *Nzinga Mbandi: Mulher, Guerra e Escravidão* (2000), reforça esta ideia apresentada por Abranches:

O lugar da rainha Nzinga na moderna Angola tem sido de muito destaque. Na região brasileira, de forma mais recente, ela é lembrada na reafirmação de identidades negras em movimentos populares e intelectuais. Contudo, a história da rainha ressent-se ainda de um estudo que possa juntar as fontes, eclesíásticas, administrativas, militares e da tradição oral de época. Portanto exige um trabalho de muito maior fôlego, que possa ir além das “sugestões” nos muitos aspetos ainda obscuros da história dessa personalidade pluridimensional. Para trabalhar com as várias histórias sobre a rainha Nzinga, é necessário passar por um certo conhecimento do povo mbundu, no século XVII, na região da África Central Ocidental (Pantoja 2000: 324).

Partindo do mesmo pressuposto no que diz respeito ao conhecimento da causa mbundu na busca por conhecimento profundo da sua cultura e conseqüentemente do percurso da rainha, Joseph Miller fez uma pesquisa de campo durante vários anos na Matamba, onde recolheu informação juntos dos habitantes locais e lançou novos debates relativamente à

⁸ UEA fundada em 1975 com os objetivos de promover a defesa da cultura angolana como património da Nação, estimular o estudo das tradições culturais do povo angolano, incentivar a criação literária dos seus membros, propiciar a revelação de novos escritores, promover congressos e reuniões de escritores e outras manifestações de carácter cultural com o fim de elevar o nível literário e artístico dos seus membros e do povo Angolano em geral e incrementar as relações culturais com todos os Povos do mundo.

hierarquia mbundu e à legitimidade da rainha Ginga ao trono, sendo que, neste campo, se destaca o artigo “Njinga of Matamba in a New Perspective” (1975).

As visões de Miller (1975) dariam início a uma fase de debates intensos entre o autor e John Thornton. De Thornton destaca-se o artigo “Legitimacy and political power: Queen Njinga” (1991), onde o autor aprofunda o estudo sobre a legitimidade da rainha ao trono do Ndongo.

Alberto de Oliveira Pinto, no artigo já referido (2014), atenta para a importância da análise do percurso biográfico e político de rainha Ginga, que tem como base um perfil estudado a partir manuscritos do século XVII que, por sua vez, foram fundamentados em relatos orais, documentos administrativos coloniais portugueses, bem como textos de soldados e missionários religiosos; de salientar que estes testemunhos são todos da autoria de europeus do sexo masculino, favorecendo a controvérsia associada à figura da rainha. O estudo de Pinto analisa “algumas das efabulações elaboradas em torno da figura de soberana na escrita e na produção plástica dos séculos subsequentes, de forma a procurar compreender como foi perspectivada pelos diferentes imaginários consoante as conjunturas históricas e as escolhas ideológicas e identitárias dos autores”. O autor sublinha também a importância de debater o tema abertamente e afirma que o tema tem sido “alvo da operação de amnésia coletiva” em Portugal e Angola, no entanto nos últimos anos assiste-se a uma tentativa de mudança, em ambos os países surgem “reações inusitadas de tentativas de quebras desses silêncios, espelhadas numa literatura pretensamente testemunhal e um tanto ou quanto amadorística”, estas reações decretam a busca pela quebra de todos os silêncios e tabus, sendo portanto dignas de respeito e admiração (Pinto 2014: 2-21).

Nos últimos anos intensificam-se os estudos sobre Ginga, especialmente no Brasil, na linha de que para melhor se compreender a história do Brasil é necessário entender a de África, em particular de Angola, local de origem de muitos dos escravos chegados ao Brasil.

Carlos Serrano, apresenta uma descrição da rainha e da herança que permanece:

Nzinga Mbandi Ngola, rainha de Matamba e Angola nos séculos XVI-XVII (1587-1663), foi uma das mulheres e heroínas africanas cuja memória mais tem desafiado o processo diluidor da amnésia, dando origem a um imaginário cultural na diáspora tal como no folclore brasileiro com o nome de Ginga; despertou o interesse dos iluministas como a criação de um romance inspirado nos seus feitos (Castilhon, 1769) e citação na *Histoire Universelle* (1765); é cultuada como a heroína angolana das primeiras resistências pelos modernos movimentos nacionalistas de Angola; e tem despertado um crescente interesse dos historiadores e antropólogos para a compreensão daquele momento histórico que caracterizou a destreza política e de armas desta rainha africana na resistência à ocupação dos portugueses do território angolano e consequente tráfico de escravos (Serrano 1996: 137).

Numa abordagem mais recente, surgem na literatura angolana espelhos identitários da rainha Ginga sobre forma de romances. *Nzinga Mbandi* (1975) de Manuel Pedro Pacavira⁹ é uma biografia romanceada onde a rainha é retratada como uma heroína nacional, romance que foi o grande impulsionador de uma nova vertente literária angolana. Na mesma linha literária destaca-se também *A Gloriosa Família: o tempo dos flamengos* (1997) de Pepetela¹⁰, obra que descreve a vida de uma família holandesa a viver em Luanda entre 1642-1648, onde apesar de a narrativa não ter Ginga como personagem principal, a soberana está sempre presente. Recentemente, também José Eduardo Agualusa¹¹ escreveu um romance sobre a soberana, *A Rainha Ginga e de como os africanos inventaram o mundo* (2015), que partilha o contexto espaço temporal das obras de Pacavira e Pepetela bem como o enaltecimento da rainha Ginga como uma figura de inspiração para os angolanos e os africanos.

Como consequência desta nova vertente literária angolana surgem novas pesquisas que visam analisar as mensagens intrínsecas em cada uma. *Representações da rainha Njinga/Nzinga na Literatura Angolana* (2014), da autoria de Inocência Mata, estabelece um estudo comparativo entre *Nzinga Mbandi* de Manuel Pedro Pacavira e *A Gloriosa Família* de Pepetela com o “objetivo de confrontar os dois perfis que, afinal, são duas propostas discursivas sobre a forma de olhar o passado angolano, nas suas perceções e reconstruções”. Nestes dois processos, bem distintos, o título e a dedicatória proclamam a busca pela identidade e o apelo à união da nação em *Nzinga Mbandi*, e em *A Gloriosa Família* nota-se a ausência da rainha como personagem, mas presença constante na narrativa; a obra de Pepetela destaca-se também pelo título que anuncia a busca pela “diversidade etnocultural do povo angolano” (Mata 2014: 26-27)

Quando o tema é a rainha Ginga, uma das abordagens inevitáveis é a questão da representação feminina. Silvana Rodrigues Quintilhano Ferreira, na obra *Uma releitura da mulher angolana em “Lueji”, “A gloriosa família” e “Mayombe”, de Pepetela: Diálogo Pós-Colonial e Feminista* (2007), salienta as características tendenciais da literatura angolana, bem como o modo como o colonizador reescreve a história, e, considerando esse contexto de representações, faz uma “releitura das mulheres na sociedade angolana, desde a colonização à atualidade” (Ferreira 2007: 7).

Também “A representação do poder feminino no romance rainha Ginga, de Agualusa” (2017: 93) da autoria de Maria do Desterro da Silva Oliveira e Algemira de Macêdo Mendes destaca “a literatura angolana, género e relações de poder” no romance *Rainha Ginga*,

⁹ Manuel Pedro Pacavira (1939-2016)

¹⁰ Pepetela, pseudónimo de Arthur Carlos Maurício Pestana dos Santos (1941)

¹¹ José Eduardo Agualusa (1960)

salientando o facto de a narrativa descrever a ascensão de Ginga ao trono dos reinos Ndongo, Matamba e Angola:

A nobre de Angola também pôs sua liderança para além do ambiente privado. Sendo esta, fundamental nas guerras contra Portugal. Por ser destemida e impetuosa muitos a comparavam a Cleópatra. Cleópatra exercia também atividades políticas e tinha grande influência no Egito. Com atitudes semelhantes às da rainha do Egito, a princesa Ginga Mbandi mostrava-se sagaz nas artes da guerra (Oliveira e Mendes 2017: 104).

Mário César Lugarinho, no artigo “A apoteose da rainha Ginga: género e nação em Angola” (2016), faz uma “reflexão a partir das diversas formas de celebração da memória da rainha Ginga ocorridas nos últimos anos, tendo em vista tanto as suas dimensões contraditórias, quanto suas implicações no imaginário angolano, sobretudo da perspectiva da ordem de género”. É com base na memória pessoal do autor que surgem as reflexões desse artigo. O autor fixou o nome da soberana africana após os estudos de Câmara Cascudo (1962), a rainha Ginga “celebrada no folclore brasileiro nos festejos das congadas¹² “ (Lugarinho 2016:88).

Milton Andrade, no texto “Entre papas, reis, rainhas e mouros com os braços cortados: raízes da performatividade negra no Brasil”, publicado na obra *As Danças populares no Brasil na contemporaneidade* (2016), de Marco Aurélio da Cruz Sousa, realça o impacto da religião, estratos sociais e nacionalidade na miscigenação e cultura brasileira. Andrade salienta que são vários os autores que descrevem por meio de uma “iconografia plástica, folclórica e musical, a presença dos cortejos dos reis de Congos, na segunda metade do século XVII”, permitindo ao investigador projetar e fundamentar “um segmento de acontecimentos simbólicos e experiências que se cruzam entre a África, Portugal e o Brasil por meio de realidades culturais” (Andrade 2016: 10).

Em *A Máscara de Múltiplas Faces – Narrativa de Pepetela* (2005), Elisabeth Brose analisa *Lueji* e *A Gloriosa família – o tempo dos flamengos*, do ponto de vista da intertextualidade, trata da presença de narradores que, através de processos literários, expressam culturas. Por conseguinte, considera que os narradores das obras espelham a pluralidade dos diálogos entre culturas “de uma parte constituinte do universo literário lusófono” (2005: 6). No artigo “A gloriosa família: transtextualidade e tradução” (2006), Brose destaca, ainda, o papel do narrador, das personagens e dos paratextos vinculados a cada obra.

¹² Congada é uma manifestação cultural e religiosa afro brasileira que consiste numa dança dramática com canto e música que recria a coroação de um rei do Congo.

No artigo “O romance em Angola: ficção e história em Pepetela” (2013), Jurema Oliveira debruça-se sobre o discurso literário de Pepetela que oscila entre o coletivo, o individual e o utópico. Oliveira reforça a ideia sobre a multiplicidade de objetivos do romance histórico, ao afirmar que:

O romance histórico enfoca a sociedade da época de forma cômica, denuncia a corrupção envolvendo o poder e os interesses econômicos da famosa Companhia das Índias Ocidentais. A encenação deste fato histórico reforça o projeto do escritor de pesquisar sobre épocas remotas da História angolana para produzir seus textos. Nesse cenário literário de esperanças, conquistas, desilusões e sonhos, Pepetela deixa transparecer uma ambição observada em todas as suas obras: a de ver Angola em paz definitiva e a trilhar finalmente, não as picadas minadas da agonia, mas a estrada real do progresso e da igualdade de oportunidades para todos os seus filhos (Oliveira 2013: 9).

“O Reino do Ndongo no Contexto da Restauração: Mbundus, Portugueses e Holandeses na África Centro Ocidental” (2011), de Flávia Maria de Carvalho, analisa as relações estabelecidas entre os governadores e funcionários da Coroa portuguesa e as autoridades locais do reino do Ndongo, no período de 1640 (Restauração portuguesa) a 1671 (fim da autonomia política do Ndongo). O período em questão ficou marcado por vários conflitos, dentre eles destacam-se as invasões holandesas em Angola e os conflitos entre os missionários da Companhia de Jesus e capuchinhos italianos. A autora destaca que foi em virtude “da crescente abertura do mercado atlântico, e a procura pela afirmação da soberania portuguesa nos territórios mbundus, que se alterou de forma significativa a realidade dos grupos africanos e, conseqüentemente, exigiu das autoridades portuguesas uma versatilidade no sistema defensivo entre várias frentes distintas” (Carvalho 2011: 7-21).

Fabrice Schurmans, em *O trágico do estado pós-colonial. Pius Ngandu, Nkashama, Sony Labou Tansi, Pepetela* (2014), compara as obras de quatro autores que têm “em comum a narrativa que contempla a consecução entre o Estado colonial e o Estado pós colonial”; no entanto, destaca Pepetela, descrevendo-o como um escritor que “interroga constantemente a instância da narrativa” (Schurmans 2014: 127).

No artigo “Aqualusa, José Eduardo. A rainha Ginga e de como os africanos inventaram o mundo” (2015), Luara Minuzzi sublinha a importância da corrente literária que surgiu em Angola após a obra de Pacavira, tratando-se de narrativas que pressupõem um trabalho de investigação extenso da história do país para contruir as diegeses, uma vez que as personagens, as datas e os acontecimentos históricos são narrados com detalhe, embora sempre misturados com ficção, o que confere um caráter floreado que capta a atenção do leitor (Minuzzi 2015: 200).

A rainha Ginga despertou também a curiosidade por parte das ciências exatas. G. T. Nurse e T. Jenkins na obra *The Njinga of Angola: a serogenetic study* (1979) apresentam um estudo que teve por objetivo a análise genética da rainha Ginga e do seu povo. Para a realização deste estudo os investigadores contaram com a colaboração do governador de Malanje, o distrito onde a presença da soberana teve mais impacto; foram recolhidas cerca de cem amostras sanguíneas de voluntários, adolescentes e adultos. Os cientistas concluem que não há qualquer evidência de que Ginga e o seu povo tenha recebido genes caucasóides ou mesmo genes do povo San¹³. O perfil genético, bem como as características do corpo humano, apresentam mais semelhanças com os africanos ocidentais que propriamente com os do sul de África (1979: 337-338).

No filme de Sérgio Graciano, *Nzinga Mbande, Rainha de Angola* (2012), a personagem da rainha Ginga afirma que vai dar luta aos seus inimigos até à eternidade, “mesmo quando o seu corpo morrer o seu espírito continuará vivo naquele chão”; o facto é que ao fim de todos estes anos a rainha Ginga continua uma figura de destaque na literatura internacional suscitando os mais variados tipos de estudos, como afirmou Luís da Câmara Cascudo:

Njinga Mbandi, Ngola Jinga, rainha dos Jingas, Dongo-Matamba em Angola, morreu há trezentos anos. Encontro-a viva, citada, contemporânea, de Cabinda a Benguela, de Luanda às terras de Lunda. (...) Para todo esse mundo, o Brasil no seu contorno territorial presente, o escravo era indispensável. Em cada navio, invisível e lógica, embarcava a Rainha Jinga (Cascudo 1965: 25- 32).

Cascudo encontrava-a viva em 1965 e passadas cinco décadas a rainha Ginga está mais viva do que nunca.

¹³ Povo San, ou Saan, são membros de etnia indígena, um dos catorze povos da chamada "população ancestral" a partir dos quais todos os seres humanos modernos conhecidos descendem.

Capítulo III

Guerra Preta: Conflitos Internos

Segundo o artigo da “História de Angola” do site oficial do Governo Angolano¹⁴, até meados do século XIV julgava-se que o continente africano estava desabitado. É no século XV, em 1484, durante o reinado de D. João II, e sob comando de Diogo Cão, que os portugueses chegam ao Zaire. Esta descoberta marca toda uma era de descobrimentos e conquistas e iniciam-se os processos de colonização na África Subsariana. Inicialmente movidos pelo minério, em particular o ouro, rapidamente se voltam para o comércio de escravos, principal atividade desenvolvida desde a descoberta até 1836, altura em que o tráfico de escravos foi oficialmente abolido.

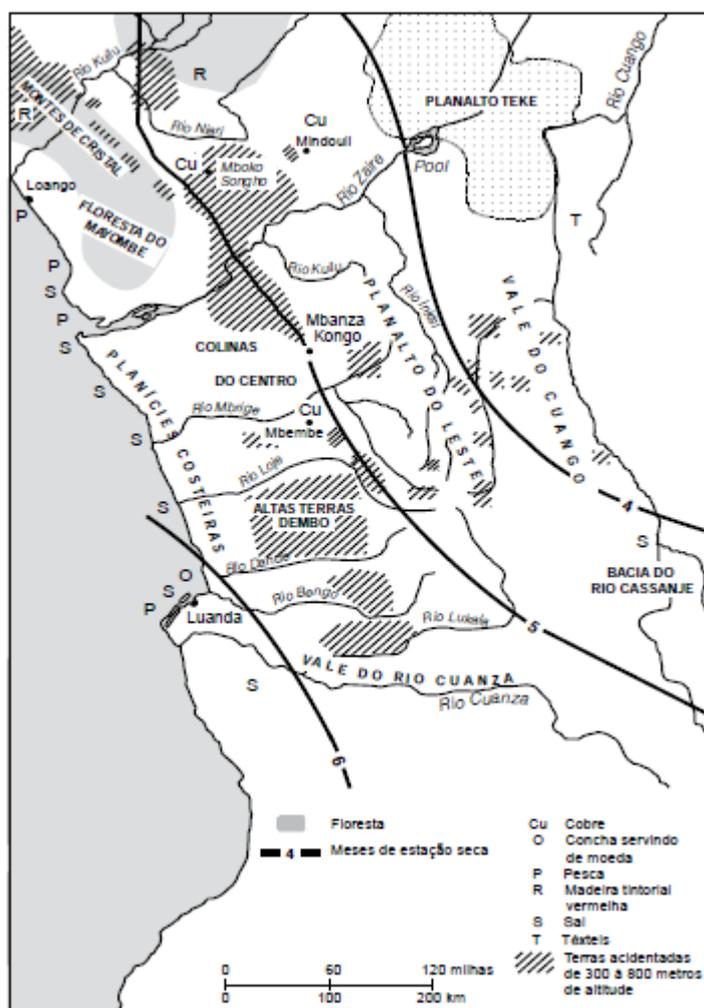


Figura 2: Topografia e recursos naturais do Congo.
 Fonte: Vansina 2010: 649.

Numa altura em que o tráfico de escravos brancos, vindos essencialmente do Mar Negro, estava praticamente extinto, começam a surgir os primeiros escravos negros. O argumento utilizado para justificar a escravatura, destes indivíduos negros, seria a salvação,

¹⁴ <http://www.governo.gov.ao/Historia.aspx>

uma vez que os escravos não eram cristãos; afirmava-se também que os negros seriam descendentes de Ham¹⁵ e por isso estariam condenados à escravidão (Vansina 2010: 8).

Aquando da chegada dos europeus a África subsariana, houve duas medidas que foram desde logo implementadas, que têm uma importância extrema ao longo da evolução da história africana, nomeadamente a imposição da religião cristã e a substituição do sistema do jonya¹⁶ pelo sistema da escravidão (Vansina 2010: 27-28).

Nessa altura o Congo era o único Estado capaz de exercer a sua hegemonia sobre toda a região, para além de atuar influentemente sobre todas as entidades políticas vizinhas, com exceção do Reino Tio¹⁷. Inicialmente era dividido entre uma grande cidade, a capital Mbanza Kongo, e o campo, sendo que se destacavam três camadas sociais bem definidas, nomeadamente a nobreza, os aldeãos e os escravos. Apesar de ser governado por uma rede de parentes do Mani Congo, o rei do Congo, o poder permanecia fortemente centralizado uma vez que era o soberano quem fazia as nomeações dos governadores de cada território, com poder total para os demitir em qualquer altura (Vansina 2010: 652-653).

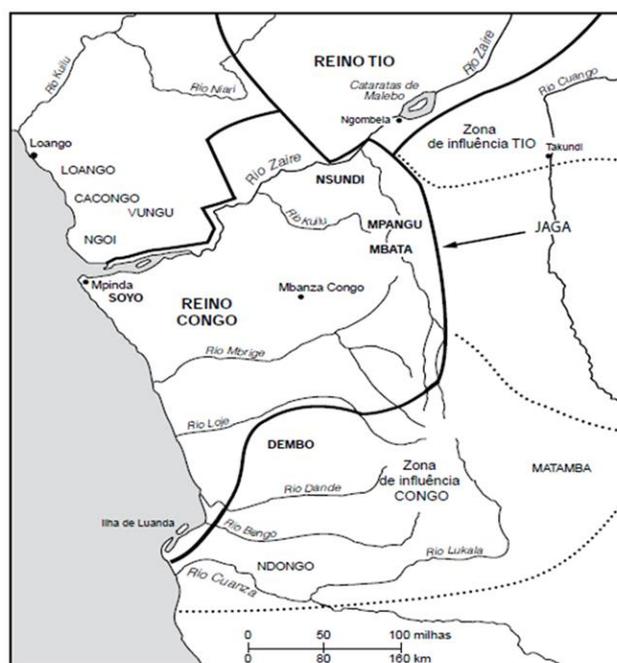


Figura 3: O Reino do Congo e seus vizinhos no século XVI
Fonte: Vansina 2010: 654

¹⁵ Ham, Cam, Cã ou Cão, é um personagem bíblico, filho mais novo de Noé, cuja descendência teria sido amaldiçoada após aproveitar o momento de embriaguez do seu pai para ver a nudez.

¹⁶ O jonya (do termo mande jon, que significa cativo) era um escravo ligado a uma linhagem. Não era cedível e possuía a maior parte do que produzia, apesar de obedecer às ordens das classes dominantes. Nas sociedades em que esse sistema estava implementado os jonyas pertenciam ao Estado.

¹⁷ Reino vizinho do Congo

Carvalho (2011) destaca, no seu artigo “O Reino do Ndongo no Contexto da Restauração: Mbundus, Portugueses e Holandeses na África Centro Ocidental” (2011), o reino do Ndongo cujos territórios compreendiam faixas de terra entre dois importantes rios da região, o Kuanza e o Bengo, e estava cercado por importantes reinos da África Centro Ocidental como o Congo e a Matamba. O Ndongo era habitado pelos mbundus¹⁸, que teriam migrado para a região na busca de áreas com melhores potenciais agrícolas, e a principal autoridade entre os mbundus era o Ngola¹⁹ (Carvalho 2011: 8-9). Apesar de assentar em moldes diferentes da do Congo, também o sistema hierárquico deste reino se apresentava bem definido:

Além do Ngola e dos sobas, existiu no Ndongo um grupo extremamente poderoso: os makotas. Esses eram homens descritos como idosos, que exerciam a função de aconselhar o Ngola. Sua influência era tamanha que chegava a limitar o poder dos sobas e até mesmo a interferir nos processos de sucessão dos Ngolas. A sucessão real entre os mbundus deveria seguir os princípios baseados na matrilinearidade, válido na poligâmica sociedade do Ndongo (Carvalho 2011: 11-12).

A principal diferença dos dois sistemas organizacionais residia na concentração de poderes no rei, uma vez que contrariamente ao Congo, no Ndongo o poder do Ngola era limitado pelos “makotas”. Muitos dos sobas, chefes locais que viviam nos seus domínios, eram totalmente independentes (Carvalho 2011: 9). Foi nesta diferença que se sustentou a escolha territorial dos portugueses:

Essa diferença organizacional entre Congo e Ndongo foi determinante para a definição da meta dos portugueses na região. Seria mais vantajoso concentrar os esforços para a contestação da soberania do Ngola do Ndongo junto aos seus sobas, do que do Mani Congo junto aos manis provinciais (Carvalho 2011: 9).

Em 1560 chega ao Kuanza o governador Paulo Dias de Novais²⁰ com os primeiros missionários jesuítas. Chegam com o objetivo de estreitar relações com o rei do Ndongo, mas acabam reféns. O governador acabaria por ser libertado em 1566, com a ajuda de uma das filhas do rei, com a promessa de ir a Portugal arranjar reforços militares contra uma campanha iniciada por um soba rival do Ngola, Quiluanje Quiacongo (Fonseca 2012: 55-57).

De regresso a Portugal, e, após constatação do seu empenho aquando da sua estadia na corte do Ndongo, o governador obteve da corte portuguesa um contrato de conquista e de colonização, com um sistema de capitânias, idêntico ao utilizado no Brasil, para formar a colónia de Angola, nome inspirado do título do rei do Ndongo, o Ngola (Vansina 2010: 662).

¹⁸ Mbundu ou Umbundu era um povo de origem banto cuja língua oficial era o kimbundu.

¹⁹ Ngola era o termo utilizado para o rei dos diversos reinos mbundus.

²⁰ Paulo Dias de Novais (1510-1589).

adversários. Entretanto, os portugueses conseguiram, não sem esforço, erguer algumas fortificações no interior das terras. A partir de 1612, contudo, uma aliança se criou entre os portugueses e os mbangala (chamados jaga), comunidades de guerreiros nômades que já viviam de rapina na região antes de 1600. Com a ajuda deles, e principalmente a dos jaga kasanje, os portugueses ocuparam uma boa parte do reino de 1617 a 1621, e o rei se refugiou no Leste do país. Os aliados arrasaram a região conquistada, causando a ruína de todo o país. Mesmo o tráfico de escravos se interrompeu e a fome se alastrou (Vansina 2010: 662).

Segundo Carvalho (2011), a morte de Paulo Dias de Novais, em 1589, daria origem a vários conflitos em Angola, o motivo desses desentendimentos era disputa pela sucessão, por consequência, em 1592, a Coroa portuguesa decide substituir o sistema de capitânias pelo sistema de governo geral (Carvalho 2011: 10). Nos anos que se seguiram foram vários os governadores portugueses que, de acordo com Mariana Bracks Fonseca, no artigo “Nzinga Mbandi contra os portugueses em Angola. Século XVII” (2011), tiveram um papel fulcral no desenrolar das guerras pretas²¹ (Fonseca 2011: 1)

Em 1612, os governadores portugueses aliaram-se aos Imbangalas²², movidos pelo interesse no comércio de escravos, pretendendo com esta parceria tirar proveito dos guerreiros para aumentar o aprisionamento de escravos. Os seus mandatos ficaram marcados pelas alianças com estes mercenários, o que acabaria por despoletar a guerra entre os povos autóctones e gerar instabilidade política. Por consequência, houve uma quebra na produção e os sobas não conseguiam pagar os seus tributos, gerando uma contradição na política colonial (Fonseca 2011: 1-2).

Mariana Bracks Fonseca realça:

Para a invasão do Ndongo, os portugueses contaram com a ajuda do Jaga Cassanje. O Ngola foi derrotado e sua esposa e alguns de seus principais homens foram aprisionados. Enfraquecido, o Ngola se refugiou em uma das ilhas do Kwanza. Após o ataque bem sucedido da aliança, Cassanje e seu bando se recusaram a sair das terras ocupadas do Ndongo com sua ajuda, desagradando as autoridades portuguesas que desejavam ter controle sobre o território. A ocupação do território pelo Cassanje dificultou ainda mais o comércio de escravo uma vez que ele se recuava a ser um mero fornecedor de escravos baratos. Sua presença no Ndongo passou a ser vista como inconveniente, tanto para os portugueses como para o Ngola, que perdera o território (Fonseca 2011: 2).

Apesar dos recorrentes conflitos entre portugueses e mbundos é, em 1617, após a tomada de decisão, do então governador Luiz Mendes de Vasconcelos, de transferir o presídio de Hango para Ambaca, em terras pertencentes ao Ngola, que intensificaria a tensão entre frentes. Com a ajuda do seu filho, tenente João Mendes, inúmeras foram as guerras levadas a

²¹ Guerra Preta foi a designação para as guerras angolanas nos séculos XVI e XVII em que os combatentes eram maioritariamente negros.

²² Imbangalas ou Jagas- guerreiros nômadas oriundos do Leste; descritos como bárbaros. Tornam-se temidos e famosos pelos seus supostos rituais canibais. Os jagas integravam microestados altamente militarizados, sob a liderança de chefes autônomos que podiam atuar por conta própria ou aliarem-se, de acordo com sua conveniência, aos portugueses ou adversários dos portugueses. Estas comunidades viviam em Quilombos e eram conhecidas como máquinas de guerra.

cabo por este governador, tendo os três anos do seu governo sido considerados como os mais nefastos; este acabaria por ser condenado ao desterro no Brasil por extorsão à coroa (Fonseca 2010: 401-402).

Em 1621 toma posse o governador João Correia de Sousa²³ e uma das suas primeiras decisões, após confesso fracasso na conquista de Angola, foi a de enviar embaixadores ao Dongo para negociar a paz:

Os portugueses se comprometiam a retirar Cassanje do Ndongo, restituir os Kijicos e sobas ilegalmente apreendidos por Luiz Mendes de Vasconcelos e retirar-se do forte de Ambaca. Em contrapartida, o Ngola deveria ser batizado e retornar à terra firme. O retorno à capital Cabaça, situada no centro do Ndongo, era indispensável, pois deixava o Ngola exposto à maior fiscalização e dependência em relação aos portugueses. A retirada de Ambaca não deveria ser, a esta altura, tão difícil, pois se tratava de um posto militar recém-criado, difícil de abastecer e defender. O auxílio militar tornaria o Ngola dependente dos portugueses e obrigaria a uma cooperação político-comercial. O Cristianismo seria usado como alicerce ideológico que garantiria a submissão permanente, como era prática nas conquistas portuguesas (Fonseca 2011: 2-3).

Os primeiros registros históricos da aparição de Ginga Mbandi remetem a 1622, em Luanda, quando, em resposta à proposta de negociação de paz, é enviada pelo seu irmão, Ngola Mbandi, a uma conferência de paz com o governador português João Correia de Sousa. Esta conferência, descrita por Cavazzi e Cadornega, visava impedir a construção do presídio de Ambaca, bem como a captura de escravos e o envio dos mesmos para o Brasil, uma vez que na sequência dos milhares de capturas era notório o despovoamento do reino (Pinto 2011: 7-8). Esta embaixada fica conhecida pelo “episódio da cadeira” e assinala o ponto de partida para Ginga se tornar conhecida pela sua personalidade forte e capacidade diplomática e ganha a admiração de mbundos e portugueses, conforme descreve Alberto Costa e Silva:

Durante as conversações, a princesa, recebida com toda a pompa, procurou desfazer em seus interlocutores a ideia que ali estava para declarar o rei do Dongo vassalo dos Felipes. Ao contrário, ali estava para tratar de igual para igual com os portugueses, na qualidade de representante de um estado soberano. Deixou isso claro desde o primeiro encontro com o governador. Como este a recebesse sentado e não lhe oferecesse cadeira, Ginga fez um sinal para uma de suas acompanhantes, possivelmente uma escrava. A mulher ajoelhou-se, pôs-se de bruços com as duas mãos no chão, para que a princesa sobre ela sentasse. Ao sair, a embaixadora abandonou a moça, deixando-a na sala, na mesma posição, como se fosse um banco. E porque o governador a avisasse disso, Ginga lhe respondeu que não pretendia voltar a sentar-se sobre aquele mesmo tipo de banco e, como dele tinha muitos, não o queria mais” (Silva 2002: 428).

²³ João Correia de Sousa governou de 1621 a 1623.



Figura 5: Episódio da cadeira na embaixada de Ginga
Fonte: Heywood e Thornton 2013: 64

Deste encontro resultaria, em 1623, um tratado de paz assinado por Ginga, sob condição de se converter ao cristianismo. Ginga é então batizada, tendo por padrinho o governador João Correia de Sousa; é-lhe dado o nome de Ana de Sousa. O ano de 1622 fica também marcado pela criação da *Propaganda Fide* pelo Papa Gregório XV. Como é salientado por Flávia Maria de Carvalho (2011), a congregação defendia “o fim do exclusivismo português nas atividades missionárias”, apologistas, portanto, à agregação de outras ordens religiosas na missão de evangelização. Tal posição chocava com os interesses da Companhia de Jesus, esta dissidência não só reflete os atritos entre a Coroa portuguesa e o Vaticano como provoca o acirramento dos mesmos. (Carvalho 2011: 19).

Em 1624 morre o Ngola Kiluaji; Fernão de Sousa que dá conta do sucedido ao governo português numa carta:

El Rey d'Angola he falecido de hus pôs de peçonha que tomou de paixão por lhe não cumprir o governador João Correa de Souza a promessa que lhe tinha feito de mudar o presídio da Embaça pera a Luynha conforme ao assento que se tinha tomado sobre isso per autos que ficao em meu poder. Deixou nomeada no trono Dona Anna de Souza sua irmã que esta baptisada, mas ella se não nomea senão senhora d'Angola. Tenho carta sua em que me diz que mudando o presídio se sahira logo das ilhas donde esta (ilha de Quindonga) e se passará para a terra firme e que fará as feiras na Quiçala onde se costumavao fazer, e que mandará aos seus que venhão a ellas, e que tragão peças (escravos) por o ter assy assentado com os seus macotas, que são os do conselho, e que semeará as terras, e pedirá padres da Companhia para baptizarem os que quizerem fazer christãos, e o seu tendala, que he a pessoa principal se quer logo baptizar e pede ao Bispo lhe mande levantar igrejas, e que se lhe mande hua pessoa de respeito pêra tratar distas coisas. Pólas razões que se apontão no auto que fez João Correa, e no que fez Pero di Souza, retificou o Bispo servindo de governador, que todos tenho em meu poder, me parece que será de grandi serviço de Deos, e di Vossa Magestade mudarse o presídio da Embaça pera a Luynha por não aver nisso perigo por estar o Reyno muito pobre, e falto de gente, e quando parecer tornar a situar o presídio onde esta podesse fazer, e perdendo esta boa ocasião, que Dona Anna offerece do Christianismo, e abrir dos caminhos e principiar feiras não se tornara a ter tão boa, o que importa muito para a Fazenda di Vossa Magestade e bem comum disti Reyno

em que há grande falta de peças (Carta de Fernão de Sousa ao governo, 15/8/1624 in Heintze 1988: 85).

Após a morte do seu irmão, Ginga torna-se regente e começa a incomodar a corte portuguesa, como se pode ler no excerto de outra carta de Fernão de Sousa:

Dona Anna senhora de Angola me aperta muito que lhe cumpra a palavra que lhe deu o governador João Correa de Sousa, e que lhe mude o presídio da Embaca, e que logo se passará para terra firme, e mandará buscar padres da Companhia, e levantará igreja, e fará feiras largando-lhe Vossa Magestade os quizicos e sovas que com a guerra que diz se lhe fez injusta lhe tomarão do que tenho dado conta, e apontado as razões que pera isso há, fico esperando hordem pera seguir a que for em mais serviço de Vossa Magestade (Carta de Fernão de Sousa ao governo, 10/12/1624 in Heintze 1988: 142).

Ginga reivindica o trono do Ndongo, argumentando que era a legítima herdeira por ser a neta de um antigo soberano da região chamado Kiluanj Kia Ndambi a Ngola. No entanto, para Portugal essa sucessão não seria vantajosa e a tensão aumenta.

Segundo descreve Jan Vansina (2010: 662), enquanto Ginga se debatia com os entraves em torno da sucessão ao trono, os jaga Cassanje ocupavam sempre a melhor parte do Ndongo. Por consequência, quando os portugueses decidem retomar a guerra contra a soberana, em 1626, acabariam, também, por iniciar um confronto com os jaga Cassanje. Tentaram, ainda, impor um rei fantoche, Are a Kiluanje.

Os portugueses não só não se retiraram de Ambaca como ainda criaram um mercado de escravos. Contra todas as expectativas, a fuga de Kimbares²⁴ em busca do abrigo de Ginga tornou-se uma constante, o que representou um enfraquecimento dos exércitos portugueses e o fortalecimento do de Ginga. Esta, por sua vez, recusou sempre devolver os escravos enquanto os portugueses não cumprissem com o prometido aquando da embaixada em Luanda. A tensão aumentou e os portugueses decidiram usar Are a Kiluanje, argumentando que seria o herdeiro legítimo ao trono do Ndongo, fundamentando a revindicação no facto do mesmo ser descendente de grandes nobres cujas origens apontavam para o primeiro Ngola (Fonseca 2011: 6-8). Para Are a Kiluanje, uma aliança com os portugueses representava uma oportunidade de recuperar o trono do Ndongo de uma linhagem rival, como ilustra o seguinte excerto de uma carta de Fernão de Sousa ao rei:

Mandey persuadir a Ayre Aquiloange, herdeiro legitimo delle (i.e., do Reino do Dongo), que viesse ao presídio pois era vassalo d'ElRey nosso senhor posto que o governador João Correia de Sousa o tinha largado a ElRey defunto o que fiz cõ yntento de o enemistar cõ ella (i.e. Dona Anna) e pera o fazer Rey de Dongo, vindome ordem di Sua Magestade cõ as condições declaradas na carta que escrevi a El Rey nosso senhor sobre a guerra di Dongo e dos Xagas (Carta de Fernão de Sousa in Heintze 1985: 229).

²⁴ Kimbares – escravos, com treinamento militar, entregues pelos sobas para servirem como soldados a favor dos portugueses.

Após várias tentativas diplomáticas sem sucesso, Ginga arma uma emboscada a Are Kiluanje em 1626, resultando na morte de três portugueses, e seis reféns, dando aos portugueses o pretexto perfeito para oficializar uma guerra contra a soberana (Fonseca 2011: 9). Esta, por seu lado, contava com o apoio incondicional dos sobas do Cuanza, assim como com o apoio de outros sobas, não por serem apoiantes devotos da rainha, mas por serem opositores dos portugueses, como descreve Fonseca:

A partir dos primeiros ataques, Nzinga começou a se transformar num símbolo da resistência anti-portuguesa muito para além das fronteiras do Ndongo, verificado pela solidariedade dos sobas Ambuíla e Kiluanje Cacango, ambos vassallos rebeldes de Portugal que se recusavam a pagar os tributos. A ruptura de relações dos portugueses com Ambuíla levou ao fim da feira em seu território, o que afetou o comércio de escravos. (...) Nzinga Mbandi jamais aceitou perder o trono do Ndongo e buscou se fortalecer militarmente para combater os portugueses e garantir, pelas armas, seus direitos e a soberania de seu povo. Para fazer frente ao poder lusitano, Nzinga mobilizou muitos sobas nas adjacências do rio Kwanza, alguns sobas Ndembos, como era o poderoso Ambuíla, os “belicosos” sobas da Quissama (Fonseca 2011: 10).

Foram inúmeras as batalhas de Ginga na liderança dos Quilombos²⁵.

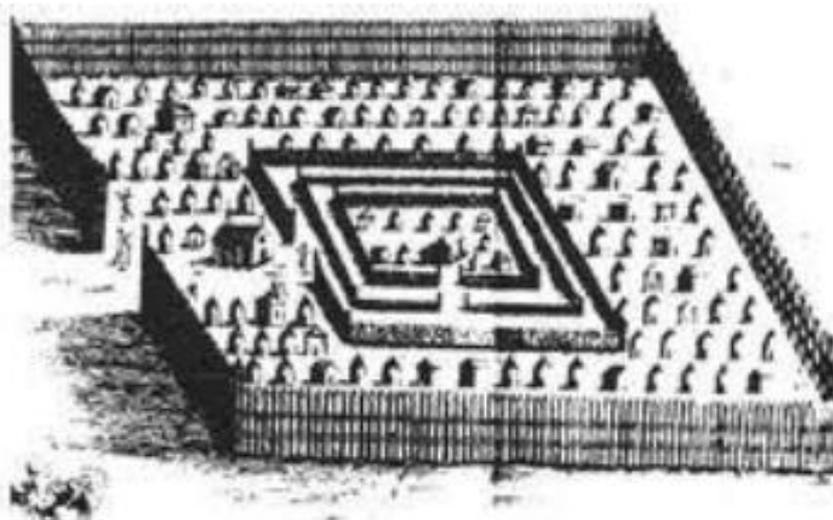


Figura 6: Ilustração de um Quilombo
Fonte: Cavazzi, Volume I 1965: 182.

A *História Geral das Guerras Angolanas* (1972 [1680]: 82-84), da autoria do capitão Cardonega, descreve a liderança de Ginga como uma grande confederação cujo único propósito era erradicar a presença dos portugueses em Angola. Das muitas alianças que criou

²⁵ Quilombos eram sociedades nómadas guerreiras destinadas ao treinamento de rapazes para guerrear. A organização hierárquica dos Quilombos era extremamente bem definida sendo que cada guerreiro tinha lugares e funções específicas.

na sua luta contra os portugueses, destaca-se a que criou com os guerreiros Imbangalas que não se limitaram a apoiá-la e a consagraram como sua líder.

Fernão de Sousa, na sua correspondência com a corte portuguesa, informa que Ginga colocou fogo na ilha, para não deixar rastro, e fugiu para Tunda. Uma vez que estavam doentes e desconheciam a sua localização, os exércitos não puderam segui-la. Dizimados pela fome e pela varíola os portugueses ficaram fragilizados, razão pela qual o capitão general Bento Banha Cardoso intimou todos os sobas, através de propostas de amizade e ameaças de guerra, a entregarem Ginga caso ela entrasse nos seus domínios. O general saiu, com oitenta soldados, para prender a rainha. Daí em diante, Ginga e o Jaga Caza colocaram-se em fuga e percorreram o Ndongo aproveitando para fazer uma campanha profundamente anti lusitana. Na qualidade de Imbangala, a soberana passou a contar com o apoio de um grande número de guerreiros bem treinados e altamente organizados, como prescrevia a hierarquia do Quilombo aumentando consideravelmente o seu poder bélico e garantindo a segurança necessária para se movimentar (Carta de Fernão de Sousa in Heintze 1988: 167 doc.78).

Are a Kiluanje manteve-se no trono, ainda que desrespeitado e sem poder efetivo, até à sua morte em 1626. Sucedeu-lhe o seu irmão, Ngola Are. As guerras entre Are e Ginga eram patrocinadas e fomentadas pelo governo português que pretendia apenas distrair Ginga enquanto tentavam estabelecer o tráfico negroiro noutros sítios. Fonseca, destaca o descontentamento de muitos dos sobas, que se recusaram a obedecer ao novo rei do Ndongo. “A insubordinação alastrou-se, acabando por prejudicar a disponibilidade de soldados para a guerra preta e o pagamento dos tributos”. Aquando da ordem do capitão mor Azevedo para que os sobas, da região de Quezo, se apresentassem no acampamento do exército português, nenhum deles obedeceu: no entanto, mandaram informar o comandante português que, desde que não implicasse submissão ao Ngola Are²⁶, estariam à sua disposição. Tal gesto foi interpretado pelos portugueses como uma afronta, foi sobre o pretexto de que os sobas seriam apoiantes da Ginga que os portugueses declararam guerra contra eles (Fonseca 2011: 14-16).

Em 1628, Ginga e Caza regressam à ilha de Kindonga onde se fortificam e numa tentativa de anular o acordo que os portugueses tinham feito com Ngola Are, fazem-se representar, junto dos portugueses, por Mani Lumbo, um fiel amigo do quilombo, e oferecem quatrocentos escravos e cento e cinco vacas a Fernão de Sousa. Em resultado, Mani Lumbo acabaria preso e após algumas negociações e ataques acabaria por ser considerado espião e condenado à morte. O trágico fim do Mani Lumbo²⁷ decreta o final da parceria de Ginga e do

²⁶ Ngola Are foi o rei “fantoche” imposto pelos portugueses no Ndongo, Are Kiluanji.

²⁷ Mani Lumbo era uma espécie de primeiro ministro, o representante máximo a seguir ao Ngola.

jaga Caza que, ao saber do sucedido, a abandona e se muda para a ilha de Cataxecacollo²⁸ (Carta de Fernão de Sousa 10 de Julho de 1628 em Heintze 1988: 197-198 doc. 105).

A liderança das tropas Jaga pela soberana valeram a Ginga alguns contratemplos, visto a aceitação não ter sido unânime. Como consequência desta falta de unanimidade alguns jagas traidores ajudam os portugueses a chegar ao quilombo, em 1629. As duas irmãs de Ginga acabariam capturadas pelos portugueses e levadas para Luanda, onde, apesar de prisioneiras, foram sempre tratadas como membros da realeza africana. Este ataque ao Quilombo de Ginga provocou a sua segunda expulsão do Ndongo, levando-a a dominar o território da Matamba onde foi aclamada rainha e acolheu o seu povo, que descontente buscou abrigo junto da sua rainha na Matamba. A guerreira aliou-se ao Jaga Cassanje, seu antigo rival, e passou a guerrear os sobas Ndembos, conseguindo a passagem livre pelo rio Ndande de conseguindo criar rotas alternativas às utilizadas pelos portugueses (Fonseca 2012: 142-143).

Em 1641 Luanda é ocupada pelos Holandeses e Ginga torna-se sua aliada, sabendo tirar o devido partido dessa aliança, como realça Fonseca:

A chegada dos holandeses representou mais um novo aliado em sua luta contra os portugueses, pois lhe deram o acesso a armas de fogo e disponibilizaram soldados para suas guerras. Nzinga soube capitanear o apoio dos sobas descontentes com a “conquista” e, junto com o mani Congo, formou uma “confederação”, cujo principal objetivo era a expulsão dos lusos da África Central (Fonseca 2014: 14).

Com a chegada dos Holandeses, os portugueses procuram abrigo em Massangano, pelo que Ginga tira proveito da situação e corta as linhas de abastecimento e chegada de reforços certificando-se que se mantinham isolados.

Segundo Cadornega, em 1646, o quilombo de Ginga, em Sengas de Cavanga, foi invadido, acarretando consequências devastadoras para Kifunji, a irmã de Ginga. Marco Aurélio Luz refere o incidente na obra *Agadá: dinâmica da civilização* (2014) e destacando:

Muitas vezes, o general Arquibualte, depois de ter infringido grandes derrotas aos portugueses, foi seguido sem o saber pelas tropas lusas, que assim ficaram sabendo onde estava instalada Nzinga. Eles invadiram o acampamento, a rainha e o grosso da tropa escaparam, mas ficaram de posse de documentos que comprometiam Kifunji, a irmã da rainha, que informava-lhe, desde o seu aprisionamento, a movimentação portuguesa. Kifunji foi condenada à morte por afogamento (Luz 1995: 260).

Após a morte de sua irmã Kifunji, deu-se o acirramento da guerra e entre 1647 e 1648 muitas foram as batalhas entre frentes de Ginga e as portuguesas. As tropas de Ginga, desta feita fortalecidas com o apoio dos holandeses, acabariam por recuperar muito do seu território:

²⁸Cataxecacollo, ilha perto do rio Kwanza.

Finalmente, na última fase das guerras angolanas, de 1641 a 1663, a disputa envolveu a interferência de concorrentes europeus, os holandeses, e a articulação da resistência militar na figura carismática de Nzinga Mbandi (1581-1663), governanta, primeiro do Ndongo e depois de Matamba (CURTO, 2008). Foi durante esse período que as autoridades africanas solicitaram cada vez mais a interferência da Igreja romana, com o envio de missionários desvinculados dos interesses lusos, pelo que houve a remessa, entre 1645-1665, de um grande contingente de capuchinhos ao Congo e ao Ndongo, do qual Giovanni Cavazzi de Montecúcolo era parte integrante (Macedo 2013: 55-56).

Em 1648 os Holandeses deixam Luanda, facto que estabelece uma nova era na guerra preta:

Desfeita a aliança Ndongo-Congo-Holanda, a rainha Nzinga, já com idade avançada, percebeu que era chegado o momento de buscar a paz na região e garantir as conquistas alcançadas. O período que vai de 1654 a 1657 foi de grandes atividades diplomáticas desenvolvidas pela rainha junto ao governador de Luanda e também à igreja católica, contando para tanto com o apoio dos padres capuchinhos. No afã de alcançar seus objetivos, ela dirigiu-se diretamente ao papa Alexandre, buscando através do Vaticano o apoio necessário para pressionar a Coroa portuguesa a estabelecer acordos de paz.

Nzinga sabia que, sem o respaldo do Vaticano, seria difícil assinar qualquer acordo devido às pressões dos traficantes de escravos, que tinham interesse na continuação da guerra, a fonte de prisioneiros. Além do mais, os objetivos da rainha reivindicados não só extinguiria o tráfico do Ndongo, como serviria de estímulo às insurreições negras, especialmente palmares, no Brasil (Luz 1995: 262).

Ginga permaneceu no poder durante cerca de 40 anos, e apesar do seu reinado ter sido, maioritariamente, em guerra, acabaria por firmar o tratado de paz com os portugueses, em 1655, durante o governo de Luís Martins Chichorro²⁹, sob a condição de a rainha ajudar na conquista de Quissama, ser amiga dos amigos portugueses e inimiga dos inimigos. Este acordo permitiu a libertação de Mocambo, assim como a garantia de independência do Ndongo, que entretanto foi novamente repovoado pelo seu povo. Foi também devido a este acordo que os missionários capuchinhos chegaram ao reino para pregar o cristianismo e Ginga se converteu (Fonseca 2010: 412). O excerto de uma carta da rainha Ginga ao governador Luís Martins Chicorro revela parte das negociações que estiveram na origem do tratado de paz:

O embaixador entregou-me o presente oferecido por V. Senhoria e agradeço-vo-lo. Apreciei particularmente a taça de nácar. V. Senhoria não deve dar-se ao trabalho de me enviar presentes, pois tenho tudo em abundância na minha corte, apenas me falta a minha irmã. A sua vinda pôr-me-ia ao vosso serviço consoante os vossos desejos. V. senhoria irá constatá-lo. O Portador desta carta parte imediatamente para informar V. Senhoria do que acordei com o seu embaixador e, para ir mais depressa leva apenas doze escravos em troca das doçuras enviadas por Vossa Senhoria. Na minha corte em Santa Maria de Matamba, a 13 de dezembro de 1655. R. D. Ana de Sousa (Heywood e Thornton 2013: 309).

²⁹Luís Martins Chichorro governou entre 1654 e 1658.

Este período de guerras é descrito por diversas fontes como a Guerra Preta, designação que surge muito bem fundamentada, pela origem e nacionalidade dos guerreiros; com a utilização dos jagas como seus combatentes, o aumento da captura de escravos e a obrigação de cedência de escravos pelos sobas, os soldados de ambas as frentes tinham algo em comum, nomeadamente a nacionalidade e a cor. No fundo tratou-se de uma guerra cujos combatentes de ambas frentes eram, maioritariamente, de África Preta, daí ter ficado imortalizada como a guerra preta, um período marcado pela seca, fome, desertificação, varíola, instabilidade política e guerra. O Gráfico que se segue enumera os eventos importantes durante a Guerra Preta:

Gráfico Cronológico dos eventos importantes durante a Guerra Preta	
1482	Chegada de Diogo Cão ao Zaire (Congo)
1560	Chegada do Governador Paulo Dias Novais ao Ndongo com os primeiros jesuítas, onde ficam reféns por anos.
1566	Paulo Dias Novais regressa a Portugal
1575	Paulo Dias Novais regressa a África
1576	Paulo Dias Novais funda Luanda
1580	Início das guerras entre o Ndongo e Portugal
1581/82	Nascimento de Ginga
1589	Morte de Paulo Dias Novais
1591	Ngola Kiluanji (pai de Ginga) torna-se o rei do Ndongo
1612	Aliança entre portugueses e imbangalas
1617	Morre Ngola Kiluanji e o trono é assumido pelo seu filho Ngola Mbandi
1621	João Correia de Sousa assume como governador de Angola
1622	Ginga é enviada a Luanda como embaixadora da paz

1623	Ginga é batizada com o nome de Ana de Sousa
1624	Morre Ngola Mbande, deixando o seu filho menor ao cuidado do jaga Kasa; Ginga assume como regente do sobrinho
1626	Ginga assume como rainha do Ndongo e os portugueses contestam a sua legitimidade colocando Ngola Hari Kiluanji como herdeiro legítimo ao trono retomando a guerra com a soberana
1629	Ginga perde o trono do Ndongo e refugia-se na Matamba, as suas irmãs Funji e Kambo são levadas para Luanda como reféns
1631	Ginga estabelece nova corte na Matamba
1633	Ginga consegue recuperar a sua irmã Kambo
1641 a 48	Ginga alia-se aos holandeses
1646	Expedição contra Ginga e Kambo é novamente capturada e Kifunji condenada à morte por afogamento
1653	Propaganda Fide envia missionários para o Quilombo da Ginga
1654	Assume o governador Luís Martins de Sousa Chichorro; Cavazzi é enviado para Massangano
1655	Ginga assina tratado de paz com os portugueses
1656	Kambo (D. Bárbara de nome cristão) é libertada
1657	Casamento cristão de Ginga
1658	Gaeta abandona a Matamba por Massangano; Cavazzi é enviado para a Matamba
1662	Morre Gaeta
1663	Morte de Ginga a 17 de dezembro; sucede-lhe a sua irmã D. Bárbara

Capítulo IV

Rainha Ginga: Retratos

Quando se faz referência às guerras africanas é inevitável mencionar a incontornável figura da rainha Ginga. A soberana tem sido abordada nas mais diferentes perspectivas, ora pela sua importância na história africana ora pelo simbolismo que a sua personagem acarreta, ainda hoje, para o povo africano.

São inúmeros os relatos e publicações sobre a rainha, sendo que a ambiguidade com que é descrita, pelos diferentes autores, é algo que remonta aos primórdios. Na obra de António de Oliveira Cadornega, a soberana é descrita de forma exaustiva:

Fallecido o Rey de Angola Ambandi logo se oppoz a Irmã mais velha que tinha e tomou o nome de Ginga, imitando no nome aquelles poderosos do que fallamos que tinham aquelle nome, ao governado do Reino de Angola que era o que tanto dezejava a qual logo seguiu a sua voz o Reino todo, obedecendo-a por Senhora, e vendo que o filho do Irmão lhe podia servir de impedimento ao perpetuarse no Reino de Angola que era todo o seu dezejo, austociozamente se amigou, ou abarregou com o Jaga Caza tutor do Principe seu Sobrinho e estando de dentro com elle houve o pobre innocente Principe a mão e o mandou afogar em o rio Coanza, como huma couza e outra contarão seus mesmos parentes, ficando com esta maldade e tirania livre de cuidado, que o Sobrinho filho de seu irmão legitimo herdeiro daquelle Reino lhe podia vir a dar, e porque desta nova Raynha, se bem cruel a seu Sangue, se há nesta história tratar della em muitas partes, pela continuada guerra que nos fez no discurso de tanto tempo que reinou que forão muitos annos, que parecia immortal, que se poderá fazer grande escritura, a qual se podia comparar ou ainda preferir a Semiramis, a Pantasileja, a Cleopatra, e a outras Raynhas de que as historias nos dão noticia, governando a seus Vassallos a nossa opposição com valor e animo varonil (Cadornega 1972^a [1680]: 54).

(...)

O mesmo traje de guerra exercitava a Rainha Ginga, Dona Anna de Souza, quando guerreava e andava em seus exércitos, entretanto nas batalhas animando os seus como outra pantasileia Rainha das Amazonas, pondose em eminência á vista dos seus para com isso os animar, e dali dispunha dando ordem ao que havião de fazer e obrar, como o pudera fazer hum valente e entendido general (Cadornega 1972^c [1680]: 352).

Os excertos complementam-se e demonstram que também os inimigos podem ser vistos de forma positiva: inicialmente o autor acusa Ginga da morte do seu sobrinho sob pretexto de o mesmo ser um obstáculo à sua sucessão ao trono, conotando-a de vil, tirana e cruel, num segundo relato destaca-se a admiração com que descreve as suas capacidades bélicas e de liderança.

Cavazzi, no Manuscrito de Araldi, descreve Ginga de forma contraditória:

Fingiu levar a peito o destino do seu sobrinho, depois apaixonar-se perdidamente pelo jaga, cujos méritos e outras qualidades a haviam tocado profundamente, e pediu-lhe que a aceitasse como esposa. O Jaga desconfiou de que havia algum mistério escondido sob esta declaração (...) Lembrou-se dos receios de Ngola-a-Mbandi, que lhe confiara o filho para o subtrair à vingança da irmã. (...) Foi para o campo, onde o jaga permanecia normalmente com o seu pupilo e as suas tropas, a quem deu presentes magníficos; fez a mesma coisa ao jaga e soube de tal forma ganhá-lo que ele acabou por ceder. É assim a perspicácia deste sexo, pretensamente fraco, é capaz de tantas delicadezas ou ousadias que acaba por derrotar os homens mais fortes e mais sensatos (Heywood e Thornton 2013: 70).

Por outro lado, na obra de Cavazzi, e embora este tenha convivido de perto com a soberana, escrevendo, portanto, com base na experiência pessoal acumulada durante os treze

anos em que viveu em Angola, a análise deve ser feita com algumas reservas, como refere Pantoja:

O texto de Cavazzi, em suas diferentes versões, tem sido analisado como informações de primeira mão sobre a rainha mbundu. Em suas páginas, Cavazzi apresenta uma narrativa com raízes profundas na linguagem dos homens renascentistas na Europa. O olhar religioso e a construção de textos numa espécie de amálgama de informações acabaram por apresentar uma imagem da rainha que deve ser lida com muito cuidado e atentando aos novos trabalhos que têm revisado a história angolana dessa época. Na obra de Cavazzi, os cuidados devem ser tomados com os relatos de fatos acontecidos décadas antes. As grandes coletas das tradições orais encontradas na obra de Cavazzi também trazem o inconveniente de censuras que recortam as narrativas (Pantoja 2000: 321).

O choque cultural deve ser tido em conta já que o padre faz uma descrição de acordo com a sua visão masculina e estrangeira, devendo considerar-se também o facto de o autor se apoiar em depoimentos orais e escritos que não identifica e, por último, deve ser realçado que escreve com o cuidado de agradar aos seus superiores eclesiásticos; daí, a necessidade de questionar a veracidade da obra no que toca à descrição diabólica da rainha e do seu povo:

Empunhando as armas, com um grupo de fiéis, matou todos aqueles que pareciam não aceitar a sua autoridade. (...) Depois da morte do Ngola Mbandi, de que ela própria era culpada, apanhou alguns ossos do cadáver e guardou-os num cofre coberto com chapas de prata (...). Recorria a ele por meio dum *xinguila*, como se fosse possuída pelo espírito do Ngola Mbandi, e nessas ocasiões comportava-se como uma bacante no meio dos presentes dispostos em redor, com pouca vergonha do decoro real. (...) Desta maneira saciava a sua avidez de matar sob o pretexto da fome daquele morto, sacrificando frequentemente cinquenta ou sessenta vítimas. (...) Entre o povo tonto correu o boato de que ela era uma grande bruxa e uma adivinha infalível, que se podia transformar em vários monstros, como melhor lhe aprouvesse. Por isso ninguém ousou comprometer-se em conspiração, como frequentemente acontece com os tiranos. Por sua parte, ela fazia o possível por manter viva a sua crença, por meio de numerosos espíões que a informavam diligentemente de tudo o que acontecia (Cavazzi 1965^a [1622]: 169).

Segundo Priscila Weber, em “Nzinga Mbandi: representações de poder e feminilidade na obra do padre Cavazzi de Montecúcolo” (2011), a obra do padre Cavazzi “merece uma leitura cuidadosa para apreciação dos seus relatos já que descreve as formas e possibilidades de governo de Nzinga Mbandi”. A condição de europeu, e por consequência a inserção numa sociedade cujos códigos culturais diferem dos africanos, explica a “repulsa e indignação” com que os seus rituais são descritos. Esses relatos são de extrema importância uma vez que a barbaridade, exagero e preconceito com que são retratados nos permitem um melhor entendimento relativamente ao que seria diferente e ameaçador aos olhos dos autores, possibilitando, assim, a construção pormenorizada de cada perfil (Weber 2011: 104-105). A autora defende, também que, independentemente das diferentes teorias defendidas por Cadornega e Cavazzi, há algo consensual nas suas narrativas, nomeadamente a forma como descrevem a soberana. Descrita como “uma mulher que possuía poder, pela sua personalidade voraz, ativa e dissimulada, apavora estes observadores e escritores de uma África que estava

em mãos dos da terra e, segundo eles, devia estar em mãos dos fidalgos”. É também por este facto que muitas descrições podem ser manipuladas pelos escritores, sem, no entanto, promoverem “o abandono de um referencial de rigor teórico e metodológico que fundamenta a interpretação e a escrita da história” (Weber 2011: 98). Esta descrição da princesa é reiterada por Cavazzi, aquando da embaixada a Luanda, no Manuscrito de Araldi:

Foi muito admirada a vivacidade da sua atitude e a prontidão da sua inteligência, qualidades que não se concebiam numa mulher. Ela desculpou as falhas do irmão com argumentos sólidos e termos apropriados; pediu a paz, ofereceu uma amizade sincera, uma aliança estável, fez ver por razões igualmente fortes e evidentes que esta era tão necessária aos portugueses como ao rei que a havia enviado. Espantou, surpreendeu, convenceu todo o conselho e os magistrados com um à-vontade tão natural que estes permaneceram muito tempo sem palavras (Heywood e Thornton 2013: 64).

Um dos capítulos mais controversos nas representações da rainha é a morte do seu irmão Ngola Mbandi, e a consequente sucessão ao trono da rainha Ginga. Tal como Cavazzi, são várias as fontes que responsabilizam a rainha pela morte do Ngola como forma de alcançar a sucessão ao trono, debruçando-se sobre a legitimidade que esta teria, ou não, ao mesmo.

António Brásio (1952) sustenta a teoria da ilegitimidade com base no seguinte excerto de uma carta, datada de 1626, do governador Fernão de Sousa ao rei D. Filipe III:

Tenho dado conta a V. Magestade por alguãs vias do perigo em que ficaua esta conquista, e o Reyno de Dongo, por estar yntruza nelle Dona Ana Ginga, por morte d’el Rey seu irmão, e por mouer os souas a que lhe obedecesse, e procurar aos nossos escrauos que fogisse, pera cõ eles se leuantar, e nos fazer guerra. Procurey quietala, até vir horde de V. Magestade dissimulando alguns despejos por conseruar a pax que V. Magestade me encomenda, e por ser grande consideração em qualquer sucesso estar na obediência de V. Magestade. O soua Ayrequiloange, que o governador João Correia de Souza largou e D. Ana pera conuer com ella, mandey vir ao presidio da Embaca, por ser legítimo e verdadeiro sucessor do Reyno, e ella o não poder ser, por não gouernar este Reyno molher (Brásio 1952^a: 417).

Neste registo, o governador Fernão de Sousa alerta para os riscos intrínsecos à presença de Ginga no reino do Ndongo, realçando que a mesma não seria legítima ao trono uma vez que tal cargo estaria interdito a mulheres.

No campo da discussão da legitimidade destacam-se, também, as visões antagónicas de vários autores. Joseph C. Miller, no artigo “Njinga of Matamba a new perspective” (1975), defende a ilegitimidade do trono:

The Kaza and other Imbangala war leaders soon defected to the Portuguese with the excuse that she lacked authentic Imbangala ancestry. Thus her weak claim to authority, regarded as illegitimate by the Imbangala as well as by the Mbundu, evidently continued to hamper her search for a firm political base even as the tembanza. (...) since Mbundu political theory specifically precluded anyone who had show hostility to the holder of a title from taking his place, Nzinga was further disqualified from a legitimate succession (Miller 1975: 209-213).

Miller (1975) defende que Ginga não era herdeira legítima do trono do Ndongo, uma vez que seria filha de uma escrava, e que nesse reino as mulheres não estariam autorizadas a governar; além disso, Ginga não pertencia à linhagem real e uma vez que tinha irmãos, homens, mais velhos e legítimos, não seria legítimo ocupar o trono do Ndongo. A teoria do autor apoia-se em depoimentos orais que recolheu aquando da sua ida a Matamba onde fez um trabalho de campo intenso que visou analisar a estrutura interna, bem como a ideologia da política africana (Miller 1975: 201-216). O autor contestou tudo o que se acreditava até então. A importância deste estudo de Miller é destacada por Fonseca:

Os estudos de Miller revolucionaram a compreensão que tínhamos das genealogias dos reinos africanos e tornou ainda mais difícil a reconstrução de listas nominais dos Ngola. Sua pesquisa das tradições orais em Malanje mostrou que os nomes evocados por Ngola Inene, Kiluanje Kya Samba e Ngola a Kiluanje eram títulos perpétuos e não pessoas físicas e representavam princípios abstratos de poder. Miller deu nova interpretação às palavras “filho”, “pai”, “irmão”, “casamento”, revelando o caráter metafórico destas expressões nas genealogias centro-africanas: “pai” e “filho” revelam relações políticas entre títulos, sendo um derivado do outro, tal como “irmão” seria uma equivalência entre os títulos. Esta terminologia que utilizamos se refere a uma relação política e não biológica. As árvores genealógicas se referem assim a títulos políticos (posições masculinas) e a grupos de parentesco (posições femininas) (Fonseca 2012: 30).

Miller reforça a sua teoria afirmando que a rainha procurou legitimar a sua sucessão contra os opositores que a viam como uma usurpadora e defende, ainda, que a posterior conquista da Matamba se devia ao facto de que naquele reino as mulheres podiam governar sem nenhuma interdição ou impedimento (Miller 1975: 205-206-210).

Adriano Parreira, na sua obra *Economia e sociedade em Angola na época da rainha Jinga: século XVII* (1997), apesar de admitir a possibilidade de eles não serem parentes, discorda da teoria da ilegitimidade defendida por Miller. Parreira defende que o autor, para além de não sustentar a teoria da falta de linhagem real, entra em contradição uma vez que o próprio salienta que os termos utilizados nada mais são que metáforas representativas de cargos políticos. Parreira refere ainda que a conquista do reino da Matamba não foi uma escolha de Ginga, mas sim a única alternativa que lhe restou (Parreira 1997: 181). As contestações de Parreira às teorias de Miller privilegiam a consulta dos documentos de Fernão de Sousa publicados por Heintze.

De realçar também a opinião de Fonseca que, em *Nzinga Mbandi e as Guerras de Resistência em Angola. Século XVII* (2012), questiona e contesta a opinião de Miller:

A afirmação de que a mãe de Nzinga era uma escrava aparece apenas em Curvelier, que não a sustentou em nenhuma evidência documental. Por que Miller acreditou em Curvelier sem questionar a veracidade desta afirmação e a repetiu com tanta ênfase? Não acreditamos nesta filiação, pois se Nzinga fosse realmente filha de uma escrava, isto teria vindo à tona durante a discussão sobre a legitimidade de Ngola Are em 1629, quando este foi publicamente

recharçado por ser filho de uma escrava de Dona Gracia Kifunge. Como vimos, o próprio governador Fernão de Sousa acreditava nesta origem inglória de Ngola Are e, em decorrência disto, passou a defender a coroação de uma das irmãs de Nzinga. Certamente, se Nzinga também tivesse esta mácula em sua genealogia, seus rivais teriam levantado esta acusação na época, mas ao contrário, a maioria dos sobas a reconhecia com “angolla que ninguém ouza pegar” (Fonseca 2012: 155).

Baseada na correspondência inicial de Fernão de Sousa, Fonseca discorda, ainda, da ideia de que Ginga seria uma usurpadora do trono, defendendo que a rainha teria sido nomeada pelo seu irmão, Ngola Mbandi, antes da sua morte. Também o motivo que teria levado a rainha à Matamba foi alvo de divergência; a autora considera que Ginga foi estrategicamente à Matamba uma vez que já conhecia a história daquele reino e presumia que o seu governante a apoiaria, concedendo-lhe o trono por considera-la a mais apta a lutar contra os portugueses e garantir assim a soberania do reino (Fonseca 2011: 158-161).

Por outro lado, John Thornton, na obra *Legitimacy and Political Power: Queen Njinga* (1991), destaca a complexidade da legitimidade dada ao trono no Ndongo:

Both constitutional and genealogical precedents found in the traditions provided Njinga with the claims that she made to rule the country; that she was properly descended from the main royal line while her rivals were not, and that she had been elected by the proper officials. Her opponents, on the other hand, adduced other precedents to discredit her: that she was a female and thus ineligible and that other claims by descent were as good or better than hers. Ngola Hari was descended from a junior branch of the royal family, but there were precedents for election of such heirs. (...) Queen Njinga of Ndongo and Matamba has recently been viewed as a usurper of the throne, largely because some contemporary documents describe her as such. But the issue of legitimacy to rule in Ndongo was a complex one, based not on a fixed constitution but a set of contradictory historical precedents which were cited to establish authority. Njinga managed to find such precedents to support her claims, which were further reinforced by her control of the chief military officials of the country. In so doing, she was able to establish her legitimacy and even became a precedent for female rule in the years that followed her death (Thornton 1991: 37, 40).

O autor afirma que Ginga só chega ao poder do Ndongo porque se torna regente do seu sobrinho, herdeiro ao trono. Argumenta inclusive que devido ao complexo e contraditório sistema da constituição que levaria a escolha do Ngola, e apesar de não ser a sucessora legal do trono, teria sido capaz de se legitimar enquanto rainha e, posteriormente, consolidar a sua tomada de posse com aliança a imbangalas e jagas. Thornton salienta que os mbundu possuíam um forte sentimento contra o facto de as mulheres assumirem algum título político e proibiam qualquer mulher de assumir a posição de Ngola e, por consequência, a rainha teria mudado de género para ganhar legitimidade no título de Ngola, tornando-se “rei” (Thornton 1991: 38-39).

Alberto Costa e Silva em *Representações culturais da Rainha Njinga Mbandi (c.1582-1663) no discurso colonial e no discurso nacionalista angolano* (2002), reforça a teoria

defendida por Thornton, afirmando igualmente que para sustentar a sua legitimidade ao trono a rainha “mudou de sexo”:

Ela recusava o título de rainha e fazia questão de ser chamada rei. Por isso que decidiu tornar-se socialmente homem e ter um harém, com os concubinos vestidos de mulher. Por isso que lutava como um soldado, à frente do exército. Na realidade, Jinga estava a criar a sua tradição, a sua legitimidade, os precedentes que permitiriam a suas netas e bisnetas ascenderem, sem contestação do sexo, ao poder (Costa e Silva 2002: 438).

Independentemente do género, o facto é que durante o período de guerras contra os portugueses, Jinga converteu-se numa alternativa à escravidão, uma esperança de liberdade para o povo africano. Foram estes escravos fugitivos que apoiaram, política e militarmente, a rainha Jinga. Na visão de Fonseca, Jinga foi uma grande estratégia política e militar que, ao longo do seu percurso, com a sua astúcia e perspicácia conseguiu escapar de todas as investidas portuguesas que pretendiam apenas “reduzi-la à submissão” (Fonseca 2012: 12).

Souza (2011) realça a diplomacia, estratégia e astúcia da rainha:

E Matamba era terra conquistada por Nzinga, vista pelos portugueses como uma canibal sanguinária devido à sua proximidade com os jagas, cujo apoio procurou depois de ter sido afastada da chefia do Ndongo pelos portugueses. Ela opôs resistência cerrada contra a conquista e dominação portuguesa, contando para isso com o apoio dos guerreiros jagas, cujas normas e ritos foram trazidos para o interior de grupos até então regidos pelas tradições abundas (mbundu), seguidores de Nzinga. Para ela o catolicismo sempre foi um instrumento político, usado nas relações diplomáticas: só aceitou as regras e a atuação dos capuchinhos como contrapartida da paz com os portugueses e da devolução de Cambo, sua irmã, que fazia questão que fosse sua sucessora (...) É evidente, na documentação existente, que para Nzinga os missionários, a adesão aos ritos que introduziam e a permissão para que pregassem em seus territórios ligava-se diretamente à paz com os portugueses, coisa que ambicionava com intensidade cada vez maior à medida que os anos avançavam e sentia suas forças diminuírem. A sua segunda conversão, largamente divulgada por Roma, era a contrapartida do acordo de paz, no qual sua total autonomia permaneceu garantida (Souza 2011: 19).

Também Roy Glasgow (1982) partilha da mesma opinião e defende que a rainha compreendeu que a importância de abraçar as tradições Jagas e rejeitar o cristianismo reforçariam a sua legitimidade ao poder, permitindo procurar a lealdade e o apoio do seu povo alicerçados nas suas heranças culturais (1982: 92). O autor realça que:

[Jinga] possuía um traço de obstinação e de crueldade, que preservou sua posição, exterminando adversários e recompensando amigos. Na qualidade de agitadora-propagandista, levantou as massas, dirigindo propaganda política aos escravos e aos “soldados-escravos”, apelando para seu orgulho nacionalista e prometendo-lhe terras (Glasgow 1982: 11).

Em análise à obra de Glasgow, Fonseca destaca que o pensamento deste autor revela continuidade do “olhar eurocêntrico e despreza o entendimento dos chefes africanos em relação ao cristianismo” (Fonseca 2012: 120).

A ambiguidade com que a rainha Ginga tem sido retratada ao longo dos tempos nada mais é que o reflexo das suas atitudes que provocaram fascínio nos que a estudam. Selma Pantoja, em *Nzinga Mbandi: Mulher, Guerra e Escravidão* (2000), sublinha que a trajetória de Ginga, marcada por muitas ambiguidades, favoreceu a representação de uma figura de mulher forte e feroz, inimiga dos europeus: e a sua conversão à fé cristã foi vista como a prova de procura de uma harmoniosa relação com as autoridades portuguesas. A autora reforça, ainda, a complexidade inerente à interpretação dos retratos da rainha, um desafio que vai além de uma simples interpretação das reproduções da figura de Ginga, uma vez que poucos historiadores têm tentado uma crítica mais profunda da biografia da guerreira. Pantoja atenta, também, para as consequências de uma leitura que obriga a um olhar “pelos olhos dos inimigos da soberana, assim como para a necessidade do uso de pequenos filtros para detetar as intenções de tais textos”. “Apesar de serem testemunhos escritos, os relatos são, na verdade, cópias de outras fontes, geralmente não referidas”, que serviam sobretudo para agradar aos destinatários, regra geral membros da Corte ou da Igreja (Pantoja 2000: 320).

Também Priscilla Weber (2011) partilha da opinião de Pantoja, colocando em destaque as evidências que podem ser tidas como verdades absolutas: o governo da rainha Ginga ficou marcado pela sua determinação e capacidades bélicas, qualidades que se refletiam em fascínio e curiosidade. “A sua fama atravessou os séculos e os oceanos e a sua memória histórica, coletiva e representação estão intimamente ligadas à resistência e autonomia” (Weber 2011: 105).

Num estudo sobre a ambiguidade dos retratos de Ginga, Alberto Oliveira Pinto (2014) faz uma comparação entre a visão negrófila³⁰ e negrófoba³¹ na literatura internacional:

Mas, se na literatura francesa dos séculos XVIII e XIX, a Rainha Njinga enfileira entre as heroínas da negrofilia, o mesmo não acontece na literatura portuguesa, produzida por eventuais leitores de Cadornega onde predomina uma visão profundamente negrófoba. A penetração da Rainha Njinga na “literatura negrófila” francesa – inaugurada em 1745 com a tradução por La Place do romance Oroonoko de Aphra Behen (1640-1689), cuja original edição inglesa é de 1688, e prosseguida por obras tais como Ziméio de Jean-François de Saint-Lambert (1716-1803), publicado em 1769, e já depois da criação da Société des Amis des Noirs, em 1788, por influência dos quakers anglo-americanos, Adónis ou le bon noir e Zouflora ou la noire exemplaire de Picquenard, publicados respectivamente em 1789 e em 1799, Bug-Jargal do então jovem Victor Hugo (1802-1885), publicado em 1819, Ourika de Claire de Duras (1778-1828), publicado em 1824, e a peça de teatro Toussaint Louverture de Alphonse de Lamartine (1790-1869), escrita em 1850/49 - ficou decerto a dever-se à difusão na Grã-Bretanha e em França, logo na viragem do século XVII para o século XVIII, dos escritos dos religiosos italianos Gaeta e Cavazzi. Há, no entanto, um elemento que diferencia a Rainha Njinga da maioria dos heróis das obras literárias mencionadas: embora pertencendo, como eles, à aristocracia africana, nunca é capturada como escrava e, evidentemente, não passa pela experiência dos porões dos navios negreiros nem lidera nenhuma revolta de escravos. Tal,

³⁰ Negrófila, uma visão que simpatizava com e apoiava os negros.

³¹ Negrófoba, uma visão que repudia os negros.

contudo, não obsteu a que os leitores britânicos e sobretudo franceses de Gaeta e de Cavazzi ficassem impressionados com o facto de, além de se tratar de uma mulher, ser uma resistente à pressão colonizadora exercida pelo Ocidente e pelo Cristianismo (Pinto 2014: 12-13).

Como é destacado por Pinto, contrariamente à visão profundamente negrófoba que se assistiu em Portugal, a literatura francesa desde cedo destacou a figura da rainha de forma heroica. Recentemente, ecos da visão negrófila vivida em França surgem sob a perspetiva do historiador francês Michel Chandeigne na sua obra *N'jinga Rainha de Angola* (2010). Após um trabalho de pesquisa de aproximadamente dez anos, a rainha é descrita de forma heroica, apontada como “uma proto nacionalista angolana na luta contra o poder colonial português”, uma mulher de poder, livre, uma grande heroína africana (Lusa: 2010).

Os retratos negrófobos em Portugal remontam aos primórdios como ilustram os seguintes poemas do século XVIII da autoria de Manuel Maria Barbosa du Bocage³² na Nova Arcádia³³ em tom de sátira ao mulato Domingos Caldas Barbosa³⁴:

Preside o neto da rainha Ginga

Preside o neto da rainha Ginga
À corja vil, adúladora, insana.
Traz sujo moço amostras de chanfana,
Em copos desiguais se esgota a pinga.

Vem pão, manteiga e chá, tudo à catinga;
Masca farinha a turba americana;
E o orangotango a corda à banza abana,
Com gesto e visagens de mandinga.

Um bando de comparsas logo acode
Do fofo Conde ao novo Talaveiras;
Improvisa berrando o rouco bode.
Aplaudem de contínuo as frioleiras
Belmiro em ditirambo, o ex-frade em ode.
Eis aqui de Lerenó as quartas-feiras.
(Bocage 1991 [1793]: 11-12)

Nojenta prole da rainha Ginga

Nojenta prole da rainha Ginga,
Sabujo ladrador, cara de nico,
Loquaz saguim, burlesco Teodorico,
Osga torrada, estúpido rezinga;

E não te acuso de poeta pinga;
Tens lido o mestre Inácio, e o bom Supico;
De ocas ideias tens o casco rico,
Mas teus versos tresandam a catinga:

Se a tua musa nos outeiros campa,

³² Manuel Maria Barbosa du Bocage (1765-1805) foi um poeta português que se immortalizou como o maior representante do arcadismo em Portugal.

³³ Nova Arcádia (1790-1794) foi uma academia literária de poesia que visava a oposição à exuberância do estilo barroco voltando à simplicidade; numa perspetiva mais ampla expressa a crítica da burguesia aos abusos da nobreza e do clero.

³⁴ Domingos Caldas Barbosa (1739 -1800) foi um padre, poeta e músico brasileiro membro da Nova Arcádia.

Se ao Miranda fizeste ode demente,
E o mais, que ao mundo estólido se incampa:
É porque sendo, oh! Caldas, tão somente
Um cafre, um gozo, um néscio, um parvo, um trampa,
Queres meter nariz em cu de gente.

(Bocage 1991 [1793]: 127)

A análise aos dois poemas destaca a importância da rainha Ginga que, passados mais de 100 anos após a sua morte, ultrapassou a barreira dos continentes e continuou a fazer parte da memória dos portugueses. Embora integrasse um imaginário onde prevalecia um sentimento de exclusão e racismo, o facto é que a rainha permanecia presente. É também irónico constatar que o alvo de sátira dos poemas nada mais é que o resultado da colonização portuguesa: Domingos Caldas Barbosa era um padre mestiço, nascido no Brasil, filho de um português com uma escrava angolana.

Em “Representações culturais da Rainha Njinga Mbandi (c.1582-1663) no discurso colonial e no discurso nacionalista angolano” (2014), Alberto de Oliveira Pinto analisa os dois poemas destacando a repulsa que portugueses do século XVIII já cultivavam relativamente à ideia de uma possível descendência africana, “pela via de uma atitude de exclusão social e identitária dos seus próprios compatriotas sobre os quais pudessem recair tais suspeitas”, limitando a figura da rainha Ginga a um mero sentimento de racismo (Pinto 2014: 16).

No entanto, Fonseca (2012) nota as mudanças nos retratos dos historiadores portugueses a partir do século XX, “numa perspetiva claramente associada aos projetos coloniais que ainda eram mantidos”. Este novo retrato destaca uma visão mais conveniente do perfil da rainha, uma rainha que se converteu à religião católica e que mantinha boas relações com missionários e governadores de Luanda nos últimos anos de vida. Segundo a autora, é-lhe atribuída também, parte da responsabilidade do tráfico negreiro tendo sido apontada como coautora do mesmo, “na tentativa de legitimar a atividade e transferir a culpa da escravidão para os chefes africanos” (Fonseca 2012: 9).

Selma Pantoja e Milton Andrade dão especial destaque a essas contrariedades nos retratos da rainha:

Do século XVII os escritos das autoridades militares portuguesas nos legaram a imagem da rainha opositora, a grande inimiga a ser vencida. Nos textos dos séculos seguintes continuou a soberana mbundu a ser apresentada num misto de medo e admiração, rejeição e celebração. Hoje, na República de Angola, Nzinga ocupa o lugar de heroína. Na sua trajetória de vida, ela foi figura de grande destaque nos conturbados contextos políticos e ideológicos da região, atuou diretamente nos maiores momentos de confronto militar e de negociação (Pantoja 2000: 318).

Figura contraditória, a rainha Nzinga liderava pessoalmente suas tropas de resistência, fazia e desfazia alianças com o povo Jaga, assinava tratados de paz e atacava atraçoadamente os portugueses; convertia-se ao cristianismo, batizava-se com o nome de Ana de Sousa, e diante

dos constantes conflitos com os europeus se reconvertia às crenças africanas, exigindo que fosse chamada não de “rainha” mas de “rei”: Ngola Mbande. Era uma incontestável herdeira dos honores da família e também acusada de envenenar o próprio irmão; libertadora de seu povo e escravizadora de negros; resistia guerreiramente aos holandeses e depois acabava por facilitar a eles a ocupação de Luanda em 1641 para impor resistência a Portugal e retomar as rédeas do tráfico negreiro (Andrade 2016: 7-8).

Como é realçado por Pantoja, a rainha tem sido retratada de forma enaltecida pela literatura angolana. Foi na década de 70, no rescaldo do 25 de Abril, com a obra de Manuel Pedro Pacavira, *Nzinga Mbandi* (1975), que se iniciou um novo movimento literário como forma de exaltar a figura da rainha mbundu, assistindo-se ao retorno da figura de Ginga nas obras dos historiadores e escritores angolanos; a rainha passa a ser interpretada como parte de um grande painel da história nacional.

À obra de Pacavira seguiram-se *A gloriosa família: o tempo dos flamengos* (1997) de Pepetela e *Rainha Ginga* (2014) de José Eduardo Agualusa. Estas publicações representaram um marco importante na representação da rainha:

Em Angola, Nzinga foi exaltada pelos movimentos políticos, nas décadas de 1960-1970, como uma líder da resistência “proto-nacionalista”, sendo a única heroína em comum exaltada tanto pelo MPLA como pela UNITA. Esta abordagem incorre no erro de apresentar conceitos impertinentes para o século XVII, como o de “nação” e “luta de classes” e acabaram por exagerar o papel político de Nzinga na luta contra o colonialismo, sem se embasarem nos documentos históricos. Contudo, refletem o modo com que a imagem de Nzinga ficou registrada nas tradições e no imaginário angolano ao longo dos séculos (Fonseca 2012: 10).

Fonseca (2012) destaca a importância de analisar com clareza os feitos da rainha sublinhando que, apesar da ideia “romântica” de que Ginga travou uma luta contra o tráfico negreiro, no referido período “a moeda corrente em Angola era o escravo e a escravidão já estava, há muito, instituída em Angola”. Perante os factos, a autora nota a falta de realismo em escritos que afirmam que Ginga tentou impedir o tráfico negreiro. Contudo, apesar da sua visão realista da história, reforça a importância do contributo de Ginga para a diminuição do tráfico negreiro, ainda que involuntariamente, ao receber os escravos fugidos que buscavam abrigo. Outra medida que prejudicou o tráfico negreiro foi o fim das feiras, que foi implementado pela soberana, sobretudo nas décadas de 1620-1630 (Fonseca 2012: 163).

Independentemente das perspetivas defendidas pelos autores que se debruçam sobre a história de Ginga, sejam da época ou contemporâneos, negrófilos ou negrófobos, todos têm uma opinião consensual no que concerne à inteligência, força e importância histórica da Rainha Ginga. Também o simbolismo envolto na sua figura é um facto consagrado e a importância que a Rainha guerreira representa ainda hoje é visto com interesse, refletindo-se na literatura, arte e história.

Capítulo V

Representações culturais da Rainha Ginga

5.1. Gíngua na cultura angolana – tradição e herança

A cultura é uma tradução do mundo em significados, não é o reflexo dessa realidade. Estudos sobre a cultura são, pois, complexos e por si só induzem a uma postura, de certa forma, inter ou transdisciplinar. O diálogo, sempre enriquecedor para as partes, dá-se, por exemplo, como nesta vizinhança com a Antropologia Cultural, como foi anunciado, ou ainda com a Literatura, a Arte, o Urbanismo, a Cartografia, a Psicanálise e outros tantos domínios da apreensão sensível e científica do mundo. Trabalhar com cultura é estar atento às diferentes falas e formas de dizer a realidade, mas sem jamais perder a sua identidade: é do “lugar” da História que se colocam as questões e se formulam as perguntas dirigidas ao passado. Se uma hierarquia existe entre as diferentes falas e formas de conhecer o mundo, ela é aquela ditada desde o local da construção do problema que indaga sobre a realidade (Pesavento 2016:46).

No artigo “Cultura e Representações, uma trajetória” (2016), Sandra Jatahy Pesavento defende que “pensar em memória e história induz ao sujeito”, assim sendo o resgate das trajetórias pessoais e de histórias de vida são de extrema importância para os estudos da cultura. As memórias pessoais são trabalhadas com o auxílio das coletivas, tal como a escrita da história, como a escrita no tempo, funde-se com outras escritas precedentes. A reflexão sobre o tempo é fundamental, “a temporalidade do escoado, do não visto e não experimentado, à margem da experiência vivida e que deve ser recuperada pela força do pensamento e pelas habilidades da retórica” (Pesavento 2016: 52-53)

De acordo com *A identidade cultural na pós-modernidade* (2006) de Stuart Hall, a identidade está em constante mutação e progresso e, da mesma forma que pode ser adquirida, pode ser perdida. A identidade cultural, nos tempos modernos, prende-se cada vez mais com as culturas nacionais nas quais estamos inseridos, sendo que, a identidade não está imperativamente relacionada com a genética (Hall 2006: 38-47). O autor reforça:

(...) na verdade, as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação. (...) Segue-se que a nação não é apenas uma entidade política mas algo que produz sentidos — um sistema de representação cultural. As pessoas não são apenas cidadãos legais de uma nação; elas participam da ideia da nação tal como representada em sua cultura nacional.(...) As culturas nacionais são uma forma distintivamente moderna. A lealdade e a identificação que, numa era pré-moderna ou em sociedades mais tradicionais, eram dadas à tribo, ao povo, à religião e à região, foram transferidas, gradualmente, nas sociedades ocidentais, à cultura nacional. As diferenças regionais e étnicas foram gradualmente sendo colocadas, de forma subordinada, sob aquilo que Gellner chama de “teto político” do estado-nação, que se tornou, assim, uma fonte poderosa de significados para as identidades culturais modernas (Hall 2006: 48-49).

Também John Locke, na obra *Ensaio sobre a compreensão humana* (1967), defende que a identidade da pessoa alcança a exata extensão da sua consciência, podendo alternar para a frente ou para trás, para qualquer ação ou pensamento passado (Locke 1967: 212-213). É na história e na memória que reside a identidade:

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar “identidade”, individual ou colectiva, cuja busca é uma das actividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje (...) Mas a memória colectiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objecto de poder. São as sociedades cuja memória social é, sobretudo, oral, ou que estão em vias de constituir uma memória colectiva escrita, aquelas que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória. (...) Nas sociedades desenvolvidas, os novos arquivos (arquivos orais e audiovisuais) não escaparam à vigilância dos governantes, mesmo que possam controlar esta memória tão estreitamente como os novos utensílios de produção desta memória, nomeadamente a da rádio e da televisão. Cabe, com efeito, aos profissionais científicos da memória, antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos, fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objectividade científica. (...) A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória colectiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens (Le Goff 2013: 435-437).

Para a construção identitária de um povo torna-se fundamental a preservação da sua história como representante da identidade, memória e património da cultura.

Ao nível de importância da representação cultural como referência para a definição e preservação da identidade cultural do povo africano está também a negritude, reflexo da necessidade de preservar a identidade negra. Petrônio Domingues em “Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica no campo ideológico” (2005), afirma que “no campo ideológico a negritude pode ser entendida como processo de aquisição de uma consciência racial. Já na esfera cultural, negritude é a tendência de valorização de toda manifestação cultural de matriz africana. Portanto, negritude é um conceito multifacetado, que precisa ser compreendido à luz dos diversos contextos históricos”. O movimento da negritude³⁵ foi inicialmente um movimento revolucionário uma vez que não ia de encontro aos valores “da cultura eurocêntrica”, no entanto com o decorrer do tempo o conceito acabou por adquirir uma conotação mais política. O autor reitera a importância do conteúdo intrínseco no conceito da negritude visto que a afirmação dos valores negros não exclui o combate ideológico pela construção de uma sociedade na qual imperem a igualdade de direitos e a justiça. “A consciência negra pode estar no bojo da luta contra todas as formas de opressão”. A identidade negra pode, portanto, estar associada à reivindicação de outras dimensões da identidade, nomeadamente nacionalidade, sexualidade, classe social; “afinal ser negro não anula as outras construções identitárias” (Domingues 2005: 25-36).

Estes conceitos, que podem ser considerados relativamente recentes, começam a assumir um papel de destaque na sociedade angolana. A importância da preservação do património tem sido um assunto cada vez mais debatido e estudado, sobretudo pela sua contribuição para a construção identitária de uma nação, assim como pelo seu impacto no

³⁵ Negritude foi um movimento literário que visava a valorização da cultura negra em países africanos, ou com populações afro descendentes, que foram vítimas da opressão colonialista.

desenvolvimento socioeconómico. A rainha Ginga transformou-se num ícone e tornou-se parte do imaginário histórico e cultural de Angola. A importância histórica e cultural do património em Angola começa agora a ser descortinada:

A secular cidade angolana de Mbanza Congo, na província do Zaire, foi candidatada pelo Governo angolano a Património Cultural da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), sendo a primeira validada no país por aquela Organização da ONU para a Educação, Ciência e Cultura. A decisão declara o centro histórico de Mbanza Congo como Património Mundial da Humanidade foi tomada na manhã deste sábado (08.07), durante a 41ª sessão daquela comissão, reunida em Cracóvia, no sul da Polónia, segundo a agência Lusa citando fonte da UNESCO (Diário de Notícias 24/07/2017).

A candidatura angolana a Património Cultural da Humanidade da UNESCO, *Mbanza Congo, cidade a desenterrar para preservar*, destacava que Mbanza Congo, com cerca de 800 anos, capital do antigo reino do Congo, que além de Angola se estendia à República Democrática do Congo, República do Congo e Gabão, à chegada dos portugueses no século XV já se encontrava perfeitamente estruturado e organizado. De realçar que, a par da classificação como Património Mundial da Humanidade pela UNESCO, surge a recomendação de colaboração com outros países na identificação de outros locais e pontos de interesse do antigo reino do Congo, assim como da rota dos escravos de África para a América, com potencial para serem inscritos na lista de património mundial, podendo, portanto, esta classificação ser interpretada como o ponto de partida para uma descoberta de dimensão maior (Lusa: 2017). Segundo declarações do Ministério da Cultura angolano à agência Lusa, também o antigo porto da rota de escravos de Loango, na República do Congo, vai candidatar-se a Património da Humanidade da UNESCO, no âmbito de um movimento, impulsionado por Angola, que pretende resgatar a cultura pré colonial africana:

Uma candidatura que para Angola - que tenta mobilizar os restantes países -, não se esgota com a classificação da UNESCO, mas que implica a necessidade de "um trabalho em comum visando um aprofundamento dos valores culturais e da organização do poder administrativo político", recorrendo aos estudiosos da história do reino do Congo, envolvendo, sobretudo, as universidades da sub-região e não só (Diário de Notícias 24/07/2017).

Quando se fala na preservação do património angolano, bem como no resgate da cultura pré colonial africana, é imperativo mencionar a incontornável figura da rainha Ginga. A importância da soberana é salientada por Alberto Oliveira Pinto que destaca o papel da rainha na tradição cultural angolana:

Embora amplamente consagrado na tradição oral dos povos mbundu e ainda hoje fonte inesgotável para a literatura, para as artes plásticas e para a música angolanas, o percurso biográfico e político de Njinga Mbandi, estudado a partir de testemunhos escritos do século XVII, muitos dos quais produzidos a partir de depoimentos orais, de documentos administrativos coloniais portugueses coevos, de textos da autoria de militares, de

comerciantes e de religiosos – apresentando todos em comum a particularidade de serem da lavra de autores não angolanos e do sexo masculino -, continua controverso e está longe de ser consensual no âmbito da investigação historiográfica dos séculos XX e XXI (Pinto 2014: 2).

Ginga assume um papel histórico cultural fulcral na sociedade angolana. Uma rainha, pré colonial, cujo título de Ngola acabaria por dar origem ao atual nome do país, facto este que denuncia, por si só, a importância cultural desta mulher na sociedade angolana. Espaços físicos com o seu nome, tais como centros comerciais, hotéis, ruas e estátuas são apenas algumas das homenagens que lhe têm sido rendidas ao longo dos tempos:

A cidade de Malanje ganhou hoje, quarta-feira, um largo com a estátua da Rainha Njinga Mbandi, inaugurado pelo governador provincial, Norberto dos Santos "Kwata Kanawa", no âmbito das comemorações do 40º aniversário da independência nacional. A estátua de bronze mede seis metros e 70 centímetros de altura e constitui um monumento, que visa render tributo a soberana de Angola, pelos seus feitos e pela luta contra o colonialismo português, que culminou com a independência do país em 1975 (Agência Angolana Press 2015).



Figura 7: Estátua da rainha Ginga em Malanje
Fonte: Agência Angolana 2015

Também na entrada do Museu Nacional de História Militar de Angola foi edificada uma estátua de Ginga, destacando desta forma a importância bélica da rainha guerreira,



Figura 8 : Estátua de Ginga à entrada do Museu Nacional de História Militar
Fonte: Site oficial do Museu

considerada a primeira diplomata e a maior estratega de Angola.

Multiplica-se também o número de artigos, investigações académicas e obras literárias que retratam a Rainha sob as mais variadas formas, trabalhos que revelam não só a sua importância histórica como também a importância cultural. Passados 354 anos da sua morte, a rainha continua a levar o seu reino além-fronteiras, fomentando o interesse das mais variadíssimas áreas de investigação e permitindo deste modo a preservação e valorização do património cultural material e imaterial. O *Jornal de Angola* destaca:

O Ministério da Cultura realiza sexta-feira e sábado, na Assembleia Nacional, em Luanda, um seminário internacional e uma exposição itinerante, para recordar a rainha Njinga Mbandi, soberana do Reino do Ndongo. O seminário “Njinga Mbandi e Aimé Césaire: Independência e Universalidade” surge na sequência das celebrações dos 350 anos da morte da soberana angolana e do centenário do nacionalista Aimé Césaire, de Martinica. O programa inclui, ainda, o lançamento do selo Njinga a Mbandi. Além de Angola, a exposição itinerante vai percorrer vários países africanos, europeus e americanos. O Ministério da Cultura realça que os dois eventos visam divulgar e valorizar as duas figuras históricas a nível mundial, aprofundar os conhecimentos sobre os dois ícones da resistência africana, resgatar e reconstruir a memória e a identidade enquanto processo de construção da História de África. Entre os objetivos consta ainda o facto de o Executivo pretender contribuir para uma correta leitura do papel desempenhado pela personagem Njinga Mbandi, no quadro da História de Angola, e promover junto dos investigadores angolanos o interesse para os estudos sobre a rainha e a sua época. Njinga Mbandi, heroína africana e rainha de Ndongo (Angola) e de Matamba, conhecida por Ginga, nasceu em 1581 e faleceu em 1663 (*Jornal de Angola* 12/12/2013).

Segundo a mesma fonte, no referido seminário, a historiadora Sylvia Serbin realçou a necessidade de as autoridades angolanas promoverem uma reflexão sobre o papel da rainha



Figura 9: Estátua da rainha Ginga na exposição itinerante promovida pelo Ministério da Cultura Angolana
Fonte: Jornal de Angola 2013

Ginga na afirmação e auto determinação dos angolanos, assim como o facto de a mesma ter servido de influência e ponto de partida para que determinadas personalidades africanas se revissem nas suas ações, muitos anos depois, para uma luta concertada em prol da afirmação e da independência do continente africano do jugo colonial.

O reconhecimento por parte de entidades oficiais é também um indício da inegável importância de Ginga. Neste campo, a UNESCO, com a colaboração de historiadores como Sylvia Serbin e Edouard Joubaud, tem desempenhado um trabalho exímio que, para além de apoiar inúmeros eventos culturais como o seminário, tem promovido diversas ações didáticas, de fácil acesso para todos, nomeadamente a plataforma “UNESCO Mulheres na história de África”, uma plataforma que enaltece o legado das mulheres africanas na história do continente como forma de promover e integrar princípios de igualdade de género em todos os seus programas, em especial na educação:

A plataforma promove, através de uma seleção de 20 personagens, testemunha com efeito, que desde sempre, as mulheres foram ilustradas na história de África, em domínios tão diversos como a diplomacia e a estratégia militar (Njinga a Mbande), a defesa dos direitos humanos (Funmilayo Ransome-Kuti), ou a proteção do ambiente (Wangari Maathai). (...) Através deste projeto, a UNESCO pretende encorajar as estudantes africanas e de ascendência africana a implicar-se nos estudos de nível superior no domínio da História de África e nas disciplinas conexas (antropologia, linguística, arqueologia, etc.), a fim de contribuir para uma historiografia africana mais justa e mais respeitadora da igualdade de géneros (UNESCO).

A rainha Ginga representa a resistência ao colonialismo, a inspiração para o resgate identitário do seu povo e um exemplo de capacidade e força para a mulher angolana. Contudo, para além de um símbolo nacional, a soberana tornou-se também num ícone no mundo feminista. Numa sociedade patriarcal assumiu uma posição que, à partida, seria representada por um homem e acabou por abrir novos horizontes para a mulher angolana, uma mulher a quem, na sociedade angolana ao longo dos séculos, não foi permitido ter lugar de destaque. Esse papel acabaria por ser destacado pelo Ministério da Cultura de Angola e pela Unesco, como se pode verificar no excerto que se segue:

Nzinga Mbandi passou para a história como rainha guerreira imortal, que resistiu a invasão portuguesa e reuniu poderoso exército de distintas origens, criando uma nova identidade no povo angolano. Se as mulheres não podiam assumir o poder antes dela, depois de sua longa luta, ela tornou-se uma referência do poder feminino e várias outras rainhas de Angola declaravam-se descendentes de Nzinga Mbandi (Ministério da Cultura de Angola e UNESCO 2013).

Também o colóquio “Ngola, Rumo a Património da Humanidade”, realizado em Talatona, Luanda, a 2 de Março de 2013, no âmbito das celebrações do dia da Mulher Angolana, deu especial destaque à figura da Rainha, lembrando a importância dos seus feitos sob os mais variados pontos de vista. Com prestigiados conferencistas nacionais e estrangeiros, dos quais se destacam nomes como Solange Barbosa, Sylvia Serbin e Edouard Joubeaud, abordaram-se temas como “A Rainha Nzinga e o programa da UNESCO sobre a valorização das grandes figuras femininas da História de África”, “A Rainha Nzinga no Carnaval do Rio de Janeiro”, “A Reapropriação da Rainha Nzinga na Diáspora”, “A Reconstrução da História de Angola nas congadas do Brasil meridional”, “A inteligência diplomática da Rainha Nzinga”, “Muene Nzinga e a liderança transcultural do género feminino em Angola”, “Ndongo: crise, rutura e continuidade”, “Nzinga Mbandi, em busca do património angolano” e “A Rainha Nzinga no princípio da esfera dos valores nacionais”.

Tendo em conta tudo o que a Rainha representou para ao seu povo, e todo o simbolismo que a sua figura ainda hoje acarreta, é bastante compreensível que tantos autores contemporâneos invoquem o ressurgimento da rainha guerreira como forma de unir a nação, como símbolo da negritude, como destaca o artigo, de autor desconhecido, publicado no *Jornal de Notícias de Angola*:

A ancoragem internacional da figura da Queen se reflectiu, inevitavelmente, na transcrição do seu nome. As dezenas de variantes vão do português Jinga ao brasileiro Ginga, passando pelo germânico Xinga, o italiano Gingua e ao francês Zingha. Em suma, a vida da nossa “Dizonda”, uma das mulheres que marcou, indelevelmente, a evolução da África mercantilizada, tornando-se uma personagem de referência nas letras e artes assim que nas ciências humanas e sociais da Europa ocidental, logo no século XVIII; uma tradição mítica nas comunidades afro-americanas

e afro-caribenhas e centro de interesse no quadro de centenas de projetos africanistas, no mundo inteiro, e símbolo de orgulho para milhões de africanos, constitui um verdadeiro património histórico da humanidade (s/a 2008).

Roy Glasgow (1982) destaca a importância de Ginga nos movimentos de resistência dos últimos anos em Angola. “Se Ginga foi a embaixadora, a mãe negra da resistência e do nacionalismo angolano, então os movimentos angolanos de resistência atuais talvez sejam uma herança sua” (1982: 180).

A importância histórica e cultural da rainha Ginga é também reforçada por Inocência Mata na obra *A Rainha Nzinga Mbandi: História, Memória e Mito* (2012):

Considerada pelos historiadores a maior figura política da história de Angola, a rainha Njinga tornou-se o maior símbolo não apenas da resistência angolana ao domínio português em Angola, como da África ao domínio europeu, fazendo ainda parte da memória cultural de todo o mundo afro descendente das Américas e do Caribe, para onde a sua imagem (em testemunhos, lendas, mitos, ecos e ressonâncias) viajou nos porões dos navios negreiros. Nzinga Mbandi destaca-se pelo seu pioneirismo na tematização explícita do passado, intentando a reescrita da visão (então oficial, vale dizer colonial) da ciência histórica (Mata 2012: 26).

Nzinga Mbandi: Mulher, Guerra e Escravidão (2000), de Selma Pantoja, baseia-se no lado mais aguerrido da soberana para destacar as suas interpretações mais recentes, reforçando assim a argumentação da resistência africana face aos colonizadores.

É de salientar o impacto que os seus feitos continuam a ter no presente movendo correntes literárias, artísticas e até partidárias. Muito mais do que património material, deixou ao seu povo um importante legado cultural e histórico.

5.2 Manuel Pedro Pacavira

O escritor angolano Manuel Pedro Pacavira licenciou-se em Ciências Sociais, em Cuba, e foi militante e fundador do Movimento Popular de Libertação de Angola. “Comandou vários grupos de patriotas de variados estratos sociais e integrou a primeira comissão diretiva do MPLA”, liderada por Agostinho Neto, que mais tarde viria a ser o primeiro Presidente de Angola. Pacavira foi também membro cofundador da União dos Escritores Angolanos. Em Novembro de 2005 foi agraciado com um atestado e uma medalha de ouro como combatente da liberdade de 1º grau e em 2013 foi distinguido com o Prémio Nacional de Cultura e Artes, na disciplina de literatura, com particular destaque para o romance *Nzinga Mbandi* (Jornal de Angola:2016).

Muitas têm sido as suas obras e artigos escritos com o intuito de exaltar os feitos africanos procurando a ideia de africanidade e nacionalismo; no entanto, a primeira foi escrita por Manuel Pedro Pacavira, a cumprir pena na Colónia Penal do Tarrafal (Santiago, Cabo Verde), na sequência das movimentações políticas pela independência em Luanda na década de 1950. *Nzinga Mbandi: Romance* (1975) seria a primeira obra a retratar a história da rainha Ginga visando a construção de uma sociedade que busca a identidade africana.

Na entrevista a Cristóvão Aguinaldo para a União Angolana de Escritores “Escrevo Quando Sinto Necessidade de Contar uma História Verdadeira” (2010), Manuel Pedro Pacavira reitera a intencionalidade da obra com uma forte orientação para a exaltação do nacionalismo e, em última instância, da negritude, revelando a importância dos grupos étnico-linguísticos que apareciam como nações, nomeadamente os kimbundos, kikongos, lundas, ovimbundos, nganguelas, mumuflas, etc., com estruturas muito débeis, devida e habilidosamente exploradas pelos colonialistas, sobretudo os subgrupos étnicos, que eles chamavam de tribos, a fim de se juntarem no mesmo saco com os primeiros, obviamente para evitar o encontro de elementos que os unissem até para a luta comum contra a ocupação colonial e a colonização, o desenvolvimento da sua cultura e forças produtivas. Quando questionado até que ponto a história dos heróis da resistência à ocupação colonial se poderia considerar subjetiva, Pacavira não se coíbe de afirmar que não foi nem é de forma alguma subjetiva. Nada mais é que a verdade, da qual muitos dados históricos partem de fontes portuguesas, mas também poderiam ser de fontes holandesas, do Vaticano e/ou brasileiras, pois em Angola não há senão as orais, as quais também foram utilizadas pelo autor. Pacavira reforça que a sua obra foi baseada em relatórios autênticos, os nomes são verdadeiros, assim

como verdadeiras são as situações que descreve, apesar de as recriar com uma certa fantasia, mercê das suas emoções patrióticas.

5.2.1 -*Nzinga Mbandi* (1975)

Para Inocência Mata na sua obra a *Rainha Nzinga Mbandi: História, Memória e Mito* (2012), a publicação, em 1975, do romance *Nzinga Mbandi*, de Manuel Pedro Pacavira, evidencia a estratégia de construção de uma “narrativa grandiosa” na literatura angolana. A importância de *Nzinga Mbandi*, reside não só no seu caráter inovador, uma vez que foi “a primeira obra a tematizar a história de Angola através de figuras identificáveis em tempo e espaço, mas por fazê-lo visando um perfil da identidade nacional a partir do mapeamento territorial desenhado no cimento da solidariedade étnica e da consciência política do território dos Ngolas” (Mata 2012: 24-25).

Mata salienta a importância do próprio título:

Romance que é publicado em 1975, nos alvares do novo país, pode dizer-se que a sua intenção, a começar pelo título, foi provocar a inversão da imagem “portuguesa” que representava uma rainha africana a raiar o sub-humano pela sugestão do canibalismo e da crueldade. Na contramão, e buscando reedificar o passado, pela via da mitificação da imagem desta figura da história pré-colonial de Angola, A Gloriosa Família resgata a mesma figura histórica procedendo ao desvelamento dos sentidos cristalizados da história – nacionalista e colonial-expansionista, respetivamente. Por um lado, para além de, em *Nzinga Mbandi*, o título anunciar um protagonismo individual, porque evidentemente de incidência biográfica, a dedicatória do romance é: “Para as FAPLA – Heróicos Combatentes da Liberdade”. Assim, através da refundação deste mito histórico de resistência ao invasor (o colonizador português e o imperialismo), esta dedicatória cumpre em 1975 (o romance foi escrito durante a prisão em Tarrafal, entre 1972 e 1974), o ideário ideológico-cultural para a construção de uma sociedade que busca uma identidade africana (Mata 2012: 26).

Com efeito, a verdadeira intencionalidade da obra de Pacavira está presente em toda a diegese, destacando-se desde logo na citação escolhida pelo autor para a introdução:

Hoje desejamos recordar-vos duas verdades. A primeira é uma afirmação que a consciência do mundo deve fazer própria, apesar das dificuldades que se lhe opõem e parecem desmenti-la. É esta: a paz é possível, deve ser possível! Ela faz parte dos valores que se tornam indispensáveis à humanidade e à civilização. Do mesmo modo como deve ser possível debelar as epidemias, o analfabetismo, a miséria e a fome, assim também deve ser possível eliminar os perigos, as ameaças e as rupturas que comprometem a existência pacífica da humanidade na terra (Paulo VI 1973: 8).

O autor, em pleno rescaldo de uma revolução que culminou na independência do seu país, apela, sem medo de represálias, à paz e à união do seu povo, da sua nação. Para Mata (2012) o título *Nzinga Mbandi*, “para além de anunciar um protagonismo individual”, pretende, através do ressurgimento da rainha guerreira, disseminar juízos que apelam à da

união da nação na busca pela sua verdadeira identidade (Mata 2012: 26). O seguinte excerto é um apelo claro à luta, à união do povo angolano:

Outra cara eles têm agora. Eles da terra. A cara animada de um bravo guerrilheiro, quente. Aquecido pela resoluta decisão de se bater pela Pátria querida em que acredita o suficiente para dar o que tem de mais precioso: a vida. Trabalho e obediência (trabalho e disciplina usa decerto dizer aos nossos comandantes de agora, que vem a dar na mesma) é tudo quanto às suas brigadas exigem os ilolos, e a eles Ngol'a Mata. E que mais é mesmo que se podia exigir?... Fé? Determinação? Coragem?... A filhos de uma pátria sob ameaça estrangeira?!... Haca! Nem a brincar se podia permitir uma coisa dessas! E tanto é que se oferecem até as filhas-de-mulher. Como não há nestes momentos nem servos, nem senhores, nem nada. Não pode haver. Os rancores de parte (Pacavira 1979: 71-72).

Para Rosangela M. Mantolvani, na sua tese de doutoramento intitulada “Das invasões às fogueiras: os discursos excêntricos de Saramago e Pepetela” (2010), Nzinga Mbandi “conta uma história de resistência à escravidão e ao apagamento cultural e identitário”. A autora realça o tempo histórico, continuamente notado por uma cronologia precisa que permite uma contextualização exata, à exceção de algumas analepses que podem, igualmente, ser localizadas pelo leitor. No romance, Pacavira destaca a luta entre povos, culturas e nações (Mantolvani 2010: 60-61).

Segundo Ana T. Rocha, no artigo “Nzinga Mbandi, de Manuel Pedro Pacavira” (2016), escrito para a fundação Agostinho Neto, o autor “sente necessidade de afastar a rainha Ginga do conceito estereotipado de feminilidade, parecendo descrente da coexistência coerente entre esses traços ditos femininos (segundo uma perspectiva masculina) e a personalidade aguerrida que lhe atribui”; a introdução da obra ilustra essa teoria, assim como destaca a importância da utilização correta do nome da soberana, evidenciando o orgulho patriota:

Tinham-lhe dado o nome de Ana de Sousa, havia os que lhe chamavam Jinga (ao lhe referir nas suas cartas, usava El-Rei D. João IV escrever: Rainha Dona Anna, Rayña Singa o sr. Correa Salvador Saa e Não-Sei-Quantos, Ginga os seus mais), mas o nome dela verdadeiro é esse mesmo que vem na capa: Nzinga Mbandi. (...) Não devia ser mulher para se dar lá a essas fitas de puxar a cara, amarrar a testa, alçar os peitos, pôr o rabo a pino, e coisas outras dessas. Factos há que nos levam a pensar que ela cresceu bela, carinha bonita, alegre, simpática, sendo o seu defeito: virar bicha-fera-ferida, caso que lhe violassem um direito. Tanto é que uma formidável história ela nos deixou, uma história que mete respeito, o motivo que me traz a conversar aqui com vocês (Pacavira 1975: 17).

Apesar do esforço do autor para afastar a figura feminina da guerreira, Ginga é sempre descrita com sublimação:

É já quilumba a neta querida de Ngola Ndambi – aquela pequenita traquina, filha do novo Ngola. Uma quilumba a crescer como o filho de um catole nas margens do Kuanza. Com todas as formas e graças de uma daquelas por que os homens se partem as cabeças. Sinuosa, cara alegre, voz molhada e quente. Fazia guerra nos seus três quatro cinco seis anos para vir a Mulemba com o avô – e agora só com forte pretexto: varrer a kijima, arrumar os banquitos e as

esteiras, servir as visitas, servir a uma festa, a dançar (...) Nzinga Mbandi. Sempre ela, neta querida de Ngola Ndambi. Alegre, jovial, no vigor da vida, sem cabelos brancos, sem nada. E sem nada que lhe dobre. Vai a Luanda se avistar com o sr. João Correa de Souza (Pacavira 1979: 73-118).

Inocência Mata, atenta para a verdadeira identidade do autor, que embora se assumia apenas como aquele que registou uma história narrada por Kakulo renegando, assim, qualquer responsabilidade enunciativa, denuncia-se “pela contínua modalização discursiva, decorrente da subjectivização da voz”. Além disso, no final da sua obra, Pacavira é claro “Final: Kakulo Ka Henda Ka Mona E eu simplesmente escrevi: Manuel Pedro Pacavira” (Nzinga Mbandi 1975: 216). De realçar que Kakulo era o nome de código do autor durante os anos de resistência clandestina (Mata 2012: 33).

Rosângela Mantolvani (2010) destaca a importância do narrador, que serve os propósitos do autor, um narrador que apesar de falar português interage com personagens que falam kimbundo, ou uma mistura de português com kimbundo, tornando-se “impenetrável ao leitor que não domina a língua”. Para a autora a escolha do kimbundo ilustra a intencionalidade de Pacavira que escrevia para os seus conterrâneos, capazes de perceber ambas as línguas. A escolha bilingue é, também, o reflexo da sociedade no século XVII, uma vez que apenas os que privavam com os portugueses, nas trocas comerciais, dominavam o português. Torna-se, portanto, clara a posição do narrador que, apesar de todo o respeito que manifesta pela situação e pela soberana, aproveita a sua postura aparentemente neutra, encara a narrativa com humor e ironia (Mantolvani 2010:62).

Para Maria Anória J. Oliveira, em “A Rainha Nzinga Mbandi tecendo os fios entre o discurso histórico e a narrativa literária” (data desconhecida), a narrativa literária *Nzinga Mbandi* “dialoga constantemente com o texto histórico no qual o escritor apresenta factos verídicos para delinear a trajetória de Ginga”. O autor construiu, com base nesses factos verídicos, os seus inimigos, nomeadamente os portugueses e seus aliados, os quais “ludibriavam perseguiam, corrompiam, traficavam e trucidavam populações africanas, desde crianças a mulheres grávidas, adultos e idosos, impiedosamente”:

E muito mais coisas e factos que eles anotavam e relatavam, até os leigos. Mas não tardou, e começaram as gentes do povo a aparecer a Mbanza, furiosas, se queixando: que havia ladrões na terra, mal nunca visto, abominável! Nem disso tinham memória os mais velhos. Eram os mantimentos que estavam desaparecendo nas lavras, era a criação que encontravam desaparecida ao voltarem à casa, era a caça que lhes desaparecia das armadilhas, o mel das árvores! (...) São agora os filhos que estão a desaparecer. Os filhos. E acontecia não poucas vezes não voltarem mais os que saíam a procurar os parentes, À altura tantas: aldeias e mais aldeias e desapareceram a desaparecerem. Famílias inteiras e mais famílias. Pais, filhos, sobrinhos, avós. Pelos caminhos apenas as marcas de pessoas arrastadas e corpos de velhos e mulheres grávidas jazendo no solo. E os outros? Os vivos?! (Pacavira 1997: 30-31).

Uma nação que lentamente desaparecia, deixando o vazio e a incerteza. Mata (2012) descreve *Nzinga Mbandi* como “um romance que se reporta às primeiras relações entre exploradores portugueses e gentes da terra, desde 1482, quando se avistaram as primeiras velas de Portugal, a partir de um “local da cultura” angolano, seguindo-se o processo de transformação de navegadores, sucessivamente, em comerciantes e traficantes, colonizadores, e em colonialistas, até ao século XX, portanto, uma narrativa que se reporta a cinco séculos da presença portuguesa em África”. Para além dos confrontos com as populações locais, desrespeitando os seus usos e costumes, a obra evidencia, igualmente, a disputa “pela posse do território, o controlo dos homens, controlo das estruturas religioso culturais e político administrativas, inclusivamente o apoderamento da organização socioeconómica”, nomeadamente o monopólio das rotas de comércio, bem como das mercadorias, dos recursos naturais e do comércio de escravos (Mata 2012: 28).

Ao longo da narrativa torna-se perceptível a intencionalidade textual do autor que, para além de descrever as injustiças infligidas ao seu povo, vai reiterando o respeito, e até mesmo temor, dos inimigos face à subida ao poder da rainha angolana:

A Guerra não podia parar.

- K'atulende o Jinguma jetu!

A Guerra não pára jamais. Não vão os estrangeiros triunfar. Aceso está o fogo. Mais aceso que nos tempos de Ngola Kiluanji kia Samba. Com um nome de mulher a correr de boca em boca – entre o povo e entre os inimigos. Um nome de mulher. A meter respeito só de ouvir. Nzinga Mbandi. E querem eles se encontrar com o próprio Ngola. Para uma conversa. O sr João Correia de Sousa. Mas à Kindonga não quer ele descer. Nem mesmo a Masanganu. Tanto mais que é já em Luuanda que mora o alto sapalalo deles onde se emitem os juízos e se trabalham as ideias e se traçam os planos que a guerra de conquista lhes pede. (Pacavira 1997: 116).

“A guerra não pára jamais, não vão os estrangeiros triunfar”: com esta afirmação Pacavira relata uma passagem histórica de um romance que tem lugar no século XVII, deixando uma mensagem bem clara a todos os angolanos do século XX.

5.3 Pepetela

O escritor angolano Pepetela nasceu em 1941, estudou em Lisboa onde se envolveu em movimentos políticos contrários ao colonialismo português, o que levaria ao seu exílio em França e posteriormente na Argélia, onde se formou em Sociologia. Após regressar a Angola acabaria por lutar como guerrilheiro no MPLA em Luanda de 1972 a 1974. Após a independência, além dos diversos cargos políticos que exerceu, sempre na área da educação, dedicou-se ao ensino de Sociologia na Universidade de Angola, publicando até ao momento, cerca de dezanove obras. Nas suas obras, o autor manifesta através dos seus personagens a sua preocupação com as novas gerações, com o futuro da nação

5.3.1 – *A Gloriosa Família – o tempo dos flamengos (1997)*

Com base nas obras consagradas de Cadornega, Cavazzi e António Brásio, surge *A gloriosa Família: o tempo dos flamengos*. De acordo com Priscila Maria Weber (2013) inicialmente a descrição da soberana surge deveras vinculada aos retratos dos autores supramencionados; no entanto, para a autora esta foi a estratégia utilizada por Pepetela para familiarizar o leitor com a personagem, e posteriormente “aflorar uma Ginga ardilosa, muito temida por Portugal devido às empreitadas bélicas”. É nesse contexto, de temor, que Portugal aparece como um negociador inexorável, entendendo-se que a soberana não teve outra alternativa para comerciar a não ser pactuar com os holandeses (Weber 2013:8).

A Gloriosa Família é um romance que remonta ao período de domínio holandês, de 1642 a 1648, e apela, através das adjetivações a Ginga, à busca urgente pela união de uma nação. Esta obra consagrou-se em 1997 com a atribuição do Prémio Camões.

O objetivo principal desta obra é incutir, nos seus leitores, reflexões sobre o passado de Angola e a forma como este influencia a atualidade. No artigo “Literatura e nação – Pepetela e a história de Angola” (2011), Robson Dutra esclarece:

(...) uma vasta gama de sentimentos nos faz pensar a obra de Pepetela a partir do peso irreversível com que este autor aborda as tradições dilaceradas, a guerra, a fragmentação das utopias que revelam cenários de morte, tristeza, dor, sofrimento, miséria, fome, doença e o modo como a morte, ou melhor, os mortos também governam e interferem no mundo. Ao deter-se sobre temas aparentemente insólitos, este escritor atribui ao tempo e à eternidade a capacidade de regular a realidade e o mundo concreto, despertando a atenção de seus autores para as incongruências que nele percebe (Dutra 2011: 175).

Inocência Mata (2012) e Priscila Maria Weber (2013) são alguns dos estudiosos que aprofundaram a análise da obra de Pepetela de forma a procurar entender a verdadeira mensagem intrínseca na sua obra. Weber destaca:

Para a composição da Nzinga Mbandi Pepeteliana entendemos que há um esforço empregado em reunir a nação como uma uniformidade, com um passado incessante e conservado no presente, costurando tecidos históricos com a finalidade de empregá-los em uma composição progressista do todo, que resulta em uma forma pedagógica de fundar a narrativa encapsulada por uma sucessão de momentos históricos, envolvendo o anonimato do coletivo em função do todo, delimitando fronteiras e legitimando tradições (Weber 2013: 8).

Inocência Mata (2001), considera que “as literaturas dos países africanos de língua portuguesa, particularmente a angolana, se constituem, neste momento da sua história, como lugar de deambulações reflexivas sobre identificações em curso” (Mata 2001: 70-71).

Para Priscila Weber (2013), o papel da família da obra é de importância extrema uma vez que, “para além de retransmitir tradições, não poderia aparecer no texto com outra nacionalidade que não a flamenga, visto a sua oposição relativamente a Portugal, em virtude das disputas comerciais de escravos”. Tal como a descrição da soberana mbundu, a descrição do seu harém corrobora a ideia do rompimento com as tradições portuguesas, neste caso, com a religião cristã. As adjetivações à rainha Ginga “incitam a construção nacional de Angola”. Apesar de não se apresentar como uma personagem principal, a liderança de excelência da rainha Ginga, na luta contra os colonizadores portugueses, é rememorada com o intuito de incutir reflexões no povo angolano. “Logo, o que se apresenta de novo na obra de Pepetela não são as construções literárias e semânticas sobre Ginga, pois essas aparecem com um mesmo fluxo e estilística textual que em Cadornega, mas sim, o acoplamento tendencial dessas construções, que busca urgentemente por uma ideia de nação” (Weber 2013: 9).

A família Van Dum retrata, na realidade, a verdadeira Angola. Uma família mestiça, fruto da união entre um europeu e uma africana, esta descendência miscigenada representa, portanto, o começo da nação angolana.

A forma como são articulados os diferentes usos políticos da personagem da Rainha Ginga na obra *A gloriosa família – o tempo dos flamengos* (1997), de Pepetela, remete para “construções identitárias que permitem pensar numa rainha representativa dos interesses do Movimento Popular de Libertação de Angola, que intervém na construção de uma história nacional. Essas construções repudiam Portugal e elogiam elementos que se ligam aos da “terra” (Weber 2013: 13), como reforça Mata:

Nas décadas de 1960-1970 Ginga foi exaltada pelos movimentos políticos como uma líder de resistência proto-nacionalista, sendo exaltada por dois partidos políticos angolanos distintos, o MPLA e a UNITA. Consciente de que em “países emergentes” a literatura é um contributo

importante à construção de uma identidade nacional, Pepetela "trabalha" suas versões da história: por exemplo, não se coíbe em afirmar que privilegiou a "versão Lueji" do mito do império Lunda. Num país que busca o rumo dessa construção, recorrer à memória colectiva e transformar (uma versão de) o mito que é história em realidade (não importa aqui se histórica ou ficcional), e fazer reviver momentos epopeicos para, assim, encontrar o rizoma - no sentido em que Deleuze e Guattari e, mais tarde Edouard Glissant na sua "poética da relação", conceberam o conceito: como elementos) que se reporta(m) a "situações culturais representativas" (Mata 2001: 139).

O seguinte excerto da *Gloriosa Família* de uma cena que antecede a partida de um dos filhos para negociações com os holandeses, reforça a ideia defendida por Weber pelo modo como a rainha é mencionada, assim como permite ter uma perspectiva mais ampla do clima de tensão vivido na altura:

- Partes amanhã?
- Antes do nascer do Sol. Levo o Ngonga e o Kundi comigo se o pai acha bem.
- Sim, Sim, são os melhores e não têm medo de disparar, se for necessário. Mas cuidado, Nicolau, muito cuidado. Os holandeses aceitaram que tu fosses, pois vieram cá para apanhar escravos e até agora pouco conseguiram. Mas andam desconfiados e a pensar se não seria melhor tornar Luanda inteira numa fortaleza, só com soldados. E os portugueses lá no mato, embora nos conheçam, talvez não apreciem muito saber que vamos vender depois as peças aos mafulos. Por isso, fuge de uns e de outros. E não te aproximes de Jinga, essa está com a força toda.
- Não se preocupe, pai, conheço os caminhos todos.
- A Jinga agora já não é nossa inimiga, pai. Disse Benvindo, o de fala de mulher, estridente. – É aliada dos holandeses, recebeu-os com grandes festas.
- É verdade – respondeu o meu dono - Mas com a Jinga nunca se sabe (Pepetela 1997:24).

Segundo a visão de Mata, dentre os escritores angolanos, Pepetela é “o mais sistemático autor desta proposta de utilização da escrita literária como subsidiária do discurso nacionalista. Nesse sentido, o que Pepetela faz é trabalhar a factualidade histórica, no seu confronto com a idealidade cultural e histórica para encetar uma reinterpretação fundadora do seu país”. A presença, subtil, da rainha Jinga ao longo da narrativa é também destacada pela autora que a interpreta como uma “ausência ostensiva”. Numa Angola emergente, que busca a construção da sua identidade, a literatura assume um papel fulcral recorrendo para tal “ à memória coletiva para transformar o mito e a história em realidade” (Mata 2001:174).

A perspectiva de Weber (2013) está em consonância com a de Mata; para Weber “a composição da Jinga Pepeteliana” faz um esforço para unir a nação. Com um passado perene, que continua bem vivo no presente, é através da história que o autor procura criar uma narrativa que inspire o povo angolano, apelando à sua construção identitária, à união da nação (Weber 2013: 8).

Pepetela tem o cuidado de se manter imparcial ao longo da narrativa, como é notado por Ferreira (2007):

O escritor tem o cuidado de estabelecer um distanciamento para preservar o valor cultural da oralidade e da tradição crioula num espaço de construção pós colonialista que tende a privilegiar a escrita. Entre o que o autor traz e o que nega, constitui a sua identidade e a partir do momento que reconta, reafirma a identidade cultural construindo um espaço de representação das relações na sociedade dos negros e mestiços” (Ferreira 2007: 28-29).

A Formação do romance angolano, entre intenções e gestos (1999), da autoria de Rita Chaves, reflete uma “visão que não tem dúvidas que a leitura do conjunto da obra pepeteliana vem confirmar a construção da nacionalidade como um tema constante que, sob vários ângulos e perspectivas, constitui um elemento matriz em seu repertório” (Chaves 1999: 218). A ideia de angolanidade está, na visão de Mia Couto, em “Pepetela: A Pestana vigiando o olhar”, “presente em toda a sua obra mas de forma tão natural que não a condiciona do ponto de vista literário. Pepetela está a escrever não sobre Angola; ele está escrevendo Angola, essa que há mas que ainda não existe, a sonhada e a geradora de sonhos” (Chaves 2009:82).

As nacionalidades presentes na obra são maioritariamente portuguesas e holandesas. A família Van Dum é constituída por oito filhos legítimos, com Dona Inocência, nomeadamente Gertrudes, Matilde, Rosário, Ana, Rodrigo, Ambrósio, Benvindo e Hermenegildo e três bastardos reconhecidos de seu nome Nicolau, Catarina e Diogo e muitos outros espalhados pela sanzala. Apesar de a referida obra não ser em torno da figura de Ginga, a rainha é presença assídua na obra, como refere Mata:

Por outro lado, embora *A Gloriosa Família: o Tempo dos Flamengos* não seja um romance sobre a rainha Njinga, a presença da rainha percorre toda a trama diegética, podendo dizer-se que se trata, na verdade, de uma ostensiva ausência – pois os (re)encontros com a rainha são sempre referidos, embora mostrados, como leitmotiv diegético. O título anuncia uma genealogia de origem flamenga, numa localização espaço-temporal não africana, buscando na história configurações da diversidade etnocultural da nação angolana. Portanto, o que é anunciado é uma ancestralidade segmental de matriz exógena (os que atualizam o “tempo dos flamengos”), a partir de uma entidade, Baltazar Van Dum, que, não obstante a sua alteridade original, se nativiza pela interação, e por vezes pelo seu entre lugar, com os africanos (Mata 2012: 27).

É na bodega da, corajosa, Dona Maria, que se discute política. A viúva perante a ocupação dos holandeses teimou em ficar, pois muito embora fossem “hereges, inimigos da sua fé, bebiam como poucos e por isso não fariam mal a quem lhes vendesse o melhor vinho espanhol”. Assim, abodega da Dona Maria passa a ser a única da cidade. Previdente e diplomático, Baltazar Van Dum, apesar de flamengo, tratou de cultivar amizades em ambas as frentes, com esta atitude Van Dum garantiu a segurança da sua família e dos seus negócios. Amizades essas movidas por interesses políticos, claro está (Pepetela 1997: 12-14). A importância da diplomacia é apontada por Cadornega e citada por Pepetela no Prólogo de *A Gloriosa Família*:

Em a cidade assistia hum homem por nome de Baltazar Van Dum, Flamengo de Nação, mas de animo Portuguez que havia ido dos primeiros Arrayaes para a Loanda com permissão de quem governava os Portuguezes, o qual escreve posto em risco de o matarem os Flamengos, a respeito que antes desta tregoa e Comunicação corrente, hum Cidadão, por ver se por sua via podíamos haver algumas intelligencias de que passava entre o Flamengo, para este efeito, mandou de Masangano dous Negros com hum Carta direitos aos arimos e fazendas Bengo, onde o dito Van Dum tinha alguma gente de sua conta, seus Escravos; estes taes levarão os Mensageiros à Cidade e entrarão com eles na Sanzala do Van Dum, o que não foi tão em segredo que logo não fosse publico; e avizado o Director de como tinhão entrado Negros dos Portuguezes na Cidade e Sanzala, de que ficou alterado, e deo logo ordem do Major que governava as Armas, o mandasse logo prender, o qual era Amigo de Baltazar Van Dum; e por isto se diz, bom he ter hum Amigo mesmo que seja no Inferno, mas de taes amizades nos livre Deos; e vendo o perigo em que estava, o avizou secretamente, em como hião a prender, e o porquê, que viesse logo dar parte ao Senhor Director do que havia, e se desencontrasse com os que o hião a prender, porque elle os mandava pela calçada que viesse elle por Santo Antonio ou sua igreja, tanto que teve este avizo veyo pellos ares, como a quem lhe não hia nisso menos do que a vida em sua presteza, chegado que foi ao collegio onde o Director para elle, dizendo-lhe ah! Van Dum, Van Dum! A tua cabeça, a tiveste mui arriscada... (Cadornega *apud* Pepetela 1999: 9).

A trama é narrada por um escravo mudo de uma das figuras centrais do romance, o patriarca da família, Baltazar Van Dum. A importância deste narrador é crucial uma vez que para além de narrar o quotidiano da vida do seu amo de uma perspectiva pessoal e humana, desvenda todas as máculas dos membros da família, e foi oferecido a Baltazar por Ginga.

De referir que na interpretação deste narrador surgem algumas contradições por parte de alguns estudiosos que afirmam que, para além de mudo, o rapaz seria surdo, o que é uma total incongruência uma vez que se assim fosse jamais poderia ouvir conversas para posteriores relatos. Denise Rocha, no seu artigo “Imagens da diplomacia de Nzinga Mbandi Ngola, em Luanda, no ano de 1621: História, gravuras e narrativa, *A gloriosa família* mostra uma fase da história angolana (1641-1648)”, destaca a importância do narrador desta obra, sempre atento:

Surdo-mudo, o rapaz relata, também, fatos, comprovados e/ou transmitidos de forma oral, da vida de Ginga, esperta, detentora do tráfico de escravos e comandante de um exército temível. Seu relato -do século XVII para o futuro- abrange diversas perspectivas: as suas pessoais; as dos europeus e as dos nativos. As impressões sobre Ginga são reflexos de reminiscências particulares no seu exílio em Luanda, pois ele fora criado, com todo carinho por sua irmã Cambo, mas era maltratado por Funji.(...) Ginga aparece, por meio das vivências do narrador, em discurso de duas facetas entrelaçadas: uma baseada em fatos transmitidos por vias orais e documentais, e, outra, por personagens envolvidas no comércio negreiro e nos combates. A rainha guerreira e comerciante surge como pessoa humanizada e contraditória: ativa na diplomacia; organizada com o seu exército; rigorosa no trato com os seus; justa com fugitivos dos portugueses; leal com os membros do pacto comercial e militar, e “vingativa” com os não-respeitadores da ética no tráfico negreiro e com os assassinos de sua irmã. Ou seja, uma mulher que lutou por justiça e para se impor no mundo patriarcal (Rocha 2011: 855-857).

Silvana Rodrigues Quintilhanos Ferreira (2007) realça as várias perspectivas apresentadas pelo narrador, que apesar de não falar, dá voz ao “discurso oficial, ao colonizador holandês, seus compatriotas e amigos, aos colonizados negros escravos e dos

“filhos do quintal”, às instituições poderosas dos padres, aos guerrilheiros, às das mulheres, rainhas, videntes – todas organizadas e relatadas como desabafo em relação a sua condição, em tom coloquial bem próximo da fala” (Ferreira 2007: 28).

O seguinte excerto ilustra a condição do narrador:

O meu dono começou a andar para casa e eu lá fui atrás, era para isso que existia. (...) Um escravo não tem direitos, não tem nenhuma liberdade. Apenas uma coisa lhe não podem amarrar: a imaginação. Sirvo-me sempre dela para completar relatos que me são sonogados, tapando vazios. (...) E o meu dono não sabe que eu sei. Como não sabe muitas coisas. Eu sei, é o que importa (Pepetela 1997: 14-15).

Também Fabrice Schurmans em *O trágico do estado pós-colonial. Pius Ngandu, Nkashama, Sony Labou Tansi, Pepetela* (2007), destaca a importância deste narrador:

Acrescentaria ainda que, se o papel do escravo pode ser interpretado como sendo o de um historiador local que tenta relatar uma das versões possíveis do passado, também pode ser lido numa perspectiva mais poetológica e então representaria na diegese algo do discurso do autor sobre a sua própria prática. Assim, como não pensar no escritor, e não somente em pepetela, quando é defendido o direito à imaginação (Schurmans 2014: 119).

Elizabeth Brose, no artigo “A gloriosa família: transtextualidade e tradução” (2006), realça que “o espaço do narrador, ora integrante da ação, ora espectador confesso, sugere uma transcendência de suas dimensões espaciais de personagem e de sua perspectiva limitada para uma ampliação de seu conhecimento”. Segundo a autora, *A Gloriosa Família* é uma obra que se apropria do relato histórico de eventos e personagens reais que são subordinados ao sentido dominante da obra. “O discurso mítico, por sua vez, é intercalado ou dissolvido no contexto semântico da ficção. A totalidade dos textos literários transcende os limites dessas relações, aglutinando temas, matrizes e gêneros, ordenando-os de modo variável. Também a consciência do narrador é usada como se fosse personagem, é sugerida nos segmentos que indicam que o passado e o futuro da ficção lhe são familiares” (Brose 2006: 105-115). A autora reitera:

Na obra de Pepetela, a metáfora do narrador mudo apresenta a contradição do domínio da narrativa e da aparente ausência da possibilidade de articular sua voz de modo compreensível. Ele supera a falta com a expressão de um sujeito autor que verbaliza os pensamentos da personagem do passado (Brose 2006: 107).

De especial destaque o cuidado que Pepetela teve em colocar como narrador não só um escravo, mas um escravo que havia pertencido a Ginga, dando uma perspectiva mais assertiva no que toca à visão do colonizador e consequente descrição da soberana:

(...) mas xé, que é isto?, escravo não tem sentimento aiué, e tenho de estar atento ao meu dono, só dormir quando ele dorme, no resto seguir seus gestos, suas palavras, suas emoções, seus vazios também, para isso me foram buscar à terra de Jinga Mbandi. A propósito foi muito

ousada a maneira como Baltazar Van Dum aproveitou a sua ascendência flamenga para enganar a rainha, que de facto detesta que a tratem assim, pois ela diz que é rei, porque só rei manda, e ela não tem nenhum marido que mande nela, ela é que manda nos muitos homens que tem no seu harém e que chama de minhas esposas. É rei Jinga Mbandi e acabou (Pepetela 1997: 23).

O modo como a soberana é apresentada ao longo da narrativa, bem como os episódios diplomáticos e aguerridos que integra, para além de traçarem o seu perfil, representam o modo como Ginga luta e intervém na construção da história nacional de Angola.

O artigo “Imagens da diplomacia de Nzinga Mbandi Ngola, em Luanda no ano de 1621: História, gravuras e narrativas (Pepetela)” (2011) de Denise Rocha refere o episódio da cadeira humana e descreve, também, algumas das características da rainha:

Na cena da cadeira-escrava, o sentimento de superioridade européia, presente na atitude do governador Sousa se faz presente, ao não colocar uma cadeira para a diplomata mbundu no encontro histórico de paz (1622). No entanto, segundo informações do narrador-escravo, ele assumiu a condição de explorador pré-capitalista e corrupto, ao aceitar a oferta de uma “peça”, e computar para si o lucro e não para a coroa portuguesa. Jinga aparece, por meio das vivências do narrador, em discurso de duas facetas entrelaçadas: uma baseada em fatos transmitidos por vias orais e documentais, e, outra, por personagens envolvidas no comércio negreiro e nos combates. A rainha guerreira e comerciante surge como pessoa humanizada e contraditória: altiva na diplomacia; organizada com o seu exército; rigorosa no trato com os seus; justa com fugitivos dos portugueses; leal com os membros do pacto comercial e militar, e “vingativa” com os não-respeitadores da ética no tráfico negreiro e com os assassinos de sua irmã. Ou seja, uma mulher que lutou por justiça e para se impor no mundo patriarcal (Rocha 2007: 857).

O episódio do uso da escrava como cadeira ficou imortalizado nos retratos de Ginga sendo múltiplas as suas interpretações. Segundo a autora, “o conhecimento do passado para melhor compreensão do presente levou Pepetela a pesquisar as raízes da História de Angola e a escrever, de maneira crítica, romances históricos com subjetivação, transcendência e autorreflexão sobre a história” (Rocha 2007: 854).

De acordo com José Luís de Mendonça em “Pepetela: A dimensão do Renascimento” (2009), a obra de Pepetela “pretende dar a conhecer a essência do povo angolano e é precisamente por isso que a sua obra descreve a vida das gentes da sua terra, vida essa que se define, desde os primórdios, pela luta contra as imposições políticas” (Chaves 2009: 74).

O artigo “Literatura e nação – Pepetela e a história de Angola” (2011), de Robson Dutra, reitera que é na “busca da consciência da relativização do passado histórico vivenciado por Pepetela na guerrilha, na importância dada aos mitos para a manutenção do presente através da utilização de termos nativos que evocam o passado mítico; na interrogação constante da história e, sobretudo, na construção de uma consciência nacional crítica que se debruça incansavelmente sobre Angola”. É através da perspicácia do seu olhar que se estabelece o perfil historiográfico através de uma narrativa figurada que desvenda “os desvãos

do imaginário social e cultural de Angola”, os mesmos são expostos de forma estratégica, conciliando tradição e modernidade (Dutra 2011:157).

As obras de Pepetela “refletem um momento histórico, pois a ficção surpreende com acontecimentos e factos que pertencem ao painel da construção da história dominante de Angola, mostrando o povo africano portador de uma cultura própria, que revela constantemente uma tradição, ao passo que representado em tempos modernos, com culturas assimiladas, propõe uma mestiçagem” (Weber 2007: 43). É fundamental salientar a reconstrução da identidade nacional angolana a partir da literatura, uma vez que através dela há um reencontro com a tradição e um discurso que desmistifica muitos aspetos pertinentes da história (Ferreira 2007: 31).

Como é salientado por Schurmans (2014), a obra de Pepetela vai muito além da narrativa romanceada:

(...), pois não se trata aqui só de narrar parte do que aconteceu durante a ocupação holandesa de Luanda no século XVII, mas de o fazer de maneira a questionar ao mesmo tempo o ponto de vista colonial, o ponto de vista inerente a grande parte dos romances históricos e, em última análise, o ponto de vista do leitor contemporâneo (Schurmans 2014: 18).

Segundo Brose (2005) “a narrativa da obra é semelhante a um relatório de pesquisa de campo etnográfica da cultura dos descobrimentos: o sujeito é o núcleo das percepções do tempo e do espaço. Ele revive as situações como elas poderiam ter acontecido no período de 1641 a 1648. Através desse prisma histórico dá-se o diálogo entre outras vozes como as dos paratextos que têm a autoridade histórica reconhecida”. Assiste-se ao encontro entre a lenda e a história, o concreto e o romanesco e “a narrativa de guerra com a do conto maravilhoso” (Brose 2005: 140-144).

Para Jurema Oliveira (2013), Pepetela faz a sua própria interpretação da história ao narrar o período de 1641 a 1648 durante a ocupação holandesa em Luanda. Durante a narrativa o autor estabelece correspondência entre a história e a ficção e enfoca os “anais da História Geral das Guerras Angolanas”. O autor retrata a sociedade da época de forma pitoresca, expõe a corrupção envolta nas negociações da Companhia das Índias Ocidentais. Pepetela revela, assim, em todas as suas obras, o desejo de assistir a uma mudança real no seu país, um país livre, em paz, onde a igualdades de direitos e o progresso sejam constantes (2013: 8-9).

5.4 José Eduardo Agualusa

Apesar de ter nascido em Angola, José Eduardo Agualusa é filho de pais portugueses. À semelhança de Pepetela, muda-se cedo para Lisboa onde acabaria por fazer os seus estudos em Silvicultura e Agronomia. O autor, que também é membro da União de Escritores Angolanos, tem tido um enorme destaque na literatura internacional, tendo as suas obras traduzidas em aproximadamente vinte e cinco línguas.

Numa entrevista ao jornal *SOL* (2014), José Eduardo Agualusa confessa que sempre “quis escrever um livro sobre uma determinada época e momento histórico onde lhe fosse permitido contar essa história numa perspetiva africana, a partir da corte da rainha Ginga”. Na verdade, o autor queria escrever um livro que contasse não só a história de Angola, mas “a história do mundo: de Angola, do Brasil, de Portugal, da Holanda. É ali que se define quem fica com Luanda. Podiam ter sido os holandeses”. É um período de construção onde tudo se decide. E assim surge a *Rainha Ginga e de como os africanos inventaram o mundo* (2015). O autor pretende mostrar que os africanos tiveram um papel ativo em todo o processo de construção do mundo, das fronteiras de Angola, do Brasil, de Portugal. Para a construção da sua obra o inspirou-se na *História Geral das Guerras Angolanas* (1972), de Cadornega.

5.4.1- *Rainha Ginga e de como os africanos inventaram o mundo* (2015)

Para Agualusa, *Rainha Ginga* surge como uma forma de tentar compreender o presente. O presente só existe porque existiu um passado e com base nos erros do passado é possível prever e evitar erros no presente e no futuro. O autor vai mais longe e afirma que com a sua obra pretende mostrar uma Ginga que é muito mais interessante do que todas as visões redutoras que lhe têm sido atribuídas ao longo dos tempos, utilizada pelos poderes e reconstruída à sua semelhança, nomeadamente o poder colonial e o poder contemporâneo (SOL: 2014).

Segundo o jornal brasileiro *Estadão* (2016), José Eduardo Agualusa, em *A Rainha Ginga*, realça a presença ativa de vários heróis africanos e “pretende fazer mais que uma biografia romanceada da rainha Ginga; o livro de Agualusa destaca um novo olhar sobre a historiografia: mostra como os africanos foram parte ativa em ações no passado, ao contrário do que habitualmente é mostrado, e de uma forma bem mais vigorosa”, promovendo, assim, um processo de resgate da real importância africana na História. Por outro lado, na sua entrevista à revista *Visão* (2014), Agualusa realça o facto de a sua obra poder surpreender em

Portugal, visto mostrar o lado africano e não o português; a obra pretende, portanto, através de uma biografia romanceada da rainha Ginga, descortinar e desmistificar mais um pouco do mistério em torno da soberana bem como exaltar os feitos africanos, buscando assim a ideia de africanidade e nacionalismo.



O artigo “A representação do poder feminino no romance rainha Ginga, de Agualusa” (2017), por Maria do Desterro da Silva Oliveira e Algemira de Macêdo Mendes, baseia-se numa investigação onde “os episódios mais relevantes da história de Angola são relatados pelo viés da narrativa literária”. Na perspetiva das autoras, o romance *A Rainha Ginga e de Como os Africanos Inventaram o Mundo* destaca a trajetória política, militarista e diplomática da rainha, permitindo uma análise da obra do ponto de vista do género e relações de poder na literatura angolana. As autoras fazem uma análise do ponto de vista do papel da mulher na sociedade, colocando em evidência o enorme legado que Ginga deixou às mulheres, um exemplo de força, coragem e determinação (Oliveira e Mendes 2017: 94).

Também Viviane Moraes, no artigo “Agualusa, José Eduardo. A rainha Ginga” (2017), salienta a posição do autor relativamente ao empoderamento das personagens

**Figura 10: Ilustração da capa da obra *Rainha Ginga* de José Eduardo Agualusa (2015).
Autoria de: Stéphane Munier**

femininas:

Quanto às personagens femininas, estas surgem com uma carga simbólica reveladora dos diferentes olhares que suas respectivas culturas têm acerca das mulheres. Assim, Muxima é

representada com a beleza e a sedução da mulher africana; por vezes estereotipada e exotizada, torna-se Dona Inês de Mendonça, após o batismo e a ida para Luanda, transformando-se em uma mulher forte, de muitos negócios, poderosa e arrogante. Outros exemplos representativos são os de Mocambo e Quifungi, irmãs inteligentes e guerreiras de Ginga; Velha Clemência, com ar de preta velha dos terreiros do Brasil; Sula, a cigana misteriosa. A rainha Ginga que, após o batismo, se tornou Ana de Sousa, é apresentada na narrativa como esperta, inteligente, estrategista, poderosa e cruel. As informações sobre ela chegam-nos por intermédio do padrenarrador que emite juízos de valor em suas descrições e narrações (Morais 2017: 178).

Para Moraes (2017), Agualusa serve-se da história da rainha Ginga, “ora com ironia, ora com acidez crítica, para apontar as mazelas de um período marcado pela escravidão, guerras, intrigas e impactos culturais entre povos muito diferentes entre si”. O narrador é um padre pernambucano, Francisco José da Santa Cruz, que, no decorrer do romance questiona a sua devoção e até mesmo a existência de Deus. O padre acaba por se desviar dos caminhos da fé cristã o que viria, posteriormente, a resultar na sua excomunhão (Morais 2017: 177).

Oliveira e Mendes (2017) destacam igualmente o narrador do romance, um narrador-personagem que dispersa muitas vezes a narrativa para falar sobre si, sobre as suas origens e o motivo que levou a ser padre. Ainda assim, é impossível não perceber a força e poder que da soberana exercia, numa época em que as mulheres não estavam por norma associadas a cargos de liderança. Por isso, a rainha Ginga “é um caso especial na história e na literatura angolana. Assim, muitos autores africanos e afro-brasileiros procuram nesta mulher fonte para recriar a história da escravidão” (2017: 118-119).

Não obstante à hierarquia escravagista que já exista em África, as autoras destacam as diferenças no trato dos escravos, para os portugueses vistos como peças, mercadoria e, para os povos bantus, criados do quintal que poderiam até ser tratados como família. Oliveira e Mendes destacam as qualidades da rainha:

A liderança dela evitou que muitos africanos passassem pela escravidão, face mais degradante da conquista europeia, junto com a expropriação da pátria de origem. Ela tornou-se um exemplo de patriotismo, pois sem usar a força física impôs-se diante dos portugueses. Não cedeu aos desígnios dos europeus e, para tanto usava de estratégias, os quais anulavam o poderio do exército luso (...) Portanto, o legado que foi deixado por Ginga não pode ser esquecido, pois ela foi uma mulher aguerrida, combativa. E diante dos conflitos bélicos, entre os africanos e o povo luso, no centro do embate, está presente a figura lendária da rainha Ginga. E no romance de Agualusa, há empenho em mostrar como uma mulher africana lutou contra a escravidão. Histórias de mulheres como a Rainha Ginga devem estar presentes nas páginas da literatura. Isso porque, muitas mulheres são ocultadas do centro dos discursos, histórico e literário. D. Ana de Sousa ou Ginga Mbandi representa e exalta a participação feminina nas lutas políticas e na gestão de um território. Mesmo um território fragmentado e com diversas etnias, como Angola (Oliveira e Mendes 2017: 119-120).

Na obra *Rainha Ginga e de como os africanos inventaram o mundo* (2015), o narrador também destaca o tratamento dado aos escravos pelos colonizadores e por Ginga:

Para manter os escravos no seu devido lugar, ou seja, trabalhando, trabalhando, trabalhando, é necessário que nunca lhes faltar com três coisas – pau, pão e pano. Escutei isso, muitas e muitas vezes, a senhores do engenho, feitores e até mesmo damas finas. Pela minha experiência, posso comprovar que aquilo que nunca falta é o primeiro pê, o pau, a pancada. A comida e a roupa faltam muitas vezes (...) após regresso triunfal ao quilombo, vivi ali cinco prolongados anos de uma quase completa placitude. Os estrangeiros eram, de forma geral, bem tratados por toda a população, fidalgos, povo ou escravaria. De resto, os escravos recebiam no Reino do Dongo um tratamento muito mais compassivo do que aquele que lhes era reservado em Luanda ou no Brasil. Entre os africanos vigora uma lei segundo a qual só perde a liberdade quem cometeu crime que mereça a morte e, sendo a pena comutada em escravidão. Além destes, somente os prisioneiros de guerra, cuja vida está por direito nas mãos dos vencedores, podem ser escravizados. Por nascimento, apenas os filhos das escravas são escravos; não os dos escravos. É a regra do *partus sequitur ventrem*.

Os portugueses não respeitam nenhuma destas leis, enviando para o Brasil não somente os escravos ou caxicos mas também os homens livres (murinda). Este desrespeito foi sempre uma das maiores queixas da rainha contra os portugueses (Aqualusa 2015: 135, 136-137).

A narrativa de *Rainha Ginga* é contada a partir das memórias de um padre pernambucano ao serviço da coroa portuguesa, o padre Francisco da Santa Cruz, que mais tarde se tornaria num dos secretários da soberana. Luara Pinto Minuzzi, num artigo para a revista *Navegações*, “José Eduardo Aqualusa: A Rainha Ginga e como os africanos inventaram o mundo” (2016: 200), destaca a importância da escolha deste narrador. Aqualusa escolheu-o para contar a vida e as conquistas da rainha africana a partir de uma perspetiva diferente da oficial, podia ter escolhido a própria Ginga ou algum outro africano seu súbdito. Quem narra as peripécias da soberana é um padre ao serviço da coroa portuguesa e, com isso, “poderia pensar-se que o autor angolano elege o ponto de vista dos europeus brancos, mas, novamente, o romance mostra-se mais complexo do que isso” (Minuzzi 2015: 200). A explicação do personagem clarifica a complexidade:

Ginga estranhou a minha aparência, pois não via em mim semelhança nem com os portugueses vindos do reino, nem com dourados flamengos, ou mafulos, como em Angola são conhecidos, menos ainda com o gentio das diferentes nações do sertão. A minha mãe era índia- expliquei-lhe- da nação caeté (...) Meu pai era mulato, filho de um comerciante da Póvoa de Varzim e de uma negra mina, mulher de muitos encantos e encantamentos, que acompanhou e iluminou toda a minha meninice. Sou a soma, por certo um tanto extravagante, de todos esses sangues inimigos (Aqualusa 2015: 15).

Para Luara Minuzzi (2016), esta mistura racial do narrador permite um olhar imparcial na narrativa, mais livre e menos preconceituoso. Destaca também o facto de o narrador mudar ao longo da história, ou seja, no início ele é um padre crente na superioridade da igreja católica e convicto na sua missão de evangelização; com o desenvolver da diegese o padre Francisco acaba por se apaixonar por Muxima, uma negra, uma filha de África, a paixão por Muxima, a par da confraternização com Ginga e o seu povo acabariam por levá-lo ao afastamento da igreja, “a distanciar-se da sua antiga identidade e a identificar-se mais com a África”. Após o posicionamento, oficial, a favor de Ginga e do seu povo, Francisco passa a

inimigo e traidor de Portugal, “tendo a sua imagem em papelão sido simbolicamente queimada na fogueira do Santo Ofício” (2016: 200-201).

Na obra *Rainha Ginga e de como os africanos dominaram o mundo* (2015), o narrador descreve o momento que marcou o seu afastamento inicial da igreja e dos portugueses:

O Padre Jerónimo estranhou a minha intimidade com a Ginga. Aconselhou-me a acompanhá-los no regresso a Luanda. Isto aconteceu, lançando-me um olhar desconfiado, se eu fosse ainda um homem livre. Assegurei-lhe que sim, que me sentia senhor das minhas ações. Preferia permanecer na Quindonga, no meu ofício de secretário, e também assistir a todos os que nos últimos meses haviam tomado as santas águas do batismo (...) espetou-me um dedo no meu peito e citou um ditado ambundo: por muito que um tronco permaneça no rio, nunca se tornará um crocodilo. Vi-o partir, a ele e à sua embaixada, como sentimento que estava assistindo à minha própria despedida (Agualusa 2015:61).

Também o título do livro é realçado por Minuzzi, *A Rainha Ginga e como os africanos inventaram o mundo* pode levar o leitor a concluir que a soberana é o foco da história; no entanto, o foco será mais “como os africanos inventaram o mundo” uma vez que a figura da rainha é omitida muitas vezes durante a trama, enquanto a luta do seu povo está sempre presente. “A rainha Ginga é uma mulher negra, logo duplamente estigmatizada: por ser mulher, género considerado inferior ao masculino em muitos aspetos, tanto na cultura europeia como na africana; pela sua condição de negra, raça igualmente colocada como abaixo da branca”. Tal estigma clarifica a admiração e espanto dos personagens portugueses perante a inteligência e capacidades bélicas e diplomáticas de Ginga. “Sendo assim, a necessidade de autoafirmação da rainha Ginga, quando assume o poder, é igualmente duplicada”. Face aos acontecimentos a soberana “precisa ser e parecer duplamente poderosa”. Neste contexto que demonstrações de poder e atitude que se Ginga assume como homem, veste-se como tal e exige ser tratada por “rei”, e não “rainha”, mantém, igualmente, um harém uma vez que era um direito dos reis, o harém da soberana era composto por homens escolhidos por ela que eram obrigados a vestirem-se de mulher. Clarividente, ao perceber a importância do batismo na sua movimentação entre os dois mundos, mbundo e português, Ginga pede para ser batizada e passa, assim, a tirar proveito “do melhor de cada um para conquistar mais povos, pessoas, terras” (2016: 201-202).

Na análise de Moraes (2017) “os espaços de Angola, Brasil, Portugal e Holanda são trabalhados, ficcionalmente, de forma a evidenciar os contrastes entre as culturas. A heterogeneidade de nacionalidades serve o propósito da imparcialidade da narrativa na qual se destaca a capacidade de crueldade do ser humano independentemente da sua origem. “A obra destaca episódios que revelam o tratamento cruel dos portugueses em relação aos africanos e aos holandeses; o de Ginga e o dos Jagas em relação aos inimigos portugueses, africanos e aos

escravos; as atitudes dos holandeses em relação aos africanos, aos brasileiros e aos portugueses. Em *A Rainha Ginga*, a enunciação romanesca leva o leitor a refletir sobre o passado que ecoa no presente. Por vezes, expressa, criticamente, pontos relevantes da História, como a compreensão, para um africano e para um europeu, dos conceitos de escravidão, de Deus e de religião, do papel das mulheres em cada égide cultural, das viagens marítimas e da pirataria” (Moraes 2017: 178).

A imagem da rainha está envolta em todo um simbolismo que procura inspirar o povo africano; no entanto, este romance de Agualusa é muito mais do que uma mera biografia da soberana mbundo.

Considerações Finais

Após a análise das três obras, cujas diegeses são completamente distintas, há um ponto comum em todas elas, nomeadamente o modo como a rainha é descrita e o que ela representa. Vista como primeira grande diplomata angolana, a soberana representa a resistência ao colonialismo, a inspiração para o resgate identitário do seu povo e um exemplo de capacidade e força para a mulher angolana. Não obstante a importância dos seus feitos no passado, é impressionante constatar o impacto que eles continuam a ter no presente e, terão, consequentemente, no futuro, continuando a mover correntes literárias, artísticas e até partidárias. Muito mais do que património material, Ginga deixou ao seu povo um legado imaterial imensurável, indubitavelmente, património cultural de Angola.

Durante muito tempo a verdadeira história de África foi suprimida, envolta em mitos e preconceitos, dizia-se que não havia bases científicas e escritas que permitissem provar a dita história. Na verdade, houve um renegar no que toca a considerar o povo africano como criador de culturas próprias. Desde o início do século XX que importantes pesquisas e trabalhos têm sido feitos no sentido de mudar esta realidade, no entanto só após a Segunda Guerra Mundial se assiste a uma verdadeira mudança.

A negritude “incorpora as narrativas políticas, as comunidades religiosas de matriz africana como parte relevante das lutas históricas de emancipação negro africana, um mito de origem que define uma ancestralidade difusa. A identidade negro africana implica a equivalência entre as diversas identidades sociais, políticas ou religiosas do campo afro-brasileiro. A ancestralidade, como relação entre negritude/africanidade, converte-se em lugar de uma tensão inerradicável” (Sales Júnior 2009: 119).

A *Nzinga Mbandi* de Manuel Pedro Pacavira veio dar força a um novo movimento literário que urge por uma mudança, um movimento literário que de forma romanceada tem uma mensagem subentendida em todas as figuras alegóricas e metáforas presentes ao longo das obras. Pacavira foi o grande impulsionador do ressurgimento da figura da rainha Ginga em Angola. No entanto, e apesar das inúmeras diferenças nas narrativas das três obras escolhidas, das quais se destaca o contexto sociocultural e económico no qual cada uma foi escrita, a descrição heroica da rainha Ginga é intemporal. Uma rainha que representa a esperança, em *Nzinga Mbandi*, *Gloriosa Família e Rainha Ginga* e *de como os africanos inventaram o mundo*, os autores procuram através da narrativa e da adjetivação da soberana apelar à consciência do povo angolano para a importância da preservação da identidade do

povo e da nação, uma nação que deveria ter como inspiração a sua compatriota e lutar pela união, justiça e diplomacia.

A obra de Pacavira, apesar de só ter sido publicada em 1975, foi escrita entre 1972 e 1974 enquanto cumpria pena na prisão do Tarrafal. O 25 de Abril marcou o fim da guerra pela independência de Angola com os portugueses, era chegado o momento de colocar termo a todas as injustiças cometidas com seu povo, um povo que foi punido por querer manter a sua identidade e dignidade, um povo que à semelhança da sua compatriota Ginga, e vista por muitos como a mãe da nação, não se coibiu de lutar pelos seus direitos, ainda que tal luta tenha acarretado consequências nefastas. *Nzinga Mbandi* é uma biografia romanceada da Rainha. Na obra, o principal inimigo de Angola é indubitavelmente o português.

Após a independência de Angola e o término dos conflitos com os portugueses, surgem os conflitos internos, a devastadora Guerra Civil Angolana, dois movimentos que se intitulavam de libertação entram numa guerra pela disputa do poder, MPLA e UNITA³⁶. O conflito foi de uma violência tal que, precisamente no ano do lançamento da obra de Pepetela, a princesa Diana deslocou-se a Angola com o único propósito de pedir que parassem com as minas. É neste contexto, em 1997, que surge *A Gloriosa Família: o tempo dos Flamencos*, de Pepetela, num contexto político bem ilustrativo do argumento de Domingues (2005). *A Gloriosa Família* de Pepetela narra os dramas da família Van Dum, que tudo faz em busca de estabilidade e paz. Embora o foco seja a família Van Dum, a obra remonta exatamente ao mesmo período histórico da obra de Pacavira, tornando a figura da rainha Ginga uma presença assídua na diegese. De destacar que o principal inimigo já não é o português e sim aquele que perturba a paz, independentemente da cor ou nacionalidade.

É precisamente com o intuito de consciencializar o leitor, apelar a uma construção identitária mais justa, que José Eduardo Agualusa lança em 2015 a obra *A Rainha Ginga e de como os africanos inventaram o mundo*. Esta obra surge num período politicamente conturbado em Angola, contudo um período de paz comparativamente com as obras mencionadas anteriormente. Trata-se de uma biografia romanceada da rainha Ginga, que desperta sorrisos e sonhos. Não se encontra um inimigo, encontra-se um hino à luta por uma nação, à busca identitária do povo angolano.

De especial destaque a importância dos narradores, que servem os propósitos críticos dos seus escritores representando a sua verdadeira figura central; em *Nzinga Mbandi*, Pacavira serve-se de Kakulo para não se assumir como narrador principal; na *Gloriosa Família* de Pepetela, o narrador é um escravo mestiço e mudo, uma sombra do seu amo, o patriarca da

³⁶ União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA)

família. Pepetela utiliza o pobre escravo mudo, numa alegorização às milhares de vozes africanas que não têm oportunidade de ser ouvidas mas tanto têm para dizer; *A Rainha Ginga e como os africanos inventaram o mundo* Agualusa escolhe como narrador um padre pernambucano, nada mais é que uma mistura racial de tudo o que poderia representar o inimigo para a rainha Ginga.

As obras refletem críticas implícitas à sociedade; em cada mentira, em cada traição está o reflexo da sociedade, no entanto, o objetivo primordial é indubitavelmente o apelo à união através do ressurgimento da figura da rainha Ginga pois é na história e na memória que reside a identidade.

Conclui-se, deste modo, que objetivo inicial proposto nesta dissertação foi cumprido com sucesso uma vez que se conseguiu perceber o verdadeiro motivo que despoletou o ressurgimento da figura soberana colocando em evidência a importância e o papel que a rainha Ginga assume em pleno século XXI na sociedade angolana. Através da análise da ambiguidade com que a rainha tem sido retratada pela literatura em geral e pelo estudo da representação cultural nas obras de José Eduardo Agualusa, Manuel Pedro Pacavira e Pepetela, é de fácil entendimento a disseminação dos estudos e retratos relativos ao modo como a rainha Ginga incorpora a ideia de negritude e africanidade, assumindo um papel deveras importante não só para a comunidade angolana como também para a comunidade africana em geral.

Rainha Ginga, mais do que um mito, destaca-se como a personagem mais polémica de toda a história de Angola, além de uma heroína nacional que ressurgiu na literatura angolana na década de setenta como fonte de inspiração e alento para o povo africano torna-se numa figura feminina africana de destaque, símbolo de africanidade e negritude.

Referências Bibliográficas

- Aqualusa, José Eduardo (2014): *A rainha Ginga: E de como os africanos inventaram o mundo*. Lisboa: Quetzal.
- Aguinaldo, Cristóvão (2010): Entrevista a Manuel Pedro Pacavira. Internet. Disponível em <http://www.ueangola.com/entrevistas/item/430-escrevo-quando-sinto-necessidade-de-contar-uma-hist%C3%B3ria-verdadeira> (consultado em oito de setembro de 2017).
- Andrade, Milton de (2016): “Entre papas, reis, rainhas e mouros com os braços cortados: raízes da performatividade negra no Brasil.” In: Marco Aurélio da Cruz Sousa (org.): *As Danças populares no Brasil na contemporaneidade*. São Paulo: All Print Editora.
- Barreto, Luiz Felipe (1989): *Os Descobrimentos e ordem do saber – uma análise sócio cultural*. Lisboa: Ed. Gradiva.
- Bhabha, Homi K (1998): *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais.
- Bella, John (2011): *Os primeiros passos da Rainha Djinga*. Angola: O cão que lê.
- Bocage, Manuel Maria Barbosa du (1991): *Poesias Eróticas, Burlescas e Satíricas*. Lisboa: ERL.
- Birmingham, David (2004): Alianças e conflitos. Os primórdios da ocupação estrangeira em Angola (1483-1750). Luanda: Arquivo Histórico de Angola.
- Brásio, António (1952^a): *Monumenta missionária africana*. Volumes V. Lisboa: A:G:U.
- _____(1952^b): *Monumenta missionária africana*. Volumes VI. Lisboa: A:G:U.
- Brose, Elizabeth (2005): *A Máscara de Múltiplas Faces – Narrativas de Pepetela*. Rio Grande do Sul: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Faculdade de Letras. Internet. Disponível em <http://doczz.com.br/doc/37281/pontif%C3%ADcia-universidade-cat%C3%B3lica-do-rio-grande-do-sul-fac> (consultado em nove de dezembro de 2016)
- _____(2006): “A gloriosa família: transtextualidade e tradução” In: *Veredas 7*. Porto Alegre: 101-116.
- Cadornega, António de Oliveira de (1972^a): *História Geral das Guerras Angolanas (1680-1681)*, Volume I, edição anotada e corrigida por José Matias Delgado e Manuel Alves da Cunha. Lisboa: Agência Geral do Ultramar [1680].
- _____(1972^b): *História Geral das Guerras Angolanas (1680-1681)*, Volume II, edição anotada e corrigida por José Matias Delgado e Manuel Alves da Cunha. Lisboa: Agência Geral do Ultramar [1680].
- _____(1972^c): *História Geral das Guerras Angolanas (1680-1681)*, Volume III, edição anotada e corrigida por José Matias Delgado e Manuel Alves da Cunha. Lisboa: Agência Geral do Ultramar [1680].
- Carvalho, Flávia Maria de (2011): “Reino do Ndongo no Contexto da Restauração: Mbundus, Portugueses e Holandeses na África Centro Ocidental.” In: *Sankofa Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*. Ano IV, Nº 7: 7-28.
- Carvalho, Paulo (2016): *Património construído, turismo cultural e a cidade histórica do Dongo (Angola)*. Coimbra: Faculdade de Letras - Universidade de Coimbra. Internet. Disponível em https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/32770/3/BiblosVII_artigo22.pdf?ln=pt-pt (consultado em dezassete de agosto de 2017).
- Cascudo, Luiz da Câmara (1962): *Dicionário do Folclore brasileiro*. Instituto Nacional do Livro: Ministério da Educação e Cultura.
- Chandeigne, Michel (2010): *N'jinga Rainha de Angola*. Paris: Chandeigne.
- Chaves, Rita (1999): *A Formação do romance angolano, entre intenções e gestos*. São Paulo: Via Atlântica.
- _____(1999): “Pepetela: romance e utopia na história de Angola.” In: *Revista Via Atlântica, São Paulo*. São Paulo: Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade de São Paulo.
- Chaves, Rita e Macêdo, Tania (2009): *Portanto... Pepetela*. São Paulo: Ateliê Editorial.
- Correia, Maria (2012): *O património do movimento moderno Luanda 1950-1975*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Internet. Disponível em www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde.../dissertacao_mariaa_original.pdf (consultado em vinte e três de junho de 2017).
- Delgado, Ralph (1948): *História de Angola*. Lisboa: Livraria Magalhães.
- Dias, Gastão Sousa (1943): *Heroísmo e lealdade: quadros e figuras da Restauração em Angola*. Lisboa: Agência Geral das Colónias: 95.

Domingues Petrônio (2005): “Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica no campo ideológico”. In: *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 10, n.1. 25-40.

Dutra, Robson (2011): “Literatura e nação – Pepetela e a história de Angola”. In: *Revista de história comparada*. Rio de Janeiro. Internet. Disponível em http://www.hcomparada.historia.ufrj.br/revistahc/artigos/volume005_Num001_artigo006.pdf (consultado em 27 de agosto de 2017).

Ferreira, Silvana Rodrigues Quintilhano (2007): *Uma releitura da mulher angolana em “Lueji”, “A gloriosa família” e “Mayombe” de Pepetela: Diálogo Pós-Colonial e Feminista*. Paraná: Universidade Estadual de Londrina. Internet. Disponível em <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp028059.pdf> (consultado em vinte de julho de 2017).

Fonseca, Mariana Bracks (2010): “Rainha Nzanga Mbandi, imbangalas e portugueses: as guerras nos quilombos de Angola no século XVII”. In: *Caderno de Pesquisa. Cdhis - Centro de Documentação e Pesquisa em História da UFU, Uberlândia*, v.23, n.2. São Paulo: Universidade de São Paulo: 391-415.

_____(2011): “Nzinga Mbandi contra os portugueses em Angola. Século XVII” In: *Anais de XXVI Simpósio Nacional de História*” São Paulo: Associação nacional de História: 1-19. Internet. Disponível em http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308175950_ARQUIVO_anpuhtexto.pdf (consultado em 10 de agosto de 2017)

_____(2012): *Nzinga Mbandi e as guerras de resistência em Angola.Século XVII*.São Paulo: Universidade e São Paulo, faculdade de Letras e ciências Humanas Departamento de História. Internet. Disponível em www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde.../2012_MarianaBracksFonseca.pdf (consultado em 10 de agosto de 2017).

_____(2014): “Nzinga Mbandi conquista Matamba: legitimidades e poder feminino na África Central. Século XVII”. In: *Anais eletrônicos do XXII Encontro Anual de História da ANPUH-SP*. São Paulo: Associação nacional de História. Internet. Disponível em http://www.encontro2014.sp.anpuh.org/resources/anais/29/1406225439_ARQUIVO_NzingaMbandiconquista_Matamba.anpuhsp.pdf (consultado em 11 de agosto de 2017).

Gaeta, Antônio da (1669): *La meravigliosa conversione alla santa fede di Cristo della regina Singa, e del suo regno di Matamba nell’Africa Meridionale*. Descrita com histórico stile dal P.F. Francesco Maria Gioia da Napoli. Napoli: Giacinto Pássaro.

Glasgow, Roy (1982): *Nzinga: resistência africana à investida do colonialismo português em Angola, 1582-1663*. São Paulo: Perspectiva.

Goff, Jacques Le (2013): *História e Memória*. Campinas: Unicamp.

Gonçalves, Domingos (1749): *Notícia Memorável da vida e acções da Rainha Ginga Amena, natural do Reno de Angola*. Lisboa: Oficina de Domingos Gonçalves.

Gonçalves, Rosana Andréa (2008): *África Indômita: Missionários capuchinhos no Reino do Congo (século XVII)*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Internet. Disponível em www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-16012009-144257/pt-br.php (consultado em dezasseis de setembro de 2016).

Grandelle, Renato (2015): “A líder da resistência africana- historiadores analisam a força e o carisma da Rainha Ginga, de Angola. Rio de Janeiro: Globo História.” Internet. Disponível em <https://oglobo.globo.com/sociedade/historia/a-lider-da-resistencia-africana-16955484> (consultado em vinte e oito de Agosto de 2017).

Hall, Stuart (2006): *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora.

Heintze, Beatrix (1985): *Fontes para a história de Angola do século XVII. I. Memórias, relações e outros manuscritos da Colectânea Documental de Fernão de Sousa (1622-1635)*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag Wiesbaden.

_____(1988): *Fontes para a história de Angola do século XVII. II. Cartas e documentos oficiais da Colectânea Documental de Fernão de Sousa (1624-1635)*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag Wiesbaden.

_____(2007):*Angola nos séculos XVI e XVII-estudos sobre fontes, métodos e história*. Luanda: Editora Kilombelombe.

Heywood, Linda e Thornton, John (2013): *Njinga Rainha de Angola a relação de Cavazzi de Montecuccolo (1687). Prefácio de Linda Heywood e John Thornton*. Lisboa: Escolar Editora.

Júnior, Ronaldo Laurentino Sales (2009): “Políticas de Ancestralidade: negritude e africanidade na esfera pública” In: *CAOS - Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, n. 14. Paraíba: Universidade Federal da Paraíba: 119 – 133.

Laban, Michel (1991): *Angola. Encontro com escritores*. Fundação Engenheiro António de Almeida: Porto. Internet. Disponível em <http://memoria-africa.ua.pt/Catalog.aspx?q=AU%20laban.%20michel> (consultado em vinte e quatro de Setembro de 2016).

- _____ (2010): “Escritores E Poder Político Em Angola Desde A Independência”. Internet. Disponível em <http://www.ueangola.com/criticas-e-ensaios/item/119-escritores-e-poder-pol%C3%ADtico-em-angola-desde-a-indep%C3%Aancia> (consultado a vinte e oito de setembro de 2017).
- Leite, Ana (2003): *Literaturas africanas e formulações pós coloniais*. Lisboa: Edições Colibri.
- Lemos, Alberto de (1929): *História de Angola, Luanda*. Luanda: Imprensa Nacional.
- Locke, John (1967): *Ensaio sobre a compreensão humana*. São Paulo: Editora Nova Cultura Ltda.
- Lopes, Artur (2012): *O CISEA, o ISPSN e o património cultural – subsídios para uma estratégia de intervenção cultural*. Angola: Sol Nascente.
- Lopes, Duarte e Piafe-ta, Fiapo (1591): *Relações do reino do Congo e das terras circunvizinhas. Comentário e transcrição por Alberto Ferronha* (1989). Lisboa: Alfa.
- Lugarinho, Mário César (2016): “A apoteose da rainha Ginga Género e nação em angola” In: *Cerrados – Revista do Programa de Pós-Graduação em Literatura – n. 41 – Áfricas em movimento*. Brasília: Universidade de Brasília: 88-96.
- Luz, Marco Aurélio (1995): *Agadá: dinâmica da civilização africano-brasileira*. Bahia: Editora da Universidade Federal da Bahia.
- Macedo, José Rivair (2013): “Jagas, Canibalismo e “Guerra Preta”: os Mbangalas, entre o mito europeu e as realidades sociais da África Central do século XVII” In: *História São Paulo*. vol. 32, São Paulo: 53-78. Internet. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742013000100005&script=sci_abstract&tlng=pt (consultado em 28 de dezembro de 2016).
- Machado, Miguel (2013): *Museu Nacional de História Militar*. Angola. Internet. Disponível em <http://www.operacional.pt/museu-nacional-de-historia-militar-angola/> (consultado em 15 de agosto de 2016).
- Mantolvani, Rosângela M. (2008): “Carpentier e Pacavira: O Novo Romance Histórico na América Latina e Angola”. Internet. Disponível em <http://www.ueangola.com/criticas-e-ensaios/item/306-carpentier-e-pacavira-o-novo-romance-hist%C3%B3rico-na-am%C3%A9rica-latina-e-angola> (consultado em onze de setembro de 2017).
- _____ (2010): “Das invasões às fogueiras: os discursos excêntricos de Saramago e Pepetela” Internet. Disponível em www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8156/tde-28092010-151116/en.php (consultado em onze de setembro de 2017).
- Martins, Carla (2005): *Espaço público em Hannah Arendt*. Coimbra: Minerva.
- Martins, Izabel Cristina (2014): *O Processo de Ficcionalização Histórica da Angola Seiscentista Em a sul. O Sombreiro*. Campina Grande: Universidade Estadual da Paraíba. Internet. Disponível em http://pos-graduacao.uepb.edu.br/ppgli/download/dissertacoes/disserta%C3%A7%C3%B5es_2014/Izabel%20Cristina%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o%20A%20sul.%20O%20sombreiro.pdf (consultado em três de julho de 2017).
- Martins, Rui de Sousa (199): *Mito e História no Noroeste de Angola*. Departamento de História, Universidade dos Açores. Internet. Disponível em https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/295/1/Rui_Sousa_Martins_p495-550.pdf (consultado em 20 de fevereiro de 2017)
- Mata, Inocência (2001): *Literatura angolana: silêncios e falas de uma voz inquieta*. Lisboa: Mar Além.
- _____ (2010): “Pepetela e as (novas) margens da "nação" Angolana In: *Veredas, Revista da Associação Internacional de Lusitanistas*. Lisboa: Universidade de Lisboa: 23-46.
- _____ (2010): “Uma Reflexão Sobre Os Modelos De Representação Na Literatura Angolana”. Internet. Disponível em <http://www.ueangola.com/criticas-e-ensaios/item/121-uma-reflex%C3%A3o-sobre-os-modelos-de-represent%C3%A7%C3%A3o-na-literatura-angolana> (consultado em vinte e oito de setembro de 2017).
- _____ (2012): *A Rainha Nzinga Mbandi: História, Memória e Mito*. Lisboa: Edições Colibri.
- Mello, António Brandão (1945): “Breve história da rainha Zinga Mbandi, D. Ana de Sousa”. In: *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 63, nº 3 Lisboa: 134-146.
- Miller, Joseph C. (1975): “Njinga of Matamba in a New Perspective.” In: *Journal of African History*: 201-16. Internet. Disponível em www.cambridge.org/core/journals/journal-of-african-history/article/nzinga-of-matamba-in-a-new-perspective/1F2612D42726E2DBC6B295BC5DFC33C (consultado em dezassete de janeiro de 2017).
- Minuzzi. Luara Pinto (2016): “José Eduardo Agualusa A rainha Ginga e de como os africanos inventaram o mundo” In: *Navegações*. Porto Alegre: 200-202. Internet. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/navegacoes/article/viewFile/24012/15535> (consultado em 8 de abril de 2017).
- Miranda, Manuel Ricardo (2008): *Ginga, Rainha de Angola*. Lisboa: Sociedade Editorial, Lda.
- Montecuccolo, Pe. João António Cavazzi de (1965^a): *Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*, Volume I Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.

- _____(1965^b): *Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*, Volume II Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar
- _____(2013). *Njinga a Rainha de Angola: A relação de António Cavazzi de Montecucolo (1687)*. Lisboa: Escolar.
- Moraes, Viviane Mendes de (2017): “Aqualusa, José Eduardo. A rainha Ginga.” In: *Revista Metamorfoses* Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Internet. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/metamorfoses/article/view/10562/7857> (consultado em nove de janeiro de 2017).
- Mussa, Alberto (2007): *O trono da Rainha Ginga*. Rio de Janeiro: Record.
- Oliveira, Ingrid Silva de (2009): “A construção do discurso de Giovanni António Cavazzi sobre a África do século XVII”. In: *XXV Simpósio Nacional de História*. Fortaleza: Associação nacional de História: 1-8.
- _____(2010): “Cavazzi e Cadornega: entre semelhanças e diferenças na escrita da história da África Centro-Occidental (século XVII)”. In: *XIV simpósio da ANPUH-Rio Memória e Patrimônio*. Rio de Janeiro: Associação nacional de História: 417-435. Internet. Disponível em http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276647215_ARQUIVO_ArtigoparaAnpuh.IngridOliveira.pdf (consultado em 3 de janeiro de 2017).
- Oliveira, Jurema (2013): “O romance em Angola: ficção e história em Pepetela”. In: *Simpósio Nacional de História*. Natal: Associação Nacional de História: 1-11.internet. Disponível em http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1363835660_ARQUIVO_OromanceemAngola.pdf (consultado em 3 de janeiro de 2017).
- Oliveira, Maria Anória J: “A Rainha Nzinga Mbandi tecendo os fios entre o discurso histórico e a narrativa literária” (UNEB/UFPB) Internet. Disponível em <http://www.itaporanga.net/genero/1/GT01/23.pdf> (consultado em vinte e três de fevereiro de 2017).
- Oliveira, Maria do Desterro da Silva e Mendes Algemira de Macêdo (2017): “A representação do poder feminino no romance rainha Ginga de Aqualusa” In: *Caderno Seminal Digital*. Rio de Janeiro: Universidade Do Estado do Rio de Janeiro: 93-122. Internet. Disponível em <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cadernoseminal/article/view/28516> (consultado em 5 de maio de 2017).
- Oliveira, Vanessa (2017): “Uma mulher nunca tinha governado esse Reino: Rainha Njinga, Biografia e Memória. Heywood, Linda M. Njinga of Angola: Africa’s Warrior Queen. Internet. Disponível em <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/24313/15004> (consultado em 25 de agosto de 2017)
- Pacavira, Manuel Pedro (1975): *Nzinga Mbandi: Romance*. São Paulo: Edições 70.
- Pantoja, Selma (2000): *Nzinga Mbandi: Mulher, Guerra e Escravidão*. Brasília: Thesaurus.
- _____(2010): “O ensino da história africana: metodologias e mitos: o estudo de caso da rainha Nzinga Mbandi.” In: *Universidade de Brasília*. Brasília: 318-326.
- Parreira, Adriano (1997): *Economia e sociedade em Angola na época da rainha Jinga: século XVII*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Papa Paulo VI (1973): *L’Osservatore Romano*, edição semanal em Português.
- Pepetela (1985): *Mayombe*. União dos Escritores Angolanos. Angola: Ed. Contemporâneos.
- _____(1989): *Lueji, o nascimento dum império*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- _____(1997): *A gloriosa família: o tempo dos flamengos*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Pesavento, Sandra Jatahy (2006): “Cultura e Representações, uma trajetória”. In: *Anos 90, v. 13, n. 23/24*. Porto Alegre: 45-58. Internet. Disponível em <http://www.seer.ufrgs.br/anos90/article/viewFile/6395/3837> (consultado em 12 de maio de 2017).
- Pinto, Alberto Oliveira (2014): “Representações culturais da Rainha Njinga Mbandi (c.1582-1663) no discurso colonial e no discurso nacionalista angolano”. In: *Estudos Imagética, coordenação Célia Cristina da Silva Tavares e Maria Leonor García da Cruz*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro: 1-31.
- Rocha, Ana T (data desconhecida): “Nzinga Mbandi, de Manuel Pedro Pacavira”. In: *Fundação Agostinho Neto*. Internet. Disponível em http://agostinhoneto.org/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=31&tmpl=component&format=raw&Itemid=242 (consultado em vinte e sete de dezembro de 2016).
- Rocha, Denise (2011): “Imagens da diplomacia de Nzinga Mbandi Ngola, em Luanda no ano de 1621: História, gravuras e narrativa (Pepetela)”. In: *III Encontro Nacional de Estudos da Imagem*. Londrina PR: 847-857.
- Schurmans, Fabrice (2014): *O trágico do estado pós-colonial. Pius Ngandu, Nkashama, Sony Labou Tansi, Pepetela*. Coimbra: Almedina.
- Serrano, Carlos H. (1995): “Ginga, a rainha quilombola de Matamba e Angola”. In *Revista USP*, São Paulo (28): 136-141. Internet. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/viewFile/28370/30228> (consultado em 2 de fevereiro de 2017).
- Silva, Alberto Costa e (2002): *A manilha e o llbambo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

- Silva, Juliana Ribeiro (2008): *Homens de ferro. Os ferreiros na África Central do século XIX*. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Silva, A. M. & Carvalho, P. (2011): *Políticas de cidades, requalificação urbana e património – o caso do Polis de Leiria. Cadernos de Geografia*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Soromenho, Fernando Monteiro de Castro (1962): *Portrait: Jinga, reine de Ngola et de Matamba*. Paris: Présence Africaine.
- Souza, Marina de Mello e (2002): *Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de rei Congo*. Belo Horizonte: Editora Universidade Federal de Minas Gerais.
- _____ (2008): “A segunda “conversão” ao catolicismo da rainha Njinga – c. 1657”. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- _____ (2011): “Missionários e mestres na construção do catolicismo centro-africano, século XVII”. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: Associação Nacional de História: 1-22.
- Thornton, John K. (1991): “Legitimacy and political power: Queen Njinga, 1624-1663”. In: *Journal of African History* v.32 n.1: 25-40. Internet. Disponível em http://journals.cambridge.org/abstract_S0021853700025329 (consultado em 23 de Dezembro de 2016).
- Vansina, Jan (2004): *How Societies are born. Governance in west central Africa before 1600*. Charlottesville, Virginia: University of Virginia.
- Weber, Priscila Maria (2011): “Nzinga Mbandi: representações de poder e feminilidade na obra do padre Cavazzi de Montecúcolo”. In: *Revista do corpo discente do PPG- História da Universidade Federal Rio Grande do Sul*: 97-110. Internet. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/16014> (consultado em 2 de junho de 2017).
- _____ (2013): “Entre escritas portuguesas, brasileiras e africanas: os usos políticos da rainha Nzinga Mbandi através de adjetivações comuns”. In: *XXVII Simpósio Nacional de História- comunicação histórica e diálogo social*. Natal: ANPUH-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo: 1-16. Internet. Disponível em http://www.snh2013.anpuh.org/simposio/view?ID_SIMPOSIO=1274&impressao (consultado em 2 de junho de 2017).
- _____ (2014): “*Aquela belicosa rainha com valor costumaz: as ambiguidades de Ginga na obra história geral das guerras angolanas*” de Oliveira de Cadornega e seus usos na historiografia brasileira. Pontifícia: Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Internet. Disponível em <http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/5656> (consultado em 2 de junho de 2017).
- _____ (2014): “Nzinga Mbandi na Historiografia Brasileira: Ascensão e Liderança do reino do Ndongo e Matamba”. In: *I Encontro de pesquisas históricas*: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: 1278-1300. Internet. Disponível em <https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjX0bichd3ZAhUEq1kKHdnuBIMQFgguMAE&url=http%3A%2F%2Frevistaseletronicas.pucrs.br%2Ffojs%2Findex.php%2Foficinadohistoriador%2Farticle%2Fdownload%2F19023%2F12086&usq=AOvVaw1J20m5ryCVbF-G4MYg8sUk> (consultado a 2 de junho de 2017)
- Coleção História Geral da África da UNESCO: *Volume V África do século XVI ao XVIII*: Editor B. A. Ogot.
- Njinga, rainha de Angola (2012), screenplay de Sérgio Graciano. Dir. Sérgio Graciano. Semba Comunicação. Internet. Disponível em www.youtube.com (visualização em nove de maio de 2016).
- “A História”. In: Página Oficial do Governo de Angola. Internet. Disponível em <http://www.governo.gov.ao/historia.aspx> (consultado em seis de outubro de 2016).
- “350th anniversary of Nzinga Mbandi’s death and 100th anniversary of Aimé Césaire’s birth celebrated at UNESCO”. In: UNESCO. Internet. Disponível em <http://www.unesco.org/new/en/communication-and-information/resources/news-and-in-focus-articles/in-focus-articles/2013/nzinga-mbandi-and-aime-cesaire/> (consultado em onze de novembro de 2016).
- UNESCO – Mulheres na História de África. Internet. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002309/230931POR> (consultado a doze de novembro de 2016).
- “Rainha Nzinga Mbandi morreu há 345 anos”. In: Angonotícias (22-12-2008).Internet. Disponível em www.angonoticias.com/artigos/item/20750/rainha-nzinga-mbandi-morreu-ha-345-anos (consultado em doze de novembro de 2016).
- “Romance de José Eduardo Agualusa revive a importância da rainha Ginga”. In: *Estadão* (21/03/ 2015). Internet. Disponível em <http://cultura.estadao.com.br/noticias/literatura,romance-de-jose-eduardo-agualusa- revive-a-importancia-da-rainha-ginga,1654961> (consultado em dezoito de dezembro de 2016).
- Cunha, Sílvia Souto (2014): “José Eduardo Agualusa: “Pela primeira vez, sinto que posso dizer que sou escritor””. In: *Revista Visão* (10/06/2014). Internet. Disponível em <http://visao.sapo.pt/actualidade/cultura/2014-06-10-Jose-Eduardo-Agualusa-Pela-primeira-vez-sinto-que-posso-dizer-que-sou-escriptor-2> (consultado em dezoito de dezembro de 2016).

Correia, Arlindo (2008): Carta da rainha Nzinga ao Governador Souza Chichorro – 13/12/1655. Arquivo Histórico Ultramarino, Angola. Cx. 6, doc. N° 34. Internet. Disponível em <http://arlindo-correia.com/080208.html> (consultado em oito de fevereiro de 2017).

“Mbanza Congo declarada Património Mundial da Humanidade”. In: *Jornal Deutsche Welle* (09/07/2017). Internet. Disponível em <http://www.dw.com/pt-002/mbanza-congo-declarada-patrim%C3%B3nio-mundial-da-humanidade/a-39617931> (consultado em vinte e cinco de agosto de 2017).

“Angola promete novo aeroporto para classificação de Mbanza Congo pela UNESCO”. In: *Diário de Notícias* (24/07/2017). Internet. Disponível em <http://www.dn.pt/lusa/interior/angola-promete-novo-aeroporto-para-classificacao-de-mbanza-congo-pela-unesco-8663949.html> (consultado em vinte e cinco de agosto de 2017).

“Centro histórico de Mbanza Congo entra na lista de património da UNESCO”. In: *Diário de Notícias* (08/07/2017). Internet. Disponível em <http://www.dn.pt/lusa/interior/centro-historico-de-mbanza-congo-entra-na-lista-de-patrimonio-da-unesco-8622596.html> (consultado em vinte e cinco de agosto de 2017).

“M’ Banza Congo declarada Património Mundial da Humanidade”. In: *UCCLA- União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa* (09/07/2017). Internet. Disponível em <http://www.uccla.pt/noticias/m-banza-congo-declarada-patrimonio-mundial-da-humanidade> (consultado em vinte e cinco de agosto de 2017).

“Monumentos, Museus e Outros Locais a Visitar”. In: *Welcome to Angola*. Internet. Disponível em http://www.welcometoangola.co.ao/monumentos_museus_e_outros_locais (consultado em vinte e seis de agosto de 2017).

“Malanje: Cidade ganha estátua da Rainha Njinga Mbandi”. In: *Agência Angolana* (11/11/2015). Internet. Disponível em http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/ambiente/2015/10/46/Malanje-Cidade-ganha-estatua-Rainha-Njinga-Mbandi,bbfac16f-f666-458d-a35d-511a0c5260a8.html (consultado em vinte e oito de agosto de 2017).

“Executivo recorda rainha Njinga Mbandi” In: *Jornal de Angola* (12/12/2013). Internet. Disponível em http://jornaldeangola.sapo.ao/cultura/executivo_recorda_rainha_njinga_mbandi (consultado em vinte e oito de agosto de 2017).

“Rainha Ginga, "proto nacionalista" angolana em novo livro de referência” In: RTP Notícias (24/07/2010). Internet. Disponível em https://www.rtp.pt/noticias/cultura/rainha-ginga-proto-nacionalista-angolana-em-novo-livro-de-referencia_n362588 (consultado em vinte e oito de Agosto de 2017).

“Historiadora quer reflexão sobre o papel de Njinga a Mbande na afirmação do país”. In: *Agência Angolana Press*. Internet. Disponível em http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/lazer-e-cultura/2013/11/50/Historiadora-quer-reflexao-sobre-papel-Njinga-Mbande-afirmacao-pais,2dad7da4-84af-438f-804c-555ac36494b9.html (consultados em vinte e oito de agosto de 2017).

Portelinha, Ruthia (2013): “Uma cidade a rebentar pelas costuras”. In: *Blog Berço do Mundo* (14/012/2013). Internet. Disponível em <http://bercodomundo.blogspot.pt/2015/01/uma-cidade-rebentar-pelas-costuras.html> (consultado a vinte e nove de agosto de 2017)

“Aqualusa: ‘Os poderes têm-se tentado apropriar da Rainha Ginga’”. In: *Revista Sol* (07/06/2014). Internet. Disponível em <https://sol.sapo.pt/artigo/107346/agualusa-os-poderes-t-m-se-tentado-apropriar-da-rainha-ginga> (consultado em dois de outubro de 2017).

Anexos

Rainha Ginga, a mulher mais poderosa de toda a África - Biografia

Em 1582 nascia no Ndongo aquela que viria a ser a mulher mais poderosa de toda a África, Ginga, filha de Ganguela-Cacombe, uma das esposas do Ngola Kiluanji, o oitavo soberano do reino do Ndongo. Relativamente à filiação materna de Ginga as fontes não são claras, alguns registos alegam que seria filha de uma escrava, contudo acreditamos que como defendeu Fonseca (2012:155), se realmente fosse filha de uma escrava tal facto teria sido usado pelos seus inimigos aquando da teoria da ilegitimidade.

Segundo relatos do capuchinho Cavazzi aquando o nascimento de Ginga os adivinhos mbundus interpretaram o seu nascimento como um mau presságio, uma verdadeira maldição como é relatado no *Manuscrito de Araldi*:

Esta princesa veio ao mundo com alguns sinais, sobre os quais os arúspices, em que os negros acreditam particularmente em semelhantes circunstâncias, não pressagiam nada de bom, e as suas previsões foram consideradas muito verdadeiras. As canções que se fizeram sobre este nascimento recuperaram estas previsões. Garante-se mesmo que. Depois de os adivinhos terem observado o recém-nascido, não ousaram fazer uma interpretação particular, mas olharam uns para os outros com medo e generam “Mâmà ò aoe! Mâmà ò aoe! ò aoe!”, o que quer dizer: “Oh que monstro de selvajaria será esta criança! Infelizes aqueles que se encontrarem sob o seu domínio (Heywood e Thornton 2013: 59).

Apesar das previsões dos feiticeiros do seu reino, Ngola Kiluanji teve sempre uma notável preferência por Ginga em detrimento dos seus outros descendentes. Para além de uma beleza invejável, a princesa desde cedo se mostrou extremamente inteligente assim como detentora de uma habilidade nata para guerrear. Com apenas 8 anos acompanhou o seu pai pela primeira vez numa expedição. A preferência era notória:

O rei, seu pai, mandou-a educar com grande cuidado e de acordo com o seu estatuto e, como a amava muito mais do que a todos os outros filhos, porque reconhecia uma extraordinária vivacidade de espírito e uma sagacidade, abençoava-a muitas vezes aquando das cerimônias da seita, em que punha um cuidado especial ao ensinar-lhe os dogmas para que ela impregnasse deles com todo o coração e se ligasse a ele (Cavazzi 2013: 59).

Em 1617 morre Ngola Kiluanji, pai da princesa Ginga, sucede-lhe o seu irmão Ngola Mbandi. Os relatos são claros: Ginga era a pessoa indicada para a sucessão ao trono e ela sabia-o.

Apesar de envoltos em brumas, há três atos horrendos que sucedem aquando a tomada de posse do irmão de Ginga:

- Mata o filho de Njinga Mbandi, Quizua Quiazele, ainda criança;
- Torna estéreis as três irmãs, Ginga, Nfunji e Nkambo, mutilando-lhes os úteros com água fervente e ferros em brasa;

- Declara guerra aos portugueses.

Estes factos são narrados por Cavazzi e explicam a repulsa que Ginga teria pelo próprio irmão.

Em 1621, o novo governador João Correia de Sousa enceta negociações de paz com o soberano do Ndongo. É neste contexto que, já no ano de 1622 e com quarenta anos de idade, Ginga, ainda princesa, se desloca a Luanda à frente de uma embaixada em representação do seu irmão Ngola Mbande.

É no seu encontro no palácio com o governador que tem lugar um episódio insólito que marcaria para sempre os relatos sobre a princesa. Segundo é descrito pelas fontes (Cavazzi e Cadornega) o governador não havia colocado uma cadeira para a rainha e é aí que, num gesto repleto de superioridade, ostentação e orgulho, Ginga ordena a uma escrava que se debruce e assim se senta sobre ela. Para completar a cena bizarra, no final a princesa deixa para trás a dita escrava argumentando que “não tinha por hábito usar do mesmo assento duas vezes”; esta cena foi fundamental nos relatos sobre a soberana uma vez que lhe conferiu uma imagem altiva, determinada e até mesmo cruel, por ter deixado a sua escrava para trás.

Durante a sua estadia em Luanda numa atitude puramente diplomática, Ginga aceita converter-se à religião cristã e ser batizada. Assim foi, na Sé Catedral de Luanda, tendo como padrinhos o próprio governador João Correia de Sousa e a sua esposa D. Ana, dando origem ao nome de batismo Ana de Sousa, Ana como era do costume português e Sousa em homenagem ao seu padrinho (Heywood e Thornton 2013: 65).

Em 1624 morre o seu irmão, Ngola Mbandi. O Ngola deixa a guarda do seu filho a CazaCangola, um jaga da sua confiança e Ginga fica como regente da criança. Um certo dia o príncipe aparece afogado no rio, havendo suspeitas que teria sido homicídio a mando de Ginga como forma de aniquilar a sua concorrência ao trono do Ndongo. Em 1626 Ginga assume o trono e passa a ser rainha Ginga Ngola do Ndongo.

Cavazzi relata o reinado de Ginga, dividindo-o em duas grandes fases antagónicas: uma primeira, entre 1625 e 1656, marcada pelo comportamento refractário de Njinga em relação ao Cristianismo e aos portugueses; uma segunda, entre 1656 e a morte da rainha em 1663, caracterizada pela reconversão de Njinga/Ana de Sousa e pela sua reaproximação aos portugueses.

Entre 1625 e 1640, Ginga, fortificando-se em ilhas do Cuanza, oferece resistência enérgica aos portugueses, confrontando-se, durante os cinco anos do mandato de Fernão de Sousa (1624-1630), com este governador a pretexto da recuperação de Ambaca e de Mpungo-a-Ndongo. O exército da rainha mbundu vai sendo progressivamente reforçado, quer pela

adesão dos escravos fugidos aos portugueses ou dos sobas contra estes revoltados, quer pela aliança da soberana do Ndongo com os imbangala que controlavam a Matamba, desposando o seu chefe, o chamado Jaga. Esta aliança levou a que, na década de 1630, a Matamba, vizinha do recentemente fundado Estado do Kasanje e como ele um dos principais difusores do comércio de escravos provenientes da Lunda, fosse plenamente dominada pela soberana.

Ao longo de toda a década de 1640 e parte da de 1650, Njinga move grandes batalhas contra os exércitos portugueses, conseguindo aliar-se, entre 1641 e 1648, aos holandeses.

A segunda fase inicia-se em 1656, quando Njinga, uma vez privada do apoio flamengo, propõe acordos diplomáticos ao governador português Luís Martins de Sousa Chichorro (1654-1658), queixando-se dos governadores que o antecederam.

A rainha Ginga morreu aos oitenta anos a 17 de dezembro de 1663 no reino da Matamba. Morreu em paz e a sua extrema unção bem como as cerimónias fúnebres foram de acordo com a religião católica romana efetuadas pelo padre Cavazzi.

Imagens



Figura 11: Escultura da rainha Ginga, feita de ferro velho, na Baía de Luanda.
Fonte: Blog Berço do mundo



Figura 12: Retrato da Rainha Ginga de Guilherme Mampuya
Fonte: Rede Angola Cultura



Figura 13: Ilustração de homenagem à rainha Ginga em Luanda, Angola
Fonte: Google maps



Figura 14: Ilustração de homenagem à rainha Ginga em Luanda, Angola
Fonte: Google maps